



*Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Educação - ICEE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado Acadêmico em Educação*

Elianne Barreto Sabino

*A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do
Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)*



*Belém/ Pará
2012*

Elianne Barreto Sabino

A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa Currículo e Formação de Professores, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^{ta}. Dra. Laura Maria da Silva Araújo Alves.

*Belém/Pará
2012*

Elianne Barreto Sabino

A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa Currículo e Formação de Professores, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dra. Laura Maria da Silva Araújo Alves.

Banca Examinadora

Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves (orientadora)
Universidade Federal do Pará

Dra. Sônia Maria da Silva Araújo (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará

Dra. Maria do Perpétuo Socorro França (Membro Externo)
Universidade do Estado do Pará

Belém/Pará
2012

*Dedico este trabalho as crianças desvalidas, órfãos, abandonadas, pobres da
província do Grão Pará que escreveram parte da história da infância na
Amazônia paraense no século XIX.*

Minha infância está atrás de mim, no entanto é o solo sobre o qual cresci, ela me pertenceu, seja qual for minha tenacidade em afirmar que não me pertence mais. O que foi sem dúvida para hoje não ser mais, mas o que foi, também para que eu seja ainda (GEORGE PEREC).

Agradecimentos

Esta pesquisa, em primeiro plano, celebra aqueles que colaboraram para sua feitura, encorajando-me na empreitada. Sem essas pessoas e as instituições que muito me auxiliaram, não teria sido possível reconstruir este segmento da memória educativo-assistencial do Pará. Desvendar e reconstruir a infância no Colégio de Nossa Senhora do Amparo, desta terra paraense. Tal foi tarefa árdua e nela empenhei dois anos de minha vida, debruçando-me sobre arquivos, rastreando jornais, e a cada dia crescia minha cumplicidade com a investigação e com a história que se tecia.

Agradeço a Professora Dra. Laura Maria da Silva Araújo Alves, que me ajudou trilhar o caminho desta pesquisa. Suas orientações assumem uma significância ímpar, pela confiança, palavras de encorajamento a sugerir sem jamais impor, sempre receptiva e dedicada, transcendendo a dimensão de orientadora para ser a mão amiga que me fez amadurecer a reflexão deste trabalho.

Agradeço, especialmente, a colega Carmelita do Socorro Borges, que me auxiliou na coleta das fontes, dispôs muito de si na busca de documentos, compartilhando minhas tribulações e momentos de ansiedade e também a todos os outros funcionários do Arquivo Público do Pará, guardiões da memória, que, prontamente, disponibilizaram documentos, colaborando na localização de fontes, manifesto minha irrestrita gratidão.

Aos colegas Lúvia, Darismar, Valério e Thiago, acolho-os em um abraço de extremo reconhecimento pela colaboração em todo esse período de convivência gestacional de nossas pesquisas. Não seria possível esta pesquisa se não pudesse contar com o apoio de minha família.

Ao meu esposo, com quem divido minha vida, meus desejos, alegrias e aflições, as palavras seriam insuficientes para exprimir o que sinto pelo estímulo que deu, sem jamais reivindicar as horas que furtei do convívio como nosso filho, ainda tão pequenino. Só cabendo-me dizer que o sentimento que nutro por ambos transcende em muito o agradecimento, caminhamos juntos, em todas as horas...estendendo-nos a mão um ao outro...

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação pela oportunidade de realizar o Mestrado em Educação.

À CAPES pela bolsa concedida para realizar o Mestrado.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de trilhar caminhos investigativos e de muito estudo sobre a educação.

Resumo

A presente pesquisa visa resgatar a história social e educacional do Colégio Nossa Senhora do Amparo, instituição pública que atendia crianças pobres na Província do Grão Pará, no período de 1860 a 1889. Criada para instruir, abrigar e educar as meninas pobres, a referida instituição foi pensada a partir de uma política de higienizar e de estabelecer ordem na Província do Grão-Pará, pois muitas crianças dormiam e viviam nas ruas, nos becos e em cortiços. Deste modo, as questões que norteiam esse estudo são: Que significado a instituição Nossa Senhora do Amparo teve para a sociedade paraense nesse período de 1860-1889? Que propósito educacional, político e social se tinha com a manutenção do Colégio Nossa Senhora do Amparo? Que concepção de infância desvalida encontra-se presente nos documentos do Colégio de Nossa Senhora do Amparo? Que atividades educativas foram implementadas no Colégio Nossa Senhora do Amparo? Para tentarmos responder tais questionamentos o objetivo principal deste estudo é compreender a instrução dada no Colégio Nossa Senhora do Amparo para as crianças desvalidas na província do Grão-Pará entre os anos 1860 a 1889. Portanto, a partir desse objetivo maior pretendemos: 1- compreender o significado da instrução para as crianças desvalidas na província do Grão-Pará entre os anos 1860 a 1890, no Colégio Nossa Senhora do Amparo para sociedade paraense; 2- verificar a concepção de infância desvalida nos documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo; 3- analisar as atividades educativas implementadas no Colégio Nossa Senhora do Amparo nas instruções para as crianças desvalidas. O corpus da pesquisa abrange aproximadamente seiscentos e sessenta documentos que foram levantados no Arquivo Público do Pará e na Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), dos quais selecionamos, por hora, os documentos que se referem ao Estatuto de 1868, ao Regimento Interno de 1869, relatórios da provedoria do Colégio, pedido de admissão e desligamento do colégio das meninas e outros. A análise dar-se-á à luz da história Cultural teorizada por Chartier, que entende como práticas culturais não apenas a produção de um texto, ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens vivem, comem, vestem, falam e calam-se. Os dados revelam que o referido colégio foi criado como medida provincial para higienizar a cidade e evitar que as meninas desvalidas ficassem vadiando pela ruas e assim fosse possível dar a elas uma formação primária com atividades de leitura, escrita, caligrafia, aritmética e gramática, além de orientações morais e religiosas. Havia, ainda, uma educação doméstica para que as meninas desvalidas quando saíssem do Amparo pudessem arranjar um “bom” casamento. Constatamos também que o colégio aplicava um modelo pedagógico rígido com punições severas.

Palavras-chave: *meninas desvalidas; educação; instrução pública*

Abstract

This research aims to rescue the social and educational history of the Colégio Nossa Senhora do Amparo, a public institution that cared for children in the poor province of Grão-Pará, in the period 1860 to 1889. Created to educate, house and educate poor girls, that institution was founded on a politics of sanitization and establish order in the province of Pará, because many children lived and slept in the streets, alleys and slums. Thus, the questions that guide this study are: What significance the institution Colégio Nossa Senhora do Amparo was to society in Pará period 1860-1889? What educational purpose, political and social had with the maintenance of the Colégio Nossa Senhora do Amparo? What conception of childhood helplessness is present in the documents of the Colégio Nossa Senhora do Amparo? What educational activities have been implemented in the Colégio Nossa Senhora do Amparo? To try to answer these questions the main objective of this study is to understand the instruction given in the Colégio Nossa Senhora do Amparo for the helpless children in the province of Grão-Pará between the years 1860 to 1889. Therefore, from this main objective we will: (1) understand the significance of education for underprivileged children in the province of Grão-Pará between the years 1850 to 1889, the Colégio Nossa Senhora do Amparo society to Pará, (2) verifying the conception of childhood helplessness in the documents of the Colégio Nossa Senhora do Amparo, (3) examine the educational activities implemented at the Colégio Nossa Senhora do Amparo in the instructions for underprivileged children. The corpus of the research covers approximately six hundred and sixty documents that were raised in the Arquivo Público de Belém and the Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), from which we selected, for hours, the documents refer to the Statute of 1868, the Internal Rules, 1869, reports from the ombudsman's College, an application for admission and resignation of the college girls and others. The analysis will give the light of history Cultural theorized by Chartier, who understands how cultural practices not only produce a text, or a mode of teaching, but also the ways in a society, how men live, eat, dress, talk and keep silent. The data reveal that this college was creating as provincial as to sanitize the city and prevent the girls hanging around the streets stay helpless and so it was possible to give them a primary training activities with reading, writing, calligraphy, arithmetic and grammar, and moral and religious guidance. There was also a domestic education for underprivileged girls when they leave the Amparo could get a "good" marriage. We also note that the college operated a pedagogical model disk with severe punishment.

Key-words: girl's helpless, education, public education

Lista de Imagens

- Imagem 1- As Rodas dos Expostos.....46*
- Imagem 2- A Fundação do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....94*
- Imagem 3- Finalidade do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....96*
- Imagem 4-Registro da Entrada e Saída das Meninas no Colégio Nossa Senhora do Amparo.....103*
- Imagem 5-Trecho do Relato do Tutor do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....104*
- Imagem 6-Lista de Educandas não Brancas do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....111*
- Imagem 7-Pedido de admissão Indeferido pela Idade das meninas.....120*
- Imagem 8- As Meninas Aprendendo a Cozinhar no Colégio Nossa Senhora do Amparo.....127*
- Imagem 9-As Meninas na Aula de Costura do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....1298*
- Imagem 10-Leilão das Prendas das Educandas do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....130*
- Imagem 11-Pedido de Desligamento de Meninas do Colégio Nossa Senhora do Amparo por Atos de Insubordinação.....135*
- Imagem 12-Epidemia de Varíola nas meninas do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....138*
- Imagem 13-As Condições Físicas do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....140*

Sumário

<i>Introdução: A Motivação em Estudar a Criança Desvalida.....</i>	<i>12</i>
- <i>Desfiar o Início do Estudo.....</i>	<i>13</i>
- <i>Problemática e Objetivos da Pesquisa.....</i>	<i>17</i>
- <i>A Pesquisa com Documentos.....</i>	<i>18</i>
- <i>Em Busca do Corpus da Pesquisa.....</i>	<i>19</i>
- <i>Procedimentos de Análise Teórica.....</i>	<i>22</i>
- <i>Estrutura do Texto.....</i>	<i>25</i>
<i>Capítulo I: Revisitando a Infância no Brasil: reflexões teóricas.....</i>	<i>27</i>
1.1. <i>Assistir a Infância no Brasil: um direito e dever do Estado.....</i>	<i>28</i>
1.2. <i>A Educação como Caminho para a Civilização e o Progresso.....</i>	<i>35</i>
1.3. <i>O Abandono de Crianças e as Santas Casas de Misericórdias.....</i>	<i>43</i>
1.4. <i>O Atendimento à Infância Desvalida no Brasil.....</i>	<i>60</i>
<i>Capítulo II: A Província do Grão-Pará entre os Anos de 1860 a 1889.....</i>	<i>67</i>
2.1. <i>A Igreja, o Estado e a Criança Desvalida.....</i>	<i>68</i>
2.2. <i>A Igreja na Educação das Crianças Desvalidas na Província do Grão-Pará.....</i>	<i>81</i>
2.3. <i>O processo de Higienização na Província do Grão-Pará.....</i>	<i>85</i>
<i>Capítulo III: Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889).....</i>	<i>91</i>
3.1. <i>O Atendimento das Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo.....</i>	<i>92</i>
3.1.1. <i>Uma Breve Incursão Histórica da Criação do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....</i>	<i>94</i>
3.1.2. <i>Assistência e a Educação das Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo.....</i>	<i>102</i>
3.1.3. <i>Os Princípios do Estatuto de 1868 e do Regimento Interno de 1869, do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....</i>	<i>114</i>

3.1.4. As Atividades Socioeducativas do Colégio Nossa Senhora do Amparo.....126

Considerações Finais.....142

Referências.....147

Anexos.....158

Introdução

A Motivação em Estudar a Criança Desvalida

Reçato, continência, paciência, submissão...essas eram as qualidades das mulheres virtuosas e honradas ressaltadas na literatura e no discurso religioso entre moralistas e eruditos a informar e formar percepções e imagens da mulher e do comportamento feminino na Colônia. Da mulher era esperado o aprendizado de tarefas ligadas ao espaço doméstico: coser, bordar, organizar a casa, etc., e nem mesmo as expostas escapavam desse horizonte de enquadramento e disciplinarização da mulher na sociedade (NASCIMENTO, 2008, p. 244).

Desfiar o Início do Estudo...

Na presente pesquisa – *A Assistência a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo*¹ na Província do Grão-Pará (1860-1889) – pretendemos abordar a história do colégio e o cotidiano das meninas desvalidas na província do Grão-Pará, principalmente, o atendimento educacional no referido Colégio. Neste sentido, buscamos respostas para nossas preocupações a partir dos documentos produzidos pela instituição, procurando aclarar os modos como uma instituição católica que recolhia meninas pobres realizava um trabalho assistencial e educativo no seio de uma sociedade em que os debates políticos, o desenvolvimento econômico e as questões ligadas à vida social e cultural começavam a ganhar importância.

Mas, como surgiu o nosso interesse em estudar o atendimento da criança desvalida no Colégio Nossa Senhora do Amparo? Por que retratar a infância da menina desvalida na província do Pará no século XIX?

O interesse por essa temática surgiu em dois momentos de nossa experiência profissional. O primeiro momento aconteceu na Graduação em Pedagogia quando estudamos o contexto e a realidade da criança e a educação infantil. No decorrer da construção de nosso trabalho de conclusão de curso nos deparamos com diversas leituras sobre a infância, dentre elas o livro de Mary Del Priore intitulado *História da Criança no Brasil*. O segundo momento foi quando participamos do Curso de Especialização em Educação, Cultura e Organização Social, no Instituto de Ciências da Educação, da UFPA. Neste curso tivemos a oportunidade de aprofundar questões sobre a infância desvalida no Brasil e as instituições educativas e para tal realizamos leituras de autores como Rizzini, Kuhmann, Nascimento, Freitas, Venâncio e outros.

Todas essas experiências fizeram com que tivéssemos um grande interesse em estudar a criança desvalida no século XIX, na Província do Grão-Pará e apresentá-lo como projeto de Mestrado. Assim, fizemos um estudo exploratório para darmos conta se havia pesquisa nesta área temática. Para nossa surpresa constatamos que não havia até aquele momento estudo na forma de tese e dissertação, sobre o atendimento a criança desvalida na província do Pará, no período do Império e, em especial, sobre o Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Durante a pesquisa, verificamos que havia uma política de asilamento de crianças órfãos, pobres e desvalidas no Pará do oitocentos. Nos anos de 1800 havia uma problema que a província precisava resolver – o atendimento às crianças órfãs, abandonadas, sem família, nem herança, que

¹ Atual Colégio Gentil Bittencourt.

tinham escapado da morte, pois era muito grande a mortalidade de crianças na região àquele momento .

Na Província do Grão-Pará, medidas dirigidas a essas crianças, potencialmente perigosas para a elite da borracha, foram efetivamente implementadas com a criação e manutenção de instituições que pretendiam disciplinar, ordenar e utilizar de forma produtiva e pacificamente as crianças desvalidas, como o Recolhimento de Educandas, que depois passa se chamar Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Para melhor subsidiar nosso estudo e de definir nossos caminhos, realizamos já no Mestrado em Educação, uma revisão bibliográfica acerca da História da Infância no Brasil e na Amazônia paraense, no período do Império, visando levantar estudos que se relacionavam com o nosso objeto. Assim acessamos os bancos de teses e dissertações das Universidades Federais e também daquelas que são referência na área, tais como:

√ Programa de Pós-Graduação em História Social (mestrado) da UFPA de 2005 a 2007;

√ Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA de 1998 a 2007;

√ Programa de Pós-Graduação em educação da UFPA de 1997 a 2008.

Acessamos ao site da ANPED, os textos apresentados nos encontros e debates do grupo de Trabalho de História da Educação, bem como dos grupos de trabalho da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Acessamos à rede mundial a partir dos seguintes termos: desvalida, infância, império, instituições, Amazônia. Todos, na tentativa de encontrar leituras que viessem nos possibilitar maior apropriação da temática no que se refere à segunda metade do século XIX.

Entre os estudos que demonstraram apresentar grandes contribuições na nossa discussão sobre a infância desvalida destacamos as pesquisas de Marcílio (1998), Venâncio (1999), Peraro (2001), Rizzini e Schueller (2009), Freitas (1997), Del Priore (1996) e outros, que serão citados no decorrer deste texto. Acreditamos que a infância, sobretudo, a infância paraense é pouco pesquisada. Neste sentido, esta pesquisa tem a pretensão de tentar resgatar a história da infância paraense, focalizando o período imperial, refletindo a sociedade e a instrução no Pará neste momento, pois como afirma Damasceno (1995, p. 45), “é patente a escassez de obras sistemáticas sobre o desenvolvimento educacional no Estado do Pará”.

Diante disso, levantamos a seguinte questão: como contar a história e o cotidiano das meninas desvalidas, no Colégio Nossa Senhora do Amparo em articulação com o momento econômico, social e cultural pelo qual passava a Província? Buscamos respostas para nossas preocupações a partir dos documentos produzidos pela instituição, procurando aclarar os modos como uma instituição católica que recolhia meninas pobres realizava um trabalho assistencial e educativo no seio de uma sociedade em que os debates políticos, o desenvolvimento econômico e as questões

ligadas à vida social e cultural começavam a ganhar importância. É neste contexto que iniciativas como a do colégio em estudo ganham relevo, sobretudo, quando se tem presente que algumas delas eram apoiadas pelas elites da província, engajadas em contribuir para a instrução da população pobre.

Assim, para além do exame dos discursos religiosos acerca da educação dada pelo colégio, julgamos relevante procurar analisar como se constituía a assistência e a educação das “meninas desvalidas”, na cidade do Grão-Pará, por meio do Nossa Senhora do Amparo. Buscamos, desta maneira, contribuir para a compreensão do processo de assistência à criança pobre, no século XIX, mais especificamente ao período que compreende de 1860 a 1890, procurando contribuir para a análise das representações do lugar das crianças pobres na sociedade do período, as quais, no âmbito da instituição em estudo, deveriam ser moralizadas, educadas, disciplinadas e higienizadas para serem mães de famílias pobres.

O termo desvalida é usado para àquelas crianças que pertenciam, naquele período, a famílias de baixo poder aquisitivo. Sabe-se que as famílias consideradas desvalidas, pelo seu estado de pobreza, eram colocadas à margem da sociedade (BASTOS, 2005, p. 101). Menina desvalida no período era sinónimo de menina pobre, com total ausência de recursos financeiros ou de alguém que pudesse lhe “garantir um valimento” (SCHUELER, 2001, p. 162). Ao estudar as representações da criança órfã em Londres no final do século XIX, relacionando-as com a Lei dos pobres, instituída no mesmo período, Lydia Murdoch (2006) observou que as crianças pobres que viviam em instituições de assistência, embora fossem conhecidas como órfãs, estavam firmemente ligadas às suas famílias. Essas crianças, frequentemente, após estadias temporárias nas instituições, eram devolvidas às suas famílias. Além disso, segundo a autora, os pais comumente visitavam essas crianças institucionalizadas como órfãs.

Lapa (2008), em seu estudo sobre a criança pobre na cidade de Campinas, em fins do século XIX, adverte que quando procuramos entender quem eram esses órfãos, no período, nos defrontamos com crianças que eram supostamente pobres, que perambulavam pelas ruas e, ainda, as que causavam desordens na cidade, como quebra de vidraças, depredação de chafarizes, etc. Segundo o autor, havia aqueles órfãos que estavam sob o amparo de parentes, em asilos, cuidados por filantropos ou sob “curadoria e tutela legitimados pela justiça” (LAPA, 2008, p.96).

Para os propósitos desta pesquisa, o tempo da infância será pensado de acordo com as referências presentes no estatuto do asilo de 1868 e no regimento interno de 1869, que destaca: a admissão das alunas não poderá ser inferior a 7 e 12 de idade. Recorrendo aos estudos de Gondra (2004, p. 125), destacamos que o termo infância pobre era no “vocabulário oitocentista extenso e variado”. Destaca Valdez (2006) que, no âmbito dos discursos médico-higienistas, políticos,

religiosos e jurídicos, as crianças pobres figuravam como: perigosas, ignorantes, infelizes da sorte, desprotegidas, deserddadas, abandonadas, desamparadas, miseráveis, pobres, inocentes, enfeitadas.

Segundo os estudos de Carli (2003), que se debruçou sobre as transformações dos discursos acerca da educação da infância na Argentina entre 1880 e 1955, essas mudanças se caracterizam por terem um forte registro metafórico ao abordar a questão da criança como sujeito. Projetando-se sobre as transformações da sociedade em sua totalidade, esse debate nos indica, segundo a autora, uma articulação com a emergência do imaginário social acerca das novas gerações. De acordo com Carli (2003), a produção dos saberes sobre as crianças são, tanto no terreno da educação como nos outros, uma possibilidade para a configuração do discurso sobre a infância.

Valdez (2006) ao estudar as representações da infância nas propostas pedagógicas do médico baiano Abílio César Borges – o Barão de Macahubas, proprietário e diretor de colégios na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro e membro de entidades científicas e filantrópicas, destaca que, no Brasil, a ação “filantrópica liberal-ilustrada” se construiu em meados do século XIX quando, segundo a autora, a “geração da independência começou a construir o Estado Nacional”. Para a autora, a filantropia praticada no século XIX era uma espécie de resposta assistencialista para os problemas da pobreza, pois com base em conhecimentos científicos visava melhor adaptação dos indivíduos à sociedade através de intervenções do Estado e particulares.

Kuhlmann Jr. (1998) destaca que a filantropia é a coordenação da assistência feita de forma racional, em contraponto à caridade que se caracteriza pela sensibilidade de seus praticantes. Para o referido autor, a filantropia, nesse sentido, torna-se uma prática que isenta o Estado de suas obrigações e, paralelamente, fortalece a atuação de entidades privadas, defendendo um atendimento fracionário em múltiplas instituições. Segundo ele, ao Estado nessa conjuntura, era atribuído o papel de supervisor e subsidiário destas entidades.

Esta dissertação está pautada em fontes históricas dos documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo e visa compreender as propostas de assistência e educação implantadas no âmbito desse colégio. Para este texto foram analisados o regimento interno referente ao ano de 1869, seu estatuto reformado no ano de 1868, Relatórios dos Presidentes da Província, bem como documentos inscritos pelos provedores do colégio. Esses documentos constituem-se em importantes fontes que permitiram problematizar as propostas do asilo e pensar como estas meninas eram recolhidas, assistidas e educadas.

Estas fontes também possibilitaram pensar como se deu a iniciativa de constituição e manutenção dessa instituição e a quem ela era destinada, permitindo observar as razões que justificaram a criação de um colégio católico já mantido pelo poder público, voltado para o objetivo de oferecer assistência e educação a meninas órfãs e desvalidas da cidade. É necessário, ainda,

observarmos que as fontes históricas pertencentes ao colégio, encontram-se no Arquivo público do Pará. Na análise dessa documentação, foi importante considerar o alerta de Certeau (2002, p. 73), quando diz que o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar.

A reunião dessa documentação leva-nos a pensar, de acordo com Certeau (2002, p. 66), que toda a pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Assim, devemos proceder à crítica documental levando em conta o lugar em que foi produzido e o conjunto de práticas instauradas pelos sujeitos envolvidos com a produção dessas fontes. Como nos indica Le Goff (1996), devemos considerar o documento histórico como algo que,

fica por conta do passado, ele é fruto de um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF 1996, p. 545).

No tratamento das diferentes fontes, devemos ter presente que todo documento é monumento (LE GOFF, 1996, p.30), ele não é neutro, devendo, enquanto monumento, ser “alvo de críticas do trabalho histórico”. É necessário interrogar quem são os autores de determinado documento e quais eram seus destinatários, embora a documentação do colégio tenha sido produzida com o objetivo de registrar sua organização e suas práticas, ela foi preparada visando um processo de canonização. Desta forma, as fontes pesquisadas do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, possibilitam-nos pensar os métodos utilizados pela instituição na assistência e educação das “meninas órfãs” e, ao mesmo tempo, oferecem indícios para pensar como se constituía a “missão” do colégio.

Problemática e Objetivos da Pesquisa

As questões que norteiam esse estudo são: Que significado a instituição Nossa Senhora do Amparo teve para a sociedade paraense nesse no período de 1860 a 1890? Que propósito educacional, político e social se tinha com a criação e manutenção do Colégio Nossa Senhora do Amparo? Que concepção de infância desvalida encontra-se presente nos documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo? Que atividades educativas foram implementadas no Colégio Nossa Senhora do Amparo?

Para tentarmos responder tais questionamentos traçamos os seguintes objetivos:

- compreender o significado da instrução para as crianças desvalidas na província do Grão-Pará entre os anos 1860 a 1890, no Colégio Nossa Senhora do Amparo para sociedade paraense;
- verificar a concepção de infância desvalida nos documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo;
- analisar as atividades educativas implementadas no Colégio Nossa Senhora do Amparo nas instruções para as crianças desvalidas.

A Pesquisa com Documentos

Pela natureza do objeto, esta pesquisa é do tipo documental. Segundo Ludke e André (1986, p.15), “a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado”. Neste caso, nossa proposta de pesquisa será a pesquisa documental que, segundo Carvalho (1997, p. 154),

é aquela realizada a partir de documentos considerados autênticos (não-fraudados); tem sido largamente utilizada na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências; além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como dados estatísticos, elaborados por institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa.

Para Cellard (2008, p. 295),

o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Oliveira (2007) chama atenção para o fato de que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa visto que os documentos não passam antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.70); o que torna imprescindível que se entenda o significado das fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são escritos originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de “segunda mão”, isto é,

informações que foram trabalhadas por outros pesquisadores e, por isso, já são de domínio científico.

Os documentos da instituição estudada são considerados fontes primárias de investigação, por serem registros da época em questão e também porque não se tomou conhecimento até este momento, no que se refere a infância desvalida, de nenhuma iniciativa que outrora houvesse utilizado este corpus e construído conhecimento científico sobre ele. Por este motivo, entendemos este trabalho, com os documentos da instituição Nossa Senhora do Amparo, como uma pesquisa documental e que, portanto, se vale de fontes primárias de informação.

É importante ressaltar que, diferentemente de uma compreensão de valorização do documento como garantia de objetividade, marcas dos historiadores positivistas optamos, nesse trabalho, por um conceito de documento que toma o acontecer histórico a partir dos homens, do qual se depreende que “o documento histórico se produz com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (KHOURY et.al.; 1995, p. 14-15).

Desse modo, é que afirmamos a opção da utilização dos documentos que elucidam o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, tais como: Relatório dos presidentes de província, o Estatuto de 1868, o Regimento Interno de 1869, Relatos do cotidiano da Instituição, Ofícios, Pedidos de Expulsão e admissão das meninas e Relatório da Provedoria, na construção do corpus da pesquisa. No que se refere ao período escolhido (1860-1890), justifica-se pelo número e o estado físico dos documentos encontrados, somente após esse contato com eles é que foi possível escolher o período histórico e construir o material para a análise e obtenção do que se propõem os objetivos da pesquisa.

Em Busca do corpus da Pesquisa

Nossa caminhada inicia antes mesmo de entrarmos no mestrado, por pura curiosidade epistemológica como bem coloca Freire (1997, p. 9). Na busca de construirmos um projeto para o mestrado, pensamos no que seria interessante sobre a infância no Pará. A partir da leitura do livro de Del Priore (1999), sobre a *História das Crianças no Brasil*, conseguimos pistas sobre o processo de institucionalização da infância. Neste momento, procuramos referências que pudessem iluminar nossas idéias. Levados por essa curiosidade epistemológica por meio de uma breve pesquisa sobre a temática, tivemos contato com a tese de doutorado de Irma Rizzini (2004) intitulada: *O cidadão polido e o selvagem bruto. A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Em tal pesquisa Rizzini aponta algumas instituições asilar e correccional, criadas na intenção de dar aos

meninos desvalidos os mais variados ofícios, no bojo desta discussão, a autora aponta instituições com a mesma finalidade, mas voltadas para o público feminino entre elas o Colégio de Nossa senhora do Amparo.

Ainda na intenção de construção do projeto, fizemos um breve levantamento sobre esta instituição na Biblioteca Pública Arthur Vianna, no setor de microfilmagem e conseguimos algumas poucas notícias sobre o colégio nos jornais da época. Contudo, deu para construirmos um projeto embasado nas prévias leituras realizadas, sendo o mesmo aprovado no processo de seleção. A partir desse momento, nossas idas à Biblioteca pública Arthur Viana tornaram-se mais constantes. No setor de microfilmagem não obtivemos muito sucesso, em virtude das poucas notícias ou artigos sobre a instituição e algumas quando achadas eram quase impossível de serem lidas, devido às condições físicas dos jornais. Então percebemos que as matérias dos periódicos ou jornais não seriam fontes frutíferas para a pesquisa.

Passamos então para o setor de obras raras, na intenção de encontrarmos vestígios mais consistentes sobre o Amparo, uma fotografia ou algo parecido. Carmelita, bibliotecária do setor, foi imprescindível para minha empreitada, porque foram várias as suas idas e vindas, pegando e levando livros do acervo e nada encontrávamos. Mas não desistimos. Eis que um dia ao chegarmos no setor de Obras Raras, Carmelita havia encontrado três fotografias referentes às atividades pedagógicas das meninas do Amparo; fotografias estas importantíssimas não somente para a ilustração do texto, mas para a compreensão de educação do colégio no contexto estudado. Além disso, também foi possível encontrarmos a obra rara de Arthur Vianna, de 1906 intitulada: *O Instituto Gentil Bittencourt*. Contudo queríamos documentos escritos pelas pessoas que viveram no Colégio naquele contexto histórico, então, neste momento, recorremos ao Arquivo Público do Pará.

Nesta instituição, foi árduo o caminho, pois ao consultarmos o catálogo de documentos referentes às instituições, detectamos que havia várias fontes referentes ao Amparo, ofícios, Estatutos, regimentos internos, entre outras. No entanto, tivemos que lidar com vários contratempores tais como a documentos em completo estado de deteriorização, documentos que apesar de estarem em estado precário, ainda eram dados para manuseio das pessoas, um exemplo disto foi o regimento interno de 1869 e o Estatuto de 1868, duas importantíssimas fontes que já deveriam ter passado por uma microfilmagem ou por uma restauração documental. Para trabalharmos com estas fontes, como poderá ser notado no decorrer do texto, passamos horas transcrevendo e organizando o documento na tentativa de lê-lo, pois nem para fotografar seria possível.

Além de inúmeros dias transcrevendo esses dois documentos, partimos para os demais como relatório da provedoria, relatos de acontecimentos dentro da instituição, pedido de admissão e expulsão de meninas. Todos esses documentos estavam divididos em caixas, dentro delas estavam

documentos com variadas funções históricas tais como: relatar um fato; pedido de utensílios para o colégio; listas de entrada e saída das meninas discriminado idade e fazendo observações sobre sua situação econômica, entre outros. Como era grande a quantidade de fontes resolvemos fotografar os que tivessem melhores condições físicas e assim fizemos. Foram várias as visitas no arquivo, até mesmo pelo fato do mesmo somente funcionar das 08:00 até às 14:00 horas.

Mas voltamos ao arquivo, para nossas fontes serem fotografadas levamos em consideração a qualidade do material que seria utilizado, por isso, optamos por uma máquina fotográfica com boa resolução e outros recursos como “flash” que fazem a diferença no momento posterior de leitura dos documentos. Por isto foi utilizado uma máquina com resolução de 12.1 *mega pixels*, que contém recurso próprio de adaptação da imagem ao ambiente que foi retirada a fotografia, o que nos permitiu nitidez na apreciação do material no visualizador de foto do Windows 7. Foi com este material em mãos que convivemos por quase um semestre, fotografando as fontes; descartando a imagem que não saía boa; procurando o melhor ângulo para a foto; tudo isso na intenção de ter uma boa visualização e leitura das fontes.

Após este “isolamento” no arquivo, partimos para a leitura das fontes, sendo este um momento árduo, pois nos perguntávamos como organizá-los para trabalhar com estes documentos? Optamos então por organizá-las em pastas. Organizamos da seguinte maneira: Intitulamos as pastas em arquivo A, B e C, todas com suas referências que correspondentes ao Arquivo Público do Pará. Dentro de cada arquivo criamos outras pastas, cada pasta contém documentos selecionados por décadas. Desta forma, acreditamos que teríamos acesso rápido e preciso das informações, sobretudo, se o número de documentos for bastante amplo como no nosso caso.

Esta experiência no arquivo levou-nos a algumas reflexões: pesquisar em arquivos precisa de determinação, persistência e paciência, visto que não há uma política seja regional ou local de investimento nos arquivos. O problema de estrutura se torna grave e, portanto, muito de nossa história acaba sendo destruída e esquecida.

Essa falta de organização da documentação de arquivo é extensiva ao patrimônio bibliográfico de muitas histórias, seja de instituições educativas, seja da criança, da imprensa ou da mulher. Muitas vezes, os materiais imprescindíveis para a construção dessas memórias no Pará, que serviriam para a reconstrução dessas histórias, não são sequer dignos de tratamentos por parte dos governantes e do próprio arquivo. Os documentos se acumulam sem qualquer tipo de tratamento ou utilização, pondo em risco o valor administrativo e histórico-cultural que acarretam. O interesse que pode ter os conteúdos dos arquivos, para qualquer investigação é dificultado pelo fato, na maioria dos casos, de existir uma barreira entre a formação arquivista de quem os organiza e de quem os consulta. Para que tal não aconteça, necessário se faz uma formação tanto para os investigadores

como dos arquivistas. Deveria estabelecer-se ainda uma maior relação entre quem organiza e quem os investiga, porque nem sempre as opções de uns correspondem às necessidades dos outros.

Procedimento de Análise do Corpus

Por tratar-se de um estudo sobre uma instituição escolar significativa na província do Pará para atendimento à criança desvalida, optamos pela História Cultural pensada por Chartier. Portanto, um possível diálogo entre a História Cultural e a História das Instituições Escolares é o caminho para compreendermos como uma instituição escolar escreve sua história por meio de práticas pedagógicas que não estão desvinculadas de toda uma representação de sociedade que se queria alcançar em determinado período histórico.

A Nova História, no resgate de fontes e de sujeitos esquecidos no processo histórico, permitiu recuperar os discursos e práticas de mulheres, jovens, de pobres, escravos, crianças e outros sujeitos historicamente “excluídos”. Nesta pesquisa destacam-se o Colégio Nossa Senhora do Amparo, a sua representação e o sentido de sua prática no que se refere à instrução para as crianças amparadas por ele no referido momento histórico. Desta forma, os documentos ganham centralidade na pesquisa, embora para Lopes (2007, p. 22),

nenhum documento possa ser tomado como expressão direta da realidade, os textos arquivísticos, em geral, construíram-se como documentos que buscavam expressar determinada verdade ou produzi-la. Interpretar tais documentos significa analisar que, para além de sua objetividade, expressa em sua estrutura argumentativa, todo documento, ao mesmo tempo que revela, silencia, torna opacas outras expressões. Assim, a autoria do documento, seu lócus de produção, destinatário, o pano de fundo de sua produção e circulação são elementos tão importante quanto o estudo do texto ali expresso.

Neste sentido, ao tomar os documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, cuja função da referida instituição é de abrigar e instruir as meninas desvalidas, numa determinada época que tem como cenário a Província do Grão-Pará e, sobretudo, a Amazônia, lançamo-nos no diálogo com a História Cultural, que toma as representações como objeto da análise historiográfica, indicando um caminho profícuo de interpretações.

Entendemos os documentos como produção cultural. Na perspectiva da História Cultural, tem-se em vista a força do texto analisado, sua presença na cena da época e papel na construção do mundo social. Rioux (1998, p.17) comenta tal corrente, considerando que,

O cultural distendido e imperioso passa a ser, confusamente, a verdadeira textura do laço entre os homens, o penhor de reconciliação da sociedade com

os valores e o sagrado, o seu modo de afirmação e de identificação do indivíduo sem bagagem, o alimento das utopias a relançar. Como estabelecer vínculos e produzir sentidos? Muito simplesmente pela cultura. Esta resposta de fim de milênio, por discutível que seja, justifica plenamente, julgamos, que a história dos historiadores privilegie o cultural.

Portanto, o campo de estudo da História Cultural que elegemos como nossa matriz teórica é aquela que se desenvolveu em torno de um grupo de historiadores franceses que tem como seu principal representante Roger Chartier. A contribuição decisiva de Chartier para a história cultural está na elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”. De acordo com este horizonte teórico, a cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre esses dois pólos.

Para Chartier (1990), tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores da cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. Para ele, é imprescindível clarificar, neste passo, estas duas noções que hoje são de importância primordial para o pesquisador que pretende ter a História Cultural como sua matriz teórica.

Mas o que são as “práticas culturais”? Segundo Chartier (1990), antes de tudo, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições, às técnicas e as realizações (por exemplo, os objetos, sejam eles de origem diversas, e até mesmo um texto que posteriormente pode se tornar um documento, produzido e escrito por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade.

Ainda segundo Chartier (1990), são práticas culturais não apenas a produção de um texto ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam e discutem, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou abrigam e instruem suas crianças.

Neste sentido, a instituição a ser pesquisada, o Colégio Nossa senhora do Amparo, está situada na História Cultural, tendo como área a História das Instituições Escolares, logo também é História da Educação sendo articulada com a História da infância. Para Chartier (1990) podemos,

pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 26).

Mas o que a história cultural tem a dizer a respeito da educação e, no nosso caso, da infância desvalida na instituição escolar a ser estudada? Segundo Castanho (1987, p. 35),

é sabido que anterior aos anos 70 e 80 não havia a preocupação com as práticas escolares, isto é, com que se vivia no cotidiano da escola, a realidade escolar, o ser escola, os saberes que nela se produziam e reproduziam, o currículo escolar, a avaliação do aprendizado, o significado do tempo, o calendário escolar, o saber social que os alunos traziam à escola e suas relações com o saber instituído pela escola, a simbologia da escola, as festividades, a disciplina como forma de controle ou como organização dos saberes e das carreiras docentes, a profissionalização docente e seus ritos, a arquitetura como linguagem significativa etc.

Evidentemente, a interseção possível entre a História Cultural, a História das Instituições Escolares e a História da Infância não ocorre pela absorção de uma pela outra, mas, sem dúvida por uma mútua fecundação. A História Cultural está interessada no estudo da “teia simbólica” tecida pelas sociedades humanas por meio de suas práticas e representações; a História das Instituições Escolares, preocupada em tentar formular uma representação da instituição no que se referem às atitudes, práticas e condutas que foram sendo constantemente elaboradas e rearticuladas por meio de seus membros; e a História da Infância preocupada em contar a história de crianças sejam pobres, ricas, desvalidas ou não, levando em consideração os lugares de vivência dessa infância, como os asilos e os colégios, como o Nossa Senhora do Amparo, que foram palco de muitas cenas referentes a essa infância.

A História das Instituições escolares trabalha, ainda, com representações no sentido de construção de uma imagem da escola, como memória. Em contrapartida, ao presentificar o passado ausente, a História das Instituições escolares maneja, no sentido de apresentar provas, com documentos e diversos “procedimentos de acreditação” (CHARTIER, 1994, p. 104), tais como: gráficos, imagens, documentos e outros.

De fato, fazer História das Instituições Escolares articulada com a História da Infância é um esforço de organizar, discursivamente, o projeto institucional da escola, considerando suas práticas em diferentes momentos e o que ela representava dentro do seu contexto, o que pensa sobre seu público. Para Magalhães,

no plano histórico, uma instituição escolar é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro (os), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um

lugar de permanentes tensões. São projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (MAGALHÃES 1998, p 63-64).

Portanto, pesquisar as instituições escolares também é tratar de tecer narrativas que configuram identidade à instituição e as pessoas nela envolvidas. Dentro da perspectiva da História Cultural, uma instituição educativa inscreve-se em uma prática cultural e ao mesmo tempo inculca naqueles que com ela estão envolvidos determinadas práticas destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado comportamento que será vital para a vida social. Em todos esses casos, as práticas e as representações são resultados de determinadas motivações e necessidades sociais.

Estruturação do Texto

O texto está estruturado em três capítulos. No Capítulo I – *Revisitando a Infância no Brasil: reflexões teóricas* –, destacamos aspectos sobre a assistência à infância no Brasil, sobretudo, o direito e dever do Estado no atendimento de crianças abandonadas. Destacamos, ainda, a educação como caminho que o Estado encontrou como medida civilizatória e progresso para as províncias no Brasil. Em seguida abordamos o abandono de crianças e o papel das Santas Casas de Misericórdias implantadas em todo o Brasil por meio da Roda dos Expostos. Por fim, tratamos da política de atendimento às crianças órfãos, pobres, desamparadas, desabrigadas e desvalidas nas várias províncias do Brasil.

No Capítulo II – *A Província do Grão-Pará Entre os Anos de 1860 a 1890* –, apresentamos o papel da Igreja e do Estado na criação de medidas para atender o recolhimento de crianças desvalidas e suas implicações na manutenção de uma educação para o aproveitamento produtivo de meninos e meninas desvalidas para as províncias. Destacamos, também, a importância do processo de higienização e as medidas de modernização do Brasil.

No Capítulo III – *A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)* – realizamos a análise dos documentos selecionados e breve análise dos documentos. Aproveitamos para apresentar quatro eixos-temáticos de análise: (1) História da criação do Colégio Nossa Senhora do Amparo; (2) A assistência e a educação das meninas desvalidas no colégio de Nossa Senhora do Amparo; (3) Os princípios do estatuto de 1868 e o Regimento Interno de 1869; (4) as atividades socioeducativas do Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Para finalizar, destacamos que o objeto de pesquisa no campo da história da educação, no período em tela, há significativas lacunas e uma infinidade de possibilidades de investigações. Tais lacunas se acentuam quando se coloca em evidência a educação das meninas em relação aos códigos de conduta moral na Província do Pará de oitocentos. Com destaca Rizzini e Schueler (2011) há, sobre a educação na Província do Pará, um campo aberto para os estudiosos e pesquisadores da educação.

Capítulo I

Revisitando a Infância no Brasil: reflexões teóricas

A ideia de salvação da criança confunde-se com a proposta de salvação do país, um país a ser moldado como se molda uma criança. Na lógica do pensamento de então, um projeto político que efetivamente transformasse o Brasil numa nação civilizada implicava na ação direta sobre a infância. Moldá-la de acordo com o que se queria para o país. Dado o reconhecido atraso do Brasil e as incontáveis deficiências de sua gente, a missão que se tinha à frente era não só a de educar as crianças para uma nação forte, mas a de educar um povo criança – um povo que se encontrava ainda em sua fase de infância (RIZZINI, 2008, p. 107).

1.1. Assistir a Infância no Brasil: um direito e dever do estado

Buscar na História do Brasil as origens do passado para avaliar o presente e proteger o futuro pode ser um bom caminho para permitir uma mudança de paradigma em um momento histórico e cultural no qual as representações sociais e políticas podem ser reinventadas e ou reconstruídas em direção à equidade social. Essa retrospectiva histórica pode ser iniciada com o registro da chegada dos primeiros europeus em terras brasileiras, com a segregação dos nativos, quando eliminados na captura, tanto adultos como crianças, passam a ser a pedra-mestra da estratégia de ocupação e colonização. Sabe-se que no período colonial, os colonizadores aprisionaram e domesticaram os indígenas, seja para ter acesso facilitado às riquezas, seja para obter farta mão-de-obra servil para as atividades extrativistas.

O controle sobre a prole dos indígenas passa a ser estratégia indispensável para o sucesso da ocupação, se revelando decisiva na ação dos jesuítas em criar as “escolas elementares”, destinadas a capacitar os pequenos índios a ler, escrever e contar, mas com indisfarçável propósito de conquistar as “alminhas” virgens, isto é, com o fim de adestrar moral e espiritualmente os indiozinhos do Brasil e, com isso, esvaziar a identidade indígena (RIZZINI, 1997, p.34). Com efeito, o trabalho dos jesuítas era o adestramento, visando à doçura e os bons costumes, já que a infância era um período propício para a catequização, uma vez que nessa fase os valores ainda não haviam sido sedimentados.

Nesse contexto, milhares de crianças indígenas morreram quando os colonizadores portugueses tentavam “domesticar” as tribos. Também morriam crianças portuguesas que aqui desembarcavam na condição de órfãs do rei e que vinham com a “incumbência de casarem com os súditos da coroa” (AZAMBUJA, 2004, p. 34). Neste cenário, muitas crianças sobreviviam aos abusos sofridos durante a penosa viagem. Pelas mãos dos jesuítas, surgem as primeiras instituições educacionais destinadas às crianças no Brasil, em sistema asilar, seguindo regime de claustro religioso e sob domínio de uma “pedagogia do medo que inspirasse despreço pela carne e pelas necessidades físicas” (RIZZINI, 1997, p. 65).

Os pequenos traziam consigo marcas profundas, deixadas pela cultura indígena, que emergiam na puberdade, fazendo com que os padres catequistas considerassem-na a idade perigosa e ingrata, na qual as raízes falavam mais alto, indicando o reingresso dos jovens aos costumes parentais e, mais do que isso, unia mamelucos, mestiços e “órfãos da terra” numa mesma luta pela sobrevivência nas adversas condições de vida que se tinha no interior do sistema colonial, na então terra de Santa Cruz (DEL PRIORE, 1991, p. 21).

A escravidão negra é outro fator importante para se compreender a situação das crianças na Colônia. De acordo com Faleiros (1995), a baixa taxa de crescimento da população escrava dava-se em decorrência de diversos fatores, como os abortos por maus-tratos e, sobretudo pela alta mortalidade infantil, em virtude das péssimas condições de cativeiro e os infanticídios praticados pelas mães como forma de livrar seus filhos da escravidão. Com isso, o destino natural das crianças escravas era o trabalho

quando ainda muito pequenas, eram consideradas e tratadas como animaizinhos de estimação dos filhos dos senhores. Sofriam humilhações, maus-tratos. No entanto, não havia muitas crianças escravas abandonadas, uma vez que sua sina estava traçada como propriedade individual, como patrimônio e mão de obra (FALEIROS, 1995, p. 224).

Neste período, o número de crianças que não era proveniente de famílias escravas, abandonadas nas portas das casas, nas ruas e até nos monturos de lixo era assustador, chegando a tornar-se um problema que exigia providências. As preocupações em solucionar essa situação ocuparam um espaço estratégico naquele momento histórico para as autoridades. Estado e Igreja promoviam diferentes formas de assistência filantrópica, direcionadas às crianças abandonadas, órfãs e pobres. Segundo Faleiros (1995), os moldes de assistências a essas crianças eram ditados pela corte, isto é, eram os mesmos adotados em Portugal e em toda Europa. Discorrendo sobre tal assistência, a autora ressalta o papel da Irmandade de Nossa Senhora, conhecida popularmente como Santa Casa de Misericórdia, que “embora de caráter leigo e gozando de autonomia mantinha estreitas relações com a realeza e com a hierarquia da Igreja Católica, relações estas de privilégios, mas muitas vezes conflitivas” (FALEIROS, 1995, p. 227).

Em virtude do agravamento da situação das crianças abandonadas, órfãos e “enjeitadas” – também chamadas de expostas – decorrente da falta de orçamento do governo no que se referia à assistência aos “enjeitados”, a solução para o problema foi à criação da “Roda dos Expostos”, nas Santas Casas de Misericórdias. No século XVIII, seguindo a tradição européia, foram criadas as primeiras rodas no Brasil: Salvador, Rio de Janeiro e Recife (MARCÍLIO, 1998).

No que se refere aos diversos níveis sociais no Brasil Colônia e Império, segundo o historiador Jorge Sousa (1998), existia um abismo no cotidiano das crianças e pouco se falava do dia a dia, das situações mais banais, dos escravos, dos pobres, das crianças negras e até mesmo dos filhos de pessoas de importância. Aos recém-nascidos livres eram dedicados muitos cuidados, tais como o banho:

seu corpinho molenga era banhado em líquido espirituoso, como vinho e cachaça, limpo com manteiga e outras substâncias oleaginosas e firmemente enfaixados. As mães indígenas preferiam banhar-se no rio de seus rebentos. Os descendentes de nagôs eram enrolados em panos embebidos numa infusão de folhas (DEL PRIORE, 2000, p. 86).

Havia muita preocupação com a saúde das crianças, daí o assédio de curandeiros que as mães acreditavam que através de suas fórmulas mágicas poderiam livrar seus filhos das doenças reais ou imaginárias. Porém, os médicos as alertavam dos malefícios que isso podia trazer aos pequenos. Os relatos de história da saúde das crianças e as crenças na proteção divina ou na de intercessores celestiais esclarecem algumas situações da religiosidade colonial, do amor e preocupação que as mães tinham com seus pequenos: “embalar, cantando, a criança que dorme ou chora, sublinha a importância de certos gestos e atitudes face à primeira infância” (DEL PRIORE, 2000, p.95).

Quanto à religiosidade, tanto os filhos do colonizador quanto dos escravos e libertos viam no batismo não só uma forma de purificação, mas também a entrada da criança nas estruturas familiares sociais. A diferença no batismo era apenas quanto ao tipo de ritual. É importante frisar que a característica mais importante da infância, sem dúvida, era “o relacionamento afetivo entre pais e filhos” (DEL PRIORE, 2000, p. 95). E é nesse ambiente que as crianças brasileiras tinham sua rotina durante o Brasil imperial. No que se refere à infância das crianças da elite e seus vestes elas,

utilizavam modelos no estilo francês e uma menina nobre de sete anos já continha um guarda-roupa com muitas peças além dos artefatos de toalete. Os viajantes destacavam que eram atribuídas às escravas domésticas mulatas as funções de costurar as roupas das crianças, filhas dos donos das casas. A educação também era uma preocupação para essa classe, sendo importante não só a educação doméstica dos princípios morais da época, mas também na escola (MAUAD, 2000, p. 148).

Segundo Mauad (2000), havia uma distinção na educação das meninas e meninos. No universo feminino eram valorizados os atributos manuais e no masculino os intelectuais, podendo neste haver para os meninos a opção pela formação militar no Colégio Naval. Os termos criança, adolescente e menino já aparecem no dicionário do início do século XIX. “Menina surge primeiro como tratamento carinhoso e, só, mais tarde, também como designativo de criança ou pessoa do sexo feminino que está no período da meninice” (MAUAD, 2000, p. 140). É a partir de 1830 que o termo criança passou a ser utilizado pelos dicionários com uso reservado para a espécie humana.

Diferentemente do cotidiano das crianças da elite, a emergência das atenções sobre a infância carente e desviante no Brasil Império esteve relacionada à conjuntura de profundas transformações

sócio-econômicas e culturais que passou o país a partir da segunda metade do século XIX, causadas principalmente pelo processo de extinção gradual da escravidão – representado inicialmente pela cessação do tráfico de escravos com a promulgação, em 1850, da Lei Euzébio de Queiroz, e posteriormente, em 1871, pela lei do Ventre Livre – e pela conseqüente substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

Sendo assim, uma profusão de análises assustadoras começou a “borbulhar” com o fim da escravidão, com o crescimento em importância do mercado de trabalho livre e, principalmente, com o medo da “cidade negra, rebelde, e doente”. Esse panorama esboçado pelas teses jurídicas assustava a elite contemporânea que olhava a multidão e o crescimento urbano como os “eminentemente propagadores da desordem”. Desta forma, era preciso assistir a infância que passou a ser um “direito e dever” do Estado. Com efeito, na segunda metade do século XIX, no Brasil, surgiram as primeiras medidas efetivas dos poderes públicos com relação à infância pobre, destinada a proteção dos “Meninos Desvalidos”, que nesse momento histórico significava dizer “aquele que não tem valor, sem valimento e “sem valia”, encontra-se desprotegido, desamparado, desgraçado miserável” Rizzini & Rizzini (2004, p. 12), sendo excluídos os escravos e as meninas.

Em 1854, o Governo Imperial aprovou o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte (Decreto nº1.331^a de 17/02/1854). O decreto indicava claramente a preocupação do Governo em recolher as crianças que vagavam nas ruas, preocupação esta que permeará a assistência pública no país em todos os períodos da sua história. *Se em qualquer dos distritos vagarem menores de 12 anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para freqüentarem as escolas, vivam em mendicância, o governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um regulamento especial (ART. 61º).*

De acordo com o artigo 63º, deste decreto, enquanto não fossem criados os asilos citados, os meninos poderiam ser entregues aos párocos ou professores, sendo mantidos pelo Governo mediante pagamento mensal. Além disso, os meninos deveriam ser enviados para as companhias de aprendizes dos arsenais ou dos Imperiais Marinheiros, sob a fiscalização do Juiz de Órfãos.

Certamente, é neste período, segunda metade do século XIX, que se começa notar os primeiros sinais de preocupação com a formação do indivíduo, de forma a torná-lo útil para a sociedade e o governo. Apesar da disposição demonstrada pelo governo em dar conta da situação dos “meninos desvalidos”, o primeiro asilo só foi criado após o decreto de 1854, ou seja, o “albergue de mendigos”, que não tinha um regulamento específico para organizar as internações que eram nele processadas. A instituição, segundo Oliveira (2003), internava “indiscriminadamente” loucos, vadios, mendigos, mulheres e crianças que viviam pelas ruas.

Ainda em 1875, surge no Rio de Janeiro o Asilo dos Meninos Desvalidos, demarcando a principal iniciativa dos poderes públicos em prol da infância pobre no Império. Este fato social, por sua vez, foi enfatizado nos debates políticos, para ser seguido como exemplo de instituição por um número maior de cidades possíveis. Segundo Oliveira (2003), essa situação credenciava o Rio de Janeiro enquanto caixa de ressonância de questões em debate pelo país e enquanto vitrine para as demais cidades, sendo as experiências implementadas objeto de atenção por parte daqueles que tinham alguma capacidade de influência nas demais localidades do país (OLIVEIRA, 2003, p.11).

Em seu regulamento, o Asilo de Meninos Desvalidos era considerado como um “internato a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos. Os asilados deveriam receber instrução primária e o ensino de ofícios mecânicos” (OLIVEIRA, 2003, p. 12). A criação do Asilo dos Meninos Desvalidos foi a principal iniciativa dos poderes públicos em prol da infância pobre no Brasil Império. Sobre ele, Rizzini (1997) afirma que foi uma iniciativa avançada para sua época, na medida em que o atendimento à infância desvalida restringia-se ao simples enclausuramento nos asilos de caridade, nas companhias de aprendizes subordinadas aos Ministérios da Marinha ou da Guerra e até nas prisões, no caso dos viciosos ou criminosos (RIZZINI, 1997, p. 34).

Essa assistência dada às crianças desvalidas no período do Brasil Império, chamada de “caridade oficial”, expressão criada por Athaulfo de Paiva, foi muito criticada por aqueles que debatiam o tema. Eles consideravam essa assistência mal executada, com péssimos resultados, tais como a “degenerescência da raça”, o “incitamento a preguiça”, e a vadiagem que anarquizam a sociedade. Nesse período, conforme Rizzini (1997) houve uma grande criação de instituições do tipo internatos, reformatórios, escolas premonitórias correcionais, todas com o objetivo de recolher e educar os “menores abandonados e viciosos” evitando, assim, as desordens e proporcionando a recuperação dos desviantes.

embora seja possível considerar que todas as instituições citadas assumiam um certo caráter punitivo, combinado em diferentes medidas com a justificativa da proteção e/ou regeneração dos internos. As críticas constantes que sofriam por receber menores evidenciam a incompatibilidade entre as representações que lhe davam sentido e o universo simbólico centrado na noção genérica de infância (VIANA, 1999, p.58).

Acredita-se que essas instituições eram consideradas como lugar tecnicamente ideal para a formação do cidadão sadio, antítese da desorganização e dos problemas sociais detectados pelos higienistas, educadores e juristas, visto que sua função seria preparar “corretamente” as crianças isoladas dos vícios do mundo. Era preciso salvar a “infância fragilizada”, que deveria ser

transformada no novo cidadão higiênico e trabalhador, força e alma do futuro da nação e para isso era preciso moldá-la. Rago, em seu trabalho intitulado *Do cabaré ao lar: A utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1893* apresenta esta percepção da infância como “matéria facilmente moldável”. Para Rago (1985), o Estado deveria preocupa-se em formar o caráter da criança, incutindo-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa (RAGO, 1985).

Semelhante idéia é apresentada por Wadsworth (1999), em seu estudo sobre a atuação do Dr. Moncorvo Filho que, em 1899, criou o IPAI (Instituto de Proteção e Assistência à Infância). O autor afirma que, “para Mancorvo Filho, as crianças possuíam uma valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada” (1999, p. 34).

A materialização da idéia de salvar e moldar a criança, visto que esta é o futuro da nação, foi inspirada no discurso corrente da época, tendo como pressuposto que o investimento na criança constituía-se como uma forma de investir no futuro do país, ou seja, era parte de um projeto essencialmente político. Para Rizzini (2008, p.105),

a meta era combater o contingente ocioso da população, enquadrando-o desde a infância à demanda do desenvolvimento capitalista de então, ou seja, transformar a criança pobre em elemento útil para o país. De forma objetiva, era preciso proteger a criança como de defesa da própria sociedade. O discurso apresentava-se, com frequência, ambíguo, onde a criança precisava ser protegida, mas também contida, a fim de que não causasse danos à sociedade.

Esta ambigüidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com certa percepção da infância, ora em perigo, ora perigosa. Tais representações não por acaso estavam atreladas a determinados extratos sociais, sendo a noção de periculosidade associada à infância das classes populares. Segundo Rizzini (2008, p.106), o foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e a assistência à infância.

É importante frisar que era para a criança “moralmente abandonada” que se voltavam os olhos preocupados dos reformadores sociais. O abandono moral constituirá o ponto central do discurso moralizador. Cuidar da infância era direito e dever do Estado, que fazia o que julgasse melhor. Adquire-se o sentido de vigiar a infância como um dever patriótico, cabendo, pois, ao Estado,

a missão de salvar as crianças, tomando-as para si e transformando-as em elementos úteis para a nação – os “filhos da Pátria” – como seriam chamadas. A própria idéia de salvação da criança confunde-se com a proposta de salvação do país, um país a ser moldado como se molda uma criança. Na lógica do pensamento de então, um projeto político que efetivamente transformasse o Brasil numa nação civilizada implicava na ação direta sobre a infância. Moldá-la de acordo com o que se queria para o país. Dado o reconhecido atraso do Brasil e as incontáveis deficiências de sua gente, a missão que se tinha à frente era não só a de educar as crianças para uma nação forte, mas a de educar um povo criança – um povo que se encontrava ainda em sua fase de infância (RIZZINI, 2008, p. 107).

A elite brasileira via o povo como um ser bruto e primitivo se pensarmos no ideal de civilização da época, o qual jamais poderia ser alcançado com os nativos da terra, pois este, bruto e ignorante, era como uma criança, que cresceu sem ter sido lapidada. Ademais, via-se na criança facilmente adaptável, a solução para o país. Por um lado, ela simbolizava a esperança, o futuro da nação. Por outro, ela constituía uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza, colocando em dúvida a sua inocência. No dizer de um jurista da época, “... contentamo-nos de confessar que aquella lenda da alma infantil cândida e altruísta, está morta” (LOBO, 1907, p. 28).

Esta visão ambivalente em relação à criança torna-se dominante no discurso brasileiro nas últimas décadas do século XIX. Identifica-se na criança, filha da pobreza, um importante elemento de transformação social, de acordo com o projeto político da época, o que justificará e legitimará uma série de medidas repressivas impostas sob a forma de assistência aos pobres. “Os anseios e objetivos da elite política brasileira da época identificados nas palavras “modernidade”, “civilização” e “urbanização”, entre outras, imprimiam suas marcas, suas características na idéia, no conceito de infância no final do Império. “Matéria facilmente moldável”, “matéria-prima”, “reserva dos homens do Brasil”, “adulto em formação” e “futuro de uma pátria em formação” são algumas das expressões encontradas para se referir à infância no final do século XIX. Lembramos que a Proclamação da República Brasileira, ocorrida em 1889, se constituiu, antes de mais nada, no estabelecimento de novos projetos e perspectivas para as elites brasileiras. O Brasil deveria se tornar um país moderno, urbano e civilizado, tudo isso através do trabalho de especialistas nas áreas da medicina, da engenharia e da educação. Além disso, os espaços urbanos, os valores e os comportamentos da população seriam “reformados”. Homens e mulheres deveriam ser higiênicos, sadios e moralizados. Assim, é neste cenário que a escola ganha ainda mais importância para se chegar a tal ideário.

1.2. *A Educação como Caminho para a Civilização e o Progresso*

Os *Anais da Assembléia Constituinte*, resultado das discussões do legislativo entre os meses de maio e novembro de 1823, reúnem documentos que relatam os projetos para definir o futuro da nação Brasileira. Entre eles estava a difusão da instrução e ensino para os habitantes do Império, fundamentalmente as crianças. Nos debates dos constituintes, a necessidade de educação da “mocidade”, dos “meninos” e das “meninas” era proclamada com relativa insistência. Inicialmente, sem dúvida, a preocupação com as crianças estava diretamente relacionada aos debates sobre a própria formação do povo e do cidadão brasileiro (ABREU & MARTINEZ, 1997, p. 20).

Era a primeira vez que a palavra criança aparecia no contexto da construção do Estado. Entretanto, havia somente algumas poucas referências, as quais, segundo Abreu e Martinez (1997), demonstravam que a problemática da criança, inserida nas discussões da instrução pública, apenas começava a insinuar-se entre os projetos de construção da jovem nação Brasileira. Na década de 1830, pensando na instrução das crianças pobres a fim de formar um contingente profissional para atuar na Marinha e na Guerra, o Império determinou o envio de órfãos desvalidos para esses arsenais¹. Na década seguinte, foram instituídas as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros

Iniciava-se, assim, a formação compulsória de trabalhadores para os mais variados ofícios através do encaminhamento de crianças e adolescentes às oficinas dos arsenais militares de Guerra e da Marinha. O objetivo era evitar que as crianças desvalidas, tanto meninos como meninas, se tornassem futuros vadios, inúteis e perigosos para a sociedade. A política de atenção à infância desvalida e pobre se intensificou nos anos de 1850 com a criação de asilos, escolas de internatos, colônias agrícolas em quase todas as províncias. De acordo com Marcílio (1998, p. 193),

a ideologia que fundamentou essas novas instituições incluía a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas, que assim não seriam “entregues a si mesmas, senão depois de terem cumprido os deveres do homem para com a nação, defendendo-a, e habilitadas para só dependerem de seus braços e da sua habilidade.

Para a autora, a motivação desse projeto fora a abolição do tráfico africano de escravos, que provocou na elite o temor de passar por carência de suprimento da mão-de-obra doméstica e

¹ A promulgação das leis que determinavam o envio de órfãos desvalidos para os arsenais da guerra e da marinha data, respectivamente, de 21 de fevereiro de 1832 e de 23 de Agosto de 1835 (PINHEIRO, 2003, p.50).

agrícola, e além do rastro de duas grandes epidemias que assolaram o país e que deixaram uma legião de crianças órfãs e desamparadas: a da febre amarela (1849) e a da cólera (1855).

Na perspectiva de construir uma nação brasileira com traços próprios, a educação escolar tornou-se um elemento primordial, articulado ao discurso dos conhecimentos médico-higienista, levando a idéia da produção de um sujeito sadio, de uma sociedade regenerada, higienizada e curada, ou seja, nessa perspectiva higienista a escola e o ato de educar,

passava a exigir a invenção de uma nova organização a ser instalada em obediência aos imperativos dessa nova sociedade que se queria fundar; para qual a escola deveria concorrer favorecendo o estabelecimento de um processo de formação de longo prazo, durante o qual os indivíduos fossem educados pelas (e para) as práticas desse mundo fabricado pela razão ilustrada e que se constituísse em uma experiência útil à nova ordem (GONDRA, 2003, p. 526-527).

A escola passou, nesse momento, a ser vista como aquela que atuaria no processo de civilizar o povo brasileiro, pois nela aprender-se-ia novos hábitos que edificaria uma nova sociedade, ou melhor, a escola, nesse contexto é “o caminho para se atingir a civilidade, o desenvolvimento e o progresso” (RESENDE & NETO, 2009, p. 369). No Brasil imperial,

a partir da segunda metade do século XIX, a preocupação com a formação educacional das crianças é tema de particular interesse do imperador D. Pedro II, e são promulgadas leis que tratam do ensino primário e secundário, além de decretos que estabeleciam a obrigatoriedade do ensino a todos os meninos maiores de sete anos (CABRAL & SOUSA, 2004, p. 76).

Para ser mais exato, isto demonstra que caberia à educação atuar sobre a desordem e para isso as crianças são o alvo a ser atingido por meio da escolarização e da higienização. O tema da instrução e educação é convertido em problema de ordem pública e médica, pois é necessário construir uma verdadeira civilização². Para tal, a escolarização como projeto de civilização careceria de escolas convenientemente estabelecidas, perfeitamente dirigidas e com mestres cuja

² O conceito de civilização encontra-se nos livros de Norbert Elias (1990-1994). Para efeito deste estudo cabe explicar os problemas que existem na descrição deste conceito. Para Elias, o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: no nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitação ou a maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” e “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos continua Elias, o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização e que qualidade comum leva todas essas atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: esse conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo; a consciência nacional e muito mais. ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990.

moralidade e saber fossem uma sólida garantia. Tripla combinatória que em 1871 leva o Dr. Corrêa a conclamar seus contemporâneos para realizar as medidas que transformassem o quadro descrito:

Oh! Não, homens da época e do Brazil, não consistais que o collegio seja uma perigosa banalidade industrial! Fazei delle um seio de educação e de sãos princípios de instrução; fazei dos pequenos pensadores úteis e esforçados, e das meninas úteis mulheres mães do futuro, mães que resgatem a maternidade da criminosa indolência em que jaz. Dissestes um dia que no Brazil, d'ahi em diante, ninguém mais morreria escravo; pois bem, sede coerente; salvai na pia do futuro e na pia da escola esses christãos, escravos da ignorância e da prejudicialissima falta de princípios sãos de educação. A educação como é feita, e a instrução como é dada, mergulha o homem no cahos das indecisões e de todos os vícios e aberrações. (...) o Brazil, porém, como deve ser, este Império do futuro, este fidalgo da natureza, representado pela mocidade de ambos os sexos, agonisa, morre na inutilidade da educação e da instrução, tão prejudiciaes ao desenvolvimento physico e moral do homem (CORRÊA, apud GONDRA, 1998, p. 221).

A escola e a instrução deveriam servir como meio para, juntamente com o discurso de civilização, ajudar o desenvolvimento físico e moral dos meninos e meninas, acelerando a construção do futuro grandioso da nação. Para tanto os conhecimentos higiênicos são apresentados como alternativas, como remédios para os males detectados no povo brasileiro. Realmente os médicos-higienistas, os educadores e juristas consideravam a educação “o elixir responsável pela instalação da nova era” (GONDRA, 2003, p. 530). Desta forma, caberia a educação propagar e moldar comportamentos, moralizando-os, sobretudo, quando se referia ao universo social e cultural da pobreza. De acordo com Marques (2000, p.40),

em meados do século XIX era opinião corrente a condição infeliz dos membros das classes populares era ou a causa ou o resultado de um espírito viciado, de uma vida imoral, desordenada, liberta de toda irregularidade. Na péssima impressão que estas pessoas causavam às elites, culpava-se menos a imoralidade atribuída a certos comportamentos e muito mais o sentido desregrado e anárquico que aparentavam imprimir às próprias existências.

O que é importante ressaltar é que a ideia de civilizar e disciplinar a população estava diretamente relacionado com a redefinição de percepções sociais a respeito da “pobreza”, e da “mendicância”, ou seja, cada vez mais a “pobreza” e a “mendicância” eram associadas, nos discursos médicos e higienistas, a degeneração humana. Falando ainda da escola e da necessidade de instruir e civilizar o povo, Junior (2002) afirma que na medida em que a educação fosse ampliada o povo poderia adquirir virtudes como cuidar melhor de si mesmo e educaria melhor seus

filhos, preparando-se para o trabalho moderno e possibilitando ao Brasil um maior desenvolvimento.

Como percebemos a necessidade de educar a população para se alcançar uma nação transformada, fez surgir e ser adotadas medidas que contribuíssem para ordenar uma sociedade até então julgada como desorganizada, incivilizada e suja, se comparada a Europa. Era imprescindível adequar os sujeitos à nova realidade social e cultural que se pretendia construir. Civilização tornou-se a panacéia para legitimar ações que se afirmavam como meio de superação para os males e problemas nacionais (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 69).

Obviamente, a educação e a higienização das classes populares seria um poderoso instrumento de “regeneração social”, pois higienizar o povo, o indivíduo, era condição imprescindível para que o futuro grandioso fosse definitivamente erguido, iluminado pelos conhecimentos médico-higienistas, o povo poderia ser tão grande e tão belo como seu próprio território. Mas para onde ia a maioria das crianças pobres?

A situação das crianças estava longe de se apresentar idêntica para todas, mas muitas eram as que estavam destinadas a uma vivência institucionalizada. Com esta estratégia, evitam-se os perigos representados pela população postos a margem e, ao mesmo tempo, abastece-se os postos de trabalho com uma gente minimamente capacitada e disciplinada, cabendo ao mundo do trabalho dar seqüência ao controle iniciado ou não no seio familiar. Na verdade, os asilos e internatos eram percebidos,

como uma forma de assistência social, mas também como medida de controle social, posto que, freqüentemente, a população pobre e desassistida foi representada sob os adjetivos de “arruaceira, capoeira e delinqüentes”. Deste modo, ao combinar rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da “desordem” e, por tabela, ofereciam uma mão-de-obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata. Educados nestes termos seriam “úteis a si e a pátria” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 108).

A forma de educação e instrução em internatos e asilos constituiu-se em um dos instrumentos para lidar com essa fração da população, mas não exclusivamente, pois no decorrer do oitocentos, houve a criação de internatos voltados para atendimento da gente da “boa sociedade”, especialmente os colégios destinados às elites políticas e culturais, mas também para religiosos, crianças, desvalidos, mendigos, abandonados, infratores e até mesmo para a formação de professores, como indica Rizzini (2004).

Segundo Buffa (2002, p. 25), estes modelos de institucionalização, que separa totalmente o indivíduo do convívio social, submetendo-o a esta espécie de “segunda sociedade”, cuja meta é preparar os sujeitos para a vida no exterior dos muros que internam, ainda nos leva a muitas indagações, pois os muros ou portões funcionavam como metáfora para descrever a separação que o internato ou asilo instaurava e a nova experiência iniciada era uma espécie de “exílio”.

A construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional. Para Schueler (2009, p.2),

além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumento modelares para a promoção dos ideais de civilização, então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo. Entre tais instituições, os asilos e internatos para a infância adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias localidades do país, criados e disseminados por iniciativas de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos).

Para ancorar nossas reflexões, dialogamos com Riant (1877), médico Francês de meados do século XIX, que discute o problema da higiene da infância nos internatos e asilo. Ele afirma que o dia de entrada efetiva de uma criança no internato significava, ao mesmo tempo, que havia uma criança a menos no seio de uma família e uma a mais no interior de um estabelecimento de instrução, que pouco sabe sobre a vida da criança, exceto o que consta no seu atestado de nascimento, isso quando havia. O médico defendera, então, que se realizasse uma anamnese, que funcionaria como estratégia para melhor conhecer as crianças. Para ele, a entrada nos internatos ou asilos consistia em uma separação, que tinha início em muitas situações, podendo ser observada já no período do aleitamento, pois as mães do século XIX “não hesitavam em confiar a outras mulheres, a mercenária, a tarefa de cuidar e de alimentar seus filhos que tanto amam” (RIANT, 1877, 179).

Isto implica reconhecer a existência de um número variado de instituições, havendo aquelas que acolhiam crianças muito pequenas, implicando na produção da promiscuidade e indisciplina, devido à variadas idades em um mesmo local. Referindo-se às idades das crianças nos internatos, o higienista defende que deveriam ser admitidas crianças com idade inferior a 7-10 anos, visto que a presença dessas representaria um incômodo quanto às regras, à disciplina e representaria um perigo à saúde das outras crianças. Para Riant, (1877, p.108), a questão da idade implicaria no funcionamento dos internatos e asilos e suas rotinas, pois a moralidade da sociedade da época exige

a separação das crianças em idades e sexos diferentes, devendo cada faixa etária e sexo ter um lugar próprio para estudar, dormir, se vestir, se alimentar, ter aulas, passear e rezar.

Referindo-se aos internatos e asilos no Brasil no século XIX, estes modelos institucionais de educação, ganharam um valor especial, promovendo prolongados e intensos debates a respeito dessas instituições, seja por parte dos que defendiam ou dos que eram contra, por vê-las como elemento de má formação moral e profissional. Para Gondra e Schueler (2008, p.112),

a rigor, as experiências dos internatos no Brasil podem ser pensadas a partir da experiência colonial, que encontrou nessa fórmula uma tecnologia para educar e disciplinar, de modos distintos, os segmentos da sociedade que a instituição educativa criada e mantida pela Igreja Católica ajudava a distinguir e hierarquizar.

Não podemos equiparar o que se passava e se processava em instituições como seminários religiosos, aldeamentos e rodas dos expostos. “Os primeiros foram concebidos como “seminário perpétuo de ministros de Deus”, e os demais destinados a índios, órfãos e como instituições de recolhimento e criação de abandonados” (SHUELER, 2009, p. 4). Distinção esta, que vai sendo ampliada com o atendimento ao público que a forma escolar ajudou a discriminar, como é o caso dos internatos para o sexo masculino e feminino. Isso demonstra que a criação dos asilos e internatos, abarcando meninos e meninas, constituiu paradigmas e práticas sobre as relações sociais de gênero, bem como os lugares e funções de homens e mulheres na sociedade oitocentista. Desse modo, “instituições e agências plurais se dedicaram a educar corpos e indivíduos” (SCHUELER, 2009, p. 6).

A título de exemplo, temos o Seminário de Nossa Senhora da Glória, criado em 1825 na cidade de São Paulo, para atender as meninas órfãs e abandonadas; o Recolhimento de Nossa da Glória de Pernambuco, criado em 1802, para atender as filhas da nascente burguesia; o Recolhimento de Educandas e, posteriormente, Colégio Nossa Senhora do Amparo, no Pará, criado em 1804, em Belém para abrigar meninas índias, órfãs e desvalidas prioritariamente entre outras. Como vemos as instituições destinadas para o acolhimento e disciplina da chamada “infância desvalida” se espalhou pelo país. Para Nosella e Buffa (2003), nessas instituições para o sexo feminino, projetava-se o casamento ou trabalho em casas de famílias. No entanto, o magistério também foi sendo desenhado como opção, a ponto de se prever a transformação de algumas instituições para meninas em escola normal, fato que se efetivou em algumas delas.

A forma de internatos e asilos para as crianças foi desenvolvida com o impulso de iniciativas religiosas, que, por sua vez, não abriram mão do auxílio público e de apoios da iniciativa privada,

por meio do apelo da caridade e da filantropia, que “garantiam aos proprietários e demais doadores um tipo de capital e reconhecimento social decorrente da atitude humanitária associada a tal gesto” (BUFFA, 2002, p. 39). Neste domínio, assistimos, por sua vez, à execução da liberdade de ensino, pois alguns internatos e asilos foram criados e mantidos pela iniciativa privada e outros pelos poderes públicos, como foi o caso, por exemplo, do Imperial Colégio de Pedro II, os internatos para cegos e surdo-mudos, o internato para meninos desvalidos e arsenais de guerra e de armada que já foram referidos anteriormente.

No que se refere às instituições voltadas para a população pobre, vale ressaltar, mais uma vez, que elas foram espalhadas no vasto território brasileiro, com caráter diverso. As primeiras, como se sabe, se encontram associadas às iniciativas das Santas Casas de Misericórdia, da qual falaremos mais adiante, como instituição de recolhimento, criação e educação de crianças pobres.

Outra questão importante é que a perspectiva de assistir a população pobre e as crianças desvalidas também marcou as iniciativas das forças militares, como por exemplo, a inauguração do Asilo dos Inválidos da Pátria, no feriado de 29 de junho de 1868, aniversário da princesa Isabel. De acordo com Cunha (2006, p. 27),

a criação deste tipo de asilo se encontra inserida em um modelo assistencialista de formação e de atendimento da população mais pobre e que acompanhou um movimento de amplitude internacional. Nesse movimento, foram criadas outras instituições asilares, como o asilo de meninos desvalidos, fundado em 1875, e a Associação Protetora da Infância desvalida, impulsionada em 1871, pela Câmara Municipal, além daquelas destinadas a acolher e educar crianças consideradas “incapacitadas”.

Essas iniciativas, entretanto, não se restringiam a Corte, conforme indica a pesquisa de Irma Rizzini (2004), que concentrou seus estudos sobre crianças desvalida na Amazônia. As discussões na Câmara dos deputados nos dão algumas indicações nessa direção, como o projeto do deputado Manoel Motta, propondo a criação de um asilo para mendigos e indigentes, em Porto Alegre (sessão de 15/05/1855), ou, ainda, os projetos do deputado Henrique Limpo de Abreu, sendo que um deles previa a criação de um asilo para inválidos e outro, um asilo rural para os expostos, órfãos e desvalidos (sessão de 19/06/1865). No que tange ao enquadramento dos asilos e internatos no modelo institucional, cabe-nos recorrer ao conceito formulado por Erving Goffman acerca das instituições totais: uma disposição básica da sociedade moderna que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descritas como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida (GOFFMAN, 1974).

As instituições criadas para cuidar de pessoas julgadas inválidas, incapazes, órfãos, indigentes ou inofensivas, são exemplos de instituições totais, como as casas para cegos, velhos, surdos e outros (GOFFMAN, 1974). Tais estabelecimentos, criados sob a égide da caridade e da filantropia, integram um processo de institucionalização maciça da população e, nesse sentido, as chamadas “classes perigosas” deveriam ser disciplinadas, higienizadas, civilizadas.

Conforme Cunha (2006), com esse projeto de controle social, pretendia-se, de um lado, solucionar a questão visível da miséria urbana e da conseqüente mendicância, que comprometia o “brilho” do progresso das nações, tão caro ao discurso civilizatório do século XIX, e, de outro, atender à preocupação com a higiene pública, um pré-requisito essencial para a entrada na modernidade.

Desta forma, no Brasil, mais precisamente no decorrer do oitocentos, o confinamento em instituições como asilo e internatos surgia como uma solução higiênica para o problema dessa população desassistida e/ou julgada incapacitada, ajudando na construção de uma sociedade civilizada nos trópicos (GONDRA, 2004).

Representando o “exílio necessário”, como descreve o médico higiênista Riant (1877), os internatos e asilos vão se afirmando como modelos educativos, uma tecnologia inventada pela sociedade para proteger a infância pobre, preparando-a para o mundo do trabalho. Curiosamente, essa fórmula também é adotada para educar a criança rica. Realmente essas formas escolares se constituíram por meio do imaginário de que tais instituições embalavam os sonhos de que a reclusão total se constituía na melhor estratégia para interferir no curso de vidas das crianças que nelas ingressavam.

Além disso, a invenção da forma escolar moderna, sem dúvida, estava associada ao processo de constituição da infância como uma categoria de análise das ciências naturais, sociais e humanas, em franca constituição no oitocentos, e de sua progressiva institucionalização como objeto de intervenção do Estado e da sociedade, a partir de variadas políticas públicas e privadas de educação, assistência e filantropia social. Nesse aspecto, é preciso não confundir a constituição de um conceito abstrato de infância, presente nos discursos médicos, pedagógicos, jurídicos e religiosos, a partir do século XVI, com a diversidade e pluralidade de representações, práticas e vivências em torno dos significados do ser criança e experimentar a vida como tal.

Aos fatores relacionados às idades estavam associados os papéis e desempenhos específicos que dependiam das relações de classe, etnia e gênero, nas quais se inseria a criança. Conceitos como *infância desvalida*, *infância abandonada*, *infância delinqüente*, e o uso da categoria menor, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, econômicos e

culturais num determinado contexto histórico. A própria existência dessas adjetivações já apontava para as diferenças (e desigualdades) que envolviam o termo infância e para a diversidade de projetos e iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais e desiguais da experiência humana.

1.3. *O Abandono de Crianças e as Santas Casas de Misericórdia*

*Era uma janela de tábuas,
Dura, sem frestas, despintada.
Mas girando-a sobre ela mesma,
Ei-la côncava e toda aberta .
Colocavam o recém-nascido
Naquele receptivo
E davam-lhe giro contrário.
Simples como passe mágico.
[...] e inabordável todo-o-dia:
Só pela noite é que ousaria
Alguém tentar a operação.
A gratuita transmutação
De ali sepultar uma vida
Que ninguém viu, nem a parida.*

João Cabral de Mello Neto. A educação pela pedra e depois. (Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997, p. 211-212)

Direcionando o olhar para as terras lusitanas, retrocedendo cerca de seis séculos, apreendemos como as pessoas cultivavam os preceitos do compromisso das Misericórdias corporais. Para enterrar seus mortos, como não existia serviço funerário e apenas os ricos eram enterrados, ficando os pobres, não incomumente, insepultos, elas recolhiam os cadáveres expostos nas ruas, esquartejados, boiando em rios, putrefeitos em quartos fétidos e davam-lhe a cova. No que se refere,

aos preceitos de visitar enfermos, a mesma dificuldade se avultava. Pelos parques hospitalares, os irmãos faziam as visitas no domicílio, cuidavam de enfermidades até mesmo contagiosas, como a peste, a boubas, que exigia atenção especializadas. Por vezes, com os recursos advindo da Irmandade, edificavam hospitais privados, precariamente equipados, e aos cuidados de boticários, sangradores, enfermeiros, algum cirurgião (CARNEIRO, 1986, p. 539).

As doenças, incluindo a peste, assolavam Portugal, dizimando parte da população, o que fez Dom João II, intentando reformar a assistência portuguesa, fundar e iniciar a construção em 1492, do Hospital de Todos os Santos, edificado em forma de cruz, tendo ao centro uma capela. Porém,

para Carneiro (1986), o grande mérito coube à rainha Leonor de Lencastre, já viúva nessa época, assessorada pelo frade espanhol, Miguel de Contreras, criar em 1498 a ordem das Santas Casas de Misericórdias- a confraria de Misericórdia de Lisboa- parâmetro para as demais, no que pertence ao regulamento dos hospitais, com base jurídica, tendo adquirido personalidade moral e religiosa, reconhecida pelo Direito Canônico. À confraria foi atribuída a coordenação centralizada do Hospital de Todos os Santos. Ao tempo do falecimento da rainha Leonor, já havia sido criada sessenta e uma unidades de Misericórdias em Portugal, para exercer a assistência aos pobres, desvalidos, anciãos e enfermos.

A primeira Santa Casa no Brasil foi fundada em 1543, na capitânia de São Vicente, por Brás Cubas. Foi um Marco da Misericórdia. Sucessivamente, fundaram-se as Irmandades, as quais foram dando conta de construir as Santas Casas de conformidade com os termos do “compromisso” com os carentes. A mediação das “Irmandades” nas Santas Casas de Misericórdia representa o laicato oligárquico a serviço da caridade cristã, embora para integrar a irmandade já possuíssem um “status” de pessoas e de projeção social significativa. Segundo Marcílio e Venâncio (1999, p. 144-163), “algumas Santas Casas optaram pela instituição da roda dos expostos em seus muros ou no andar térreo das instalações, como a Santa Casa de São Paulo, que recebia enjeitados não só da capital como das cidades circunvizinhas”. O que não aconteceu na Santa Casa de Misericórdia do Pará que não instituiu a roda, mas que não deixou de torna-se uma instituição de assistência aos velhos, enfermos, pobres, órfãos abandonados, porém não pelo sistema da roda. Segundo Lapa (1995, p. 130), muitas Santas Casas atendiam à população pobre, mas sem Roda de Expostos, muitas vezes pela própria estrutura, ou pelo não consentimento da administração interna por considerar,

uma mancha social, um depósito de crianças enjeitadas, fato inadmissível e não acatado por uma sociedade composta por um número significativo de famílias de estirpe, aparentemente, plena de costumes e comportamentos ilibados. Isso porque, por trás dessa capa de virtuosidade, as mazelas concernentes à estratificação social grassavam na terra dos grandes fazendeiros e titulares do Império (LAPA 1995, p. 131).

Para Russel-wood (1981), a instalação da roda por algumas Misericórdias está relacionada prioritariamente com a necessidade de batizar as crianças expostas, expressão de uma atitude respaldada na fé cristã, evitando-se o cruel infanticídio, mas lembra que isso só foi possível pelo aporte de dinheiro e privilégios fiscais prometidos pelo vice-rei a alguns dirigentes da irmandade. Desta forma, a câmara municipal e as Misericórdias de algumas províncias dividiram as responsabilidades no atendimento às crianças. Sobre isso, ressalta Russel-wood:

ambas as instituições adotavam o sistema de colocar os enjeitados em casas particulares, conhecidas como “colocação familiar”. Pagava-se a uma ama-de-leite durante três anos para fornecer leite, alimentação e vestuário. O alcance e a eficácia das Câmaras e das Misericórdias, respectivamente, ilustram plenamente o papel semiburocrático adotado pela Irmandade da misericórdia (ROSSEL-WOOD, 1981, p 235).

Mesgravis (1976) em sua tese de doutorado estudou a atuação da *Santa Casa de Misericórdia* de São Paulo na assistência social. Entende as Misericórdias e as Câmaras Municipais como “os pilares básicos do Império Português, do Brasil ao Japão, garantindo sua unidade dentro da enorme diversidade de culturas e paisagens humanas que abrangiam os três continentes” (MESGRAVIS, 1976, p.66). A assistência a criança abandonada esteve associada a uma ética católico-cristã que se propagou pelo domínio Português e foi a base na qual se instituiu as Misericórdias no Brasil, no século XVI. Segundo Nascimento (2008, p. 56), foi o primeiro compromisso ou estatuto firmado entre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a Coroa Portuguesa data de 1516. Esse documento é importante porque estabelece as atribuições da Irmandade, sua organização interna, e garante os privilégios jurídicos e financeiros. Entre suas diversas obrigações não constava o auxílio as criança abandonadas ou expostas.

Ainda segundo Nascimento (2008), em 1618, foram ampliadas as suas atribuições, reformulando-se o compromisso da Misericórdia. Entre essas novas atribuições, havia uma breve menção aos deveres caritativos da Irmandade para com os enjeitados. Mas esse dever não figurava como uma obrigação estatutária e sim como uma recomendação geral das obrigações do cristão para com o próximo, na prática da caridade, no amor moral. Segundo Russel-wood (1981), as Misericórdias, no Brasil, seguiram o compromisso de Lisboa: “em muitos casos a fundação de uma misericórdia era simultânea a fundação da cidade, ou a seguia de pouco”. Como o Brasil seguia o Modelo europeu, não tardou para ser instituída, no século XVIII, em algumas Misericórdias a Roda dos Expostos³,

o nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar, sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar o vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 1997, p. 64).

³ Segundo Marcílio, a primeira roda foi em Salvador (1726), outra no Rio de Janeiro (1738) e a última em Recife (1789).

Como podemos verificar nas imagens que segue:

Imagem 1- As Rodas dos Expostos



Fonte: MESGRAVIS, Laima. *As Santas Casas de Misericórdia*. São Paulo: conselho Estadual de Cultura. 1976.

Mas o que significava criança abandonada nesse contexto? Sobre isso, Venâncio diz que,

na verdade os termos “expor” ou “enjeitar” encobriam realidades distintas. Toda mulher que, no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem hospitais, conventos e domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estava tentando protegê-lo. No primeiro caso, os bebês quase sempre eram encontrados mortos de fome, sede, frio ou então em virtude de ferimentos provocados por cães e porcos que perambulavam pelo passeio público. No segundo, a intenção era claramente salvar a criança (VENÂNCIO, 1999, p. 23).

Além disso, o referido autor, afirma que o abandono das crianças na roda poderia ser considerado como única forma da família pobre conseguir apoio para a criação de seus filhos. Pois, o acolhimento e criação dessas crianças evitava o infanticídio, garantia o anonimato de quem depositava a criança, escondendo a origem da mesma. Para Arantes (2009), havia alguns motivos para os pais abandonarem sua prole na roda,

para que os senhores pudessem alugar as escravas como amas-de-leite, para evitar o ônus da criação de filhos das escravas, em idade ainda não produtiva; pela esperança que tinham as escravas de que seus filhos se tornassem livres, entregando-os a roda; ou apenas para que os recém-nascidos tivessem um enterro digno, já que muitos eram expostos mortos ou adoecidos (ARANTES, 2009, p. 178).

Para Nascimento (2008), não era a prática do abandono em si, nem a possibilidade da morte dos bebês que os motores propulsores da institucionalização da assistência à criança abandonada, pois nem um, nem outra geravam indignação na população. Tirar da vista, evitar a exposição para a morte, era o que incomodava e o que motivou a ação do governo. Pois, era um investimento na construção da civilização, no sentido de que “a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir” (ELIAS, 1994, p.62). Mas houve a resistência em assumir financeiramente as crianças desvalidas, ou seja, “a assistência aos enjeitados foi feita prioritariamente pelas famílias, pelas irmandades de caridade e confrarias laicas” (NASCIMENTO, 2007, p.62).

Percebemos que as práticas de recolhimento dos expostos eram tidas como um problema circunscrito ao espaço urbano, de âmbito caritativo e inscrito no domínio do doméstico, portanto, dependente das ações e decisões particulares, das pessoas e famílias que acolhiam e criavam os enjeitados e não como responsabilidade das Câmaras. Para Nascimento (2007), a Igreja teve grande contribuição neste contexto, pois dentre as práticas de ser um bom cristão estava os atos caritativos.

Nesse sentido, acolher e criar um enjeitado, além de buscar o favor de Deus para quem acolhia, atendia amplamente ao dispositivo caritativo: desisvestiam-se as práticas infanticidas e abortivas, dando-se uma alternativa às mães; cuidava-se do corpo da criança com alimento, cuidava-se da alma do inocente providenciando o batismo, favorecia-se, para alcançar a tão almejada salvação, a alma de quem praticava as boas ações, e, acessoriamente, contribuía-se com o Estado português com mais braços para a economia e para a guerra., em se tratando dos meninos, e para procriação e a constituição de famílias ordeiras, no caso das meninas (NASCIMENTO, 2007, 73).

É inegável a importância da roda dos expostos no atendimento às crianças abandonadas, já que,

a roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor evitando-se na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade (MARCILIO, 1999, p. 72).

Esta instituição cumpriu um importante papel no asilamento de crianças. Por quase um século e meio foi praticamente a única instituição de atendimento à criança abandonada em todo o Brasil, sendo verdade que, na época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das ordenações

do reino, amparar toda criança abandonada em seu território. Marcílio (1997) afirma que o fenômeno do abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, no entanto antes das rodas os meninos e meninas abandonados deveriam ser assistidos pelas províncias. Estas raramente assumiam suas responsabilidades, alegando falta de recursos, quando, na verdade, havia descaso, omissão e pouca disposição, já que este serviço dava muito trabalho, restando, assim para estes bebês abandonados, a compaixão das famílias que os encontravam.

Estas, porém, pensavam em utilizá-los, quando maiores, como mão de obra familiar suplementar, gratuita e reconhecida; desta forma, melhor do que a escrava. O sistema da roda dos expostos retratava a desvalorização e institucionalização do enjeitamento da criança abandonada. Ficava evidente que esta “compaixão” tinha um interesse até explícito, que era utilizar estas crianças abandonadas como escravo. Esta tinha que dedicar sua vida a servir a família que a acolheu.

Marcílio (1997) enfatiza que as rodas dos expostos foram insuficientes para atender à demanda de crianças abandonadas e que parte considerável destas acabava morrendo logo após o abandono, por fome, frio ou comida por animais antes que encontrassem uma “alma caridosa”. Outra opção era a rodeira colocar o bebê recém-nascido em casa de uma ama-de-leite, que eram mulheres extremamente pobres e ignorantes que deveriam cuidar dessas crianças por volta dos três anos. Mas se procurava estimulá-las a permanecer por maior tempo com os pequenos ou até mesmo mantê-los sempre sob sua guarda. Nesse caso, até os sete anos, em alguns casos, as Santas Casas de Misericórdias pagavam-lhe um pequeno montante, podendo ela, a partir daí, explorar o trabalho da criança de forma remunerada ou apenas em troca de casa e comida.

Este sistema gerou fraudes e abusos de todo tipo, como por exemplo, mães que abandonavam seus filhos e depois se ofereciam como amas-de-leite do próprio filho, mas ganhando para isso. Havia também fraudes em que a própria pessoa da instituição era conivente. Tal como citado por Marcílio (1997), as Casas de Misericórdia não podiam abrigar todas as crianças que voltavam do período de criação em casas de amas de leite, elas ficavam sem ter para onde ir e acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se, vivendo de esmola ou de pequenos furtos, sujeitos a chegarem à idade adulta com o caráter tão corrompido e com tanto horror ao trabalho que lhes poderia parecer mais conveniente viver de latrocínio.

Durante o século XIX, as diferenças sociais são cada vez maiores à medida que vai se fortalecendo o sistema capitalista e isso se reflete no aumento do número de crianças abandonadas. Sobre as estatísticas da Bahia durante o ano de 1872, Mattoso ressalta que:

Uma primeira série de dados de 1872 diz respeito à repartição da população da Bahia por idade, sexo e cor. Não são seguidos os critérios adotados atualmente nos estudos demográficos, de modo que aparecem discriminadas faixas etárias mais numerosas: muito detalhadas durante os cinco primeiros anos de vida, tornam-se quinquenais a partir da idade de seis anos e decenais a partir dos 31 anos, sem que se saiba como e por que esses critérios foram adotados. Além disso, essa série não fornece informações sobre os escravos de menos de onze meses, pois a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, dera a liberdade a todas as crianças nascidas de escravas a partir dessa data. De qualquer modo, o grosso dos efetivos populacionais concentrava-se nas faixas etárias que vão de seis a quarenta anos. (MATTOSO, 1992, p. 95).

As desigualdades sociais geradas durante o século XIX produziram um grande número de habitantes residentes nas ruas, entre os quais, crianças e jovens. Uma população que oferecia seus serviços como forma de sobrevivência. Além desses espaços públicos, as crianças abandonadas também eram levadas às instituições de acolhimento. Sobre isso, Venâncio observa que,

filhos de pais doentes, subalimentados por amas descuidadas e também doentes, que às vezes lhes dava aguardente para fazê-los dormir, só restava aos enjeitados o caminho da sepultura. Quem não falecia pelos motivos arrolados anteriormente sucumbia em virtude das deficiências das instituições de assistência [...] (VENÂNCIO, 1999, p. 116).

Além disso, contribuía com a educação e acolhimento das crianças abandonadas a chamada família consensual que era segundo Mattoso,

responsável por 49,0% do total de filhos, apesar de representar 62, 7% do conjunto das famílias. Mesmo assim, a contar pela multidão de filhos ilegítimos, pode-se julgar que a maioria dos habitantes de Salvador não estava muito preocupada em limitar ou evitar nascimentos. Crianças, na Bahia, sempre foram consideradas como dádivas de Deus (MATTOSO, 1992. p. 155).

Diferentes registros da época enfatizam as características negativas das mulheres que abandonavam seus filhos.

O testemunho mais abundante relativo aos motivos do abandono foi aquele produzido pelos administradores das Casas da Roda. [...] A todo momento, os irmãos da Mesa viam no enjeitamento um índice da *imoralidade dos povos* ou da falta de amor das mães. [...] As teses médicas também registravam opiniões dos irmãos da Mesa. Segundo Francisco de Paula Gonçalves, ‘as

verdadeiras causas de exposição nas nossas Rodas são a vergonha, as imoralidades e os abusos de toda espécie' (VENÂNCIO, 1999, p. 73-74).

Porém, as cartas e bilhetes que, geralmente, os responsáveis deixavam junto à criança, demonstram que o ato de abandono expressava muito mais um cuidado com a criança. Alguns escritos chegavam ao paradoxo de apresentar o abandono como uma forma de amor, em nada prejudicial à vida da criança (VENÂNCIO, 1999, p. 79).

A burguesia não só deixou correr algumas lágrimas sobre a desgraçada causa da infância, como ainda responsabilizou o 'abandono culpável dos pais' pelo ocorrido. Como se, antes de decidir-se a 'proteger', com leis nunca cumpridas, o desamparo das crianças operárias, não tivesse sido essa mesma burguesia quem primeiro destruiu as antigas condições familiares! (PONCE, 2001, p. 151).

A divisão de classes e as condições que cada uma tinha para sobreviver interferiam significativamente nos destinos e cuidados das crianças. Era freqüente a retirada dos recém-nascidos, filhos de escravos, do convívio materno na época do aleitamento; já que as escravas nesse período eram destinadas a amamentar os filhos dos senhores e, muitas vezes, os filhos de escravos eram entregues à roda dos expostos. Venâncio (1999) destaca que o custo de impedir a morte do filho, a falta de instrução das classes pobres e doenças dos pais e outros fatores contribuíam para que os pais deixassem seus filhos nas instituições de acolhimento.

Um dos fatores a ser considerado, na história da criança, é o atendimento médico dado a elas. A preocupação reflete um cuidado muito maior da sociedade, especialmente, a partir de meados do século XIX, em erradicar alguns problemas de saúde vivenciado naquele momento, como a varíola, que quase exterminou populações inteiras e foi motivo de discriminação e isolamento dos contaminados pela doença. Esta preocupação higienista se acentua, pois essas epidemias dificultavam as relações comerciais com outros países e, conseqüentemente, o crescimento político-econômico do Brasil, que objetivava fortalecer-se como país independente de Portugal. O alto índice de mortalidade infantil, especialmente nas instituições de acolhimento, contribuiu para que os profissionais atuassem de forma mais direta na fiscalização e, conseqüentemente, na efetivação de denúncias contra essas instituições, sobretudo, contra a roda dos expostos. Segundo Venâncio,

durante o século XIX, os médicos brasileiros foram em grande parte responsáveis pela mudança de atitude diante da morte precoce: eles – por assim dizer – 'descobriram' e lutaram contra a mortalidade infantil. Nessa luta a Casa da Roda constituiu um capítulo dramático. Vários escritos médicos guardam palavras de perplexidade em face da constatação de que o sistema

assistencial era uma fábrica de *anjinhos*. Justamente a obra de caridade mais reverenciada, mais imbuída de espírito cristão, era a que pior tratava as crianças. Perante essa cruel constatação, os doutores procuraram soluções. Alguns atribuíram a mortalidade dos expostos às doenças, confundindo quase sempre os sintomas com as causas das moléstias, outros procuravam responsabilizar os pais das crianças ou então as amas escravas e os ‘miasmas’ urbanos pelas múltiplas mortes registradas na casa da Roda. (VENÂNCIO, 1999, p. 113).

A partir do surgimento de novas concepções com relação à assistência a criança, há um grande clamor para o fim das rodas, visto que nelas a mortalidade infantil era enorme, Venâncio afirma que,

a história do abandono é uma história da morte. O espectro da morte rendava as casas dos expostos, pois a vida dos enjeitados era a mais breve possível. A maioria falecia antes de completar um ano sob a proteção do hospital, outros já chegavam mortos. Durante os séculos XVIII e XIX, as crianças abandonadas conviveram com os mais elevados índices de mortalidade infantil registrado na sociedade brasileira (VENÂNCIO, 1999, p.99).

Pelas estimativas de Marcílio (1998), mais de 30% dos bebês expostos nas rodas espalhadas pelo Brasil não completavam 1 mês de vida e mais da metade morria antes de completar o primeiro ano de existência. “Apenas de 20% a 30 % dos que foram lançados na Roda de Expostos chegaram à idade adulta.” (MARCÍLIO, 1998. p. 236). Entre as causas para o elevado índice de mortalidade entre as crianças enjeitadas estava o aleitamento artificial. De acordo com análise realizada por Venâncio (1999),

não é difícil imaginar as conseqüências catastróficas de tais experimentos. As crianças eram alimentadas com pão molhado, mel misturado com água, ou então, sugavam leite em trapos ou bonecas de pano. Em nenhum momento, as deliberações administrativas ou os conselhos médico alertavam para a necessidade de o leite ser fervido ou de higiene com o material empregado. Tanto nas residências das criadeiras quanto nos hospitais, a amamentação artificial comprometia a saúde frágil dos abandonados (VENÂNCIO, 1999, p.109).

Percebemos que a morte de crianças está, sem dúvida, associada ao abandono. Marcílio e Venâncio, por exemplo, observam haver uma marcante diferenciação no abandono de acordo com a área socioeconômica em que o fenômeno ocorria. Segundo os autores, a exposição de bebês era,

extremamente elevada nos maiores conglomerados urbanos do Brasil colonial e do século XIX. Sua presença foi menos acentuada nas áreas semi-urbanas e muito baixa nos espaços onde se implantou a agricultura de plantations, a agricultura pobre de alimentos, nas áreas de pecuária e de predominância da economia de coleta florestal (MARCÍLIO & VENÂNCIO, 1990, p. 324).

Nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, Marcílio e Venâncio calculam a porcentagem de bebês abandonados durante a primeira metade do século XIX em cerca de 20% dos nascimentos; nas paróquias semi-urbanas em São Paulo, envolvidas com pequeno comércio e a agricultura de alimentos, a porcentagem variava entre 2,8% para a paróquia de Nossa Senhora do Ó, do período de 1804 a 1864.

Estudando o abandono de crianças na localidade rural de Catas Altas, Minas Gerais, através do registro paroquiais de batismo, Venâncio encontrou, no ano de 1804, a cifra de recém-nascidos abandonados na ordem de 2,4%, índice bastante modesto e que pode ser comparado aos de outras áreas camponesas no Brasil oitocentista. Para o autor, a importância da criança no meio rural operava como um escudo protetor contra o abandono.

na maioria das vezes, as regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores, o abandono era raro, pois a família consistia em uma unidade produtiva fundamental, dependendo por isso mesmo da força do trabalho dos filhos, inclusive os de tenra idade. Nos casos de extrema necessidade, como eram os casos dos órfãos sem parentes próximos ou dispostos a recebê-los, a solução encontrada no meio camponês era de assimilar os pequenos desamparados como “agregado”, ou seja, como morador de favor até o mesmo atingir a idade adulta (VENÂNCIO, 1997, p. 128).

Entretanto, conforme Venâncio (1997), o número de enjeitados nesta localidade aumenta após a introdução do sistema de assistência ao recém-nascido abandonado. A multiplicação dos enjeitados “não traduzia uma desatenção à criança, mas sim decorria do reforço na tradição de “agregação familiar, principalmente em uma conjuntura de aumento dos recursos destinados à assistência” (VENÂNCIO, 1997, p. 129).

Em muitos lugares, a responsabilidade pela criação dos abandonados recaía, como já enfatizada, sobre a Câmara Municipal⁴. Fundamentalmente, o apoio das Câmaras funcionava da seguinte forma: todo aquele que encontrasse ou recebesse uma criança enjeitada deveria levá-la à

⁴ Todas as Câmaras do Império tinham a função de amparar os expostos e também os órfãos, por prescrição das Ordenações Filipinas. Entretanto, como enfatiza Marcílio “raramente as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados. Alegavam quase toda falta de recursos. Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que iam sendo largados por todos os lados acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão de obra suplementar. (MARCÍLIO, 1997, p. 54).

presença do pároco que a batizava. De posse da cópia do batismo, o homem ou a mulher que havia acolhido o bebê podia se dirigir à Câmara e solicitar o registro da criança no livro de matrículas dos expostos. Uma vez matriculado, o enjeitado ficaria sob a guarda de um criador ou criadeira, que passava a receber pela criação da criança um determinado pecúlio, até que o menino ou menina completasse 3 ou 7 anos de idade.

Araújo (2004), estudando o abandono de crianças, percebeu uma queda gradual no número de expostos matriculados pela câmara, assim como a queda do batismo de enjeitados. No total a autora coletou 283 matrículas de expostos referentes ao período de 1850-1860. Ela, em consonância com Venâncio (1997), entende essa queda como consequência da política de assistencialismo da Câmara aos expostos, ou seja, a evolução do abandono estaria relacionada aos gastos com as crianças enjeitadas, estando o abandono intenso inserido no auge dos gastos que a Câmara teve com os enjeitados.

Quando uma vez acolhidas pela roda, uma das primeiras preocupações era com o batismo das crianças. “Após batizada, a criança era registrada na instituição e o escrivão dos expostos passava a registrar suas características e pertences que trazia, além dos dizeres dos bilhetes que muitas vezes acompanhavam as crianças” (VENÂNCIO 1999, p.29). A Casa da Roda retinha a criança pelo menor tempo possível, tão logo estivesse em condições eram entregues a criadeiras, mulheres que residiam em domicílios próprios, até completarem 3 anos. Entretanto muitos morriam bem antes de atingirem essa idade, “após alguns meses de auxílio, os gastos com as amas transmutavam-se em esmolas para mortalhas. Os enjeitados viravam anjinhos” (VENÂNCIO, 1999, p.99).

No início do século XIX, surgem novas oportunidades: os expostos começam a ser aceitos em seminários religiosos e recolhimentos de órfãos, onde as meninas ficavam a espera de uma colocação familiar ou do casamento. A partir de 1852 é aberta outra gama de possibilidades, pois se passa a valorizar o trabalho dos expostos: os meninos aprendiam ofícios manuais ou então eram encaminhados à Marinha de Guerra⁵. A todo o momento, porém, pairava a possibilidade da criança se revoltar diante desse destino, fugindo para as ruas e reingressando no mundo do abandono.

Segundo Marcílio,

⁵ Por serem vistos como vadios ou prostitutas em potencial, a sociedade suportava mal a ociosidade de enjeitados e enjeitadas. Assim, não é de se estranhar que os administradores da assistência e os juízes de órfãos procurassem prontamente ocupações para as crianças que não permanecessem nas residências das amas. Isso, porém não era tarefa fácil e sempre houve queixas em relação aos gastos excessivos e as desordens causadas por meninos e meninas de 10, 12 e 15 anos que residiam nos hospitais da Misericórdia. Uma das soluções encontradas para proteger os enjeitados dos vícios do ócio consistia em enviá-los para serem pajens temporários em domicílios de particulares ou em instituições religiosas (VENANCIO, 1999, p. 140).

desde que vinha ao mundo o exposto iniciava uma longa e triste trajetória de circulação. Nas casas das amas, onde passava a primeira infância, os sofrimentos do pequeno exposto não diminuam. Ao que tudo indica poucas foram as amas carinhosas e cuidadosas. Material e espiritualmente indigentes, como relataram inúmeros testemunhos, essas mulheres preocupavam-se com o mísero salário que iam receber. Amamentar o filho alheio era, para elas, um serviço. Se a criança morresse, bastava voltar à roda e apanhar outro bebê. De resto, a demanda por amas que amamentavam era tão grande, que elas não sofriam nenhuma sanção ou recriminação pela morte das crianças (MARCÍLIO, 1998, p.271-272).

Marcílio localizou 15 Rodas de Expostos no Brasil: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos (RJ), Cuiabá, Vitória, Cachoeiras (BA), Olinda, São João Del-rei e São Luiz. Para a autora, esse número certamente foi insuficiente para,

socorrer a infância abandonada – até mesmo a das cidades onde estavam instaladas. Todas funcionavam precariamente, com pouca verba e na maioria dos casos em prédios improvisados, acanhados, insalubres, sem móveis, berços, água encanada, esgoto, luz, ventilação (MARCÍLIO, 1998, P. 161).

Venâncio, analisando as Rodas dos expostos em Salvador e Rio de Janeiro, reuniu mais de 40 mil matrículas referentes aos séculos XVIII e XIX, sendo 7.692 para Salvador e 33. 381 para a roda carioca. Segundo palavras do autor,

em meados do século XVIII, a casa da roda de Salvador atendia um número mais elevado de crianças de que a congênere carioca. Em fins dos setecentos, essa tendência sofreu uma significativa transformação; na década de 1780, doa 2.229 expostos arrolados nas duas cidades, 61,5% haviam sido entregues à roda do Rio. Nos anos de 1811 a 1820, A Santa Casa carioca responsabilizou-se por 2.334 enjeitados, ao passo que a soteropolitana, apenas por 954. Entre 1861 e 1870, o rio acudiu 96,1% dos enjeitados. Para se ter uma idéia da discrepância entre as duas instituições, basta dizer que, em 1861, o abrigo de enjeitados da Corte acolheu 615 crianças, ou seja, mais do que o dobro do número de expostos enviados ao Hospital da Misericórdia de salvador durante a década 1861-1870 (VENÂNCIO, 1999, p. 43).

No que se refere às recomendações e justificativas expressas em 246 bilhetes deixados pelos pais junto aos recém-nascidos expostos na Santa Casa da Roda de Salvador, Venâncio afirmou “a pobreza como principal motivo de abandono. Entretanto, os nascimentos ilegítimos e as doenças de familiares também aparecem como fatores importantes para o abandono” (VENÂNCIO, 1999, p.

92-94). Os bilhetes ainda revelavam que os pais, ao abandonar os filhos nas Rodas dos Expostos, suplicavam pelo bom tratamento dos mesmos ou,

tentavam protegê-los da escravidão mencionando que a criança era branca, ou, nos casos dos mestiços e negros, que era forra, liberta de todo cativo; também tinham o cuidado de sublinhar que o bebê já havia sido vacinado contra a varíola. Além disso, os bilhetes justificavam o ato do abandono alegando motivos não mencionados nos textos legais: nascimento de gêmeos ou doença da criança (VENÂNCIO, 1999, p. 50).

Estudando os expostos na Roda da Santa Casa de Misericórdia da Bahia durante o século XVIII, Russel-Wood destaca que grande parte da população baiana vivia em nível de subsistência. Diante da dificuldade financeira,

o acréscimo de uma criança a essas famílias colocava pressões impossíveis sobre os poucos recursos financeiros. Depois de lutar contra a fome, uma mãe poderia chegar a ser induzida a colocar o filho na roda da misericórdia. O registro de enjeitados descreve como muitas crianças chegavam doentes e nuas ou com a pele esticada sobre os ossos. A única vestimenta era uma camisinha ou um pedaço de linho velho e esburacado. Frequentemente tais crianças necessitavam de tratamento hospitalar antes de poderem ser entregues às amas-de-leite. Para tais famílias, colocar a criança na roda era uma medida temporária. Esperavam que tempos melhores lhes permitissem recuperar o filho e criá-lo numa vida familiar normal (RUSSEL-WOOD, 1981, p.244).

Em outros casos, a defesa da honra de moças solteiras era a causa do enjeitamento de um recém-nascido,

a honra das moças brancas tinha de ser preservada a qualquer custo (...). Se as ameaças paternas e os “remédios” de ervas não dessem resultados, o nascimento da criança era mantido em segredo. Os registros dos enjeitados contêm numerosos casos de crianças brancas deixadas na Roda. Embora sem qualquer identificação, as roupas e esmolas que os acompanhavam sugerem pais de posição elevada (RUSSEL-WOOD, 1981, p.245).

Possivelmente, não apenas uma mais várias razões encobririam o abandono de crianças. Certamente, cada caso apresenta suas particularidades que os assentos oficiais não puderam registrar. Segundo Marcílio (1998), apenas uma parcela ínfima das crianças abandonadas foi assistidas por instituições especiais. Poucas eram as vilas ou cidades que podiam dispor de uma Santa Casa de Misericórdia ou de uma Câmara Municipal ativas no trato do problema. A maioria dos enjeitados

foi acolhida em casas de famílias ou morreu ao desamparo. Pensando sobre a questão, Bacellar (2001) também menciona que o abandono no Brasil.

não ocorreu majoritariamente em função de instituições especializadas, pelo simples motivo que estas eram poucas e, em sua maior parte, surgiram somente no século XIX. Somente alguns centros urbanos importantes contaram com esse serviço especializado. O grosso das vilas coloniais e imperiais, contudo, jamais contou com uma roda de expostos, e suas câmaras municipais eram omissas ou incapacitadas, pela carência de verba, para qualquer atuação nesse sentido (BACELLAR, 2001, p. 185).

Analisando a região de Sorocaba, Bacellar (2001) afirma que o abandono de crianças às portas dos domicílios era prática corrente e conhecida durante o século XIX.

a Câmara Municipal de qualquer pequeno burgo, sobretudo sorocabano, parecer jamais haver tomado qualquer iniciativa no sentido de ajudar as crianças abandonadas. Os poucos livros de registros e de atas do século XIX, que sobreviveram, embora estejam consideravelmente puídos, não indicam qualquer proposta ou ação concreta nesse sentido. A Santa Casa, não deixou indícios de haver recolhido expostos durante suas primeiras décadas de atividade (BACELLAR, 2001, p. 185).

Para o intervalo entre 1780-1850, foram abandonados 531 meninos e 521 meninas na localidade de Sorocaba.

após serem deixadas às portas de um domicílio, essas crianças eram batizadas, de modo a cumprir os rituais de introdução de um novo membro na sociedade. Após o batismo, a criança recém-nascida era incorporada ao domicílio. Não se sabe ao certo como essa criança era tratada. A priori é possível de consideração as seguintes hipóteses: aceitação do exposto como filho, tornando-se membro da família, ou aceitação do mesmo como agregado, tornando-se mão-de-obra auxiliar (BACELLAR, 2001, p. 185).

As pesquisas referentes à Sorocaba, assim como outras vilas do Império, não contaram com uma câmara ou Santa Casa que se ocupassem dos enjeitados. Sobre Curitiba, por exemplo, Cavazzani (2002) diz que essa questão ficou evidente na análise dos Livros de Receitas e Despesas da Câmara referente ao período de 1840 a 1870.

provavelmente, pela carência de verba, ou pelo simples desinteresse, não se encontrou nenhuma menção, de despesas, em relação aos expostos. No entanto, se não foram deixadas notícias dos expostos, na documentação camarária, restam, pois, em abundância menções, em registros paroquiais,

listas nominativas, atestando a existência, na vila de Curitiba, de um grande número de crianças que foram por motivo ou outro, abandonadas por seus pais (CAVAZZANI, 2002, p. 53).

Ao encontrarem um recém-nascido exposto em suas portas, os costumes dos chefes domiciliar era assumirem a criação desses bebês. Marcílio (1998), investigando a exposição de crianças em Mariana durante o período de 1779 a 1833, verificou que foram expostas em casas de família 983 crianças. Destas, somente 36 não ficaram com as famílias em cujas portas foram deixadas, menos de 4% do total dos expostos. Para Marcílio,

não estaria aí uma prova significativa de que praticamente todos encaravam como dever intransferível o acolhimento do bebê encontrado na soleira de casa?seria o ato de recolher e de criar um recém-nascido abandonado um ato de caridade, de compaixão, de piedade cristã?tal atitude, porém, não é simplesmente explicada pela via da religião. Em uma sociedade escravista (não assalariada), os expostos incorporados a uma família poderia representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita. Mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento (MARCÍLIO, 1998, p. 136).

Quem era os mais expostos? Os meninos ou as meninas? Nos registros cariocas, o risco de enfeitamento distribuía-se de maneira igualitária entre os sexos. Nas séries baianas, Venâncio constatou uma evolução bastante interessante. Em meados do século XVIII a casa dos expostos de Salvador acolhia mais freqüentemente meninos do que meninas. No século XIX, a tendência foi invertida: entre 1758 e 1870 o índice entre os meninos caiu 30%” (VENÂNCIO, 1999, p. 47). Araújo (2004) observou para o período 1800-1833, que mais da metade das crianças assistidas pela câmara eram do sexo feminino. Das 283 matrículas, 109 eram de meninos e 171 de meninas. Já os registros de batismo referentes à Mariana para o mesmo período revelam a Araújo o predomínio de meninos (146 meninos contra 132 meninas). Buscando explicação, Araújo levanta a seguinte hipótese:

ser criança exposta do sexo masculino era um incentivo a mais para despertar a caridade de terceiros interessados em criá-la sem recorrer ao conselho municipal. Isto porque, talvez os meninos fossem vistos como mais úteis futuramente, na luta pela sobrevivência do domicílio. Desta maneira, a possibilidade das meninas serem subsidiadas por sete anos, talvez fosse um atrativo importantes para os candidatos a criadores (ARAÚJO 2004, p. 132).

Na roda de Porto Alegre, entre 1847 e 1856, a exposição de meninas foi bastante superior a exposição de meninos. Do total de 1.299 expostos na Santa Casa, 488 (37,6%) eram do sexo

masculino e 811 (62,4%) do feminino. Analisando a cor dos expostos, Venâncio (1999) percebeu mudança no perfil étnico das crianças abandonadas

durante toda segunda metade do século XVIII, as crianças brancas constituíam a principal, clientela da Casa da Roda de Salvador; com o passar do tempo, o número de expostos mestiços e negros foi aumentando ao ponto de, a partir de 1850, tornar-se majoritário. Os dados referentes ao rio de janeiro também mostram a redução do número de enjeitados de pele alva (VENÂNCIO, 1999, p. 47).

Silva (1998) também afirma que a maioria dos expostos no Brasil era de cor branca; entretanto, crianças de pele escura também foram expostas. Segundo a autora,

fogem no tempo da gravidez, e os fazem recolher na casa dos expostos em prejuízo de algumas escravas o conseguiram fazer, sabendo que por lei qualquer criança exposta de cor era considerada livre. E o faziam apesar de toda vigilância de seus senhores, que, tão logo as viam grávidas, as mandavam vigiar de perto para não perderem o valor das crias. A essa prática alude o edital do Recife: “ as escravas pretas e pardas, na certeza de que seus filhos vão ser libertos, seus senhores (SILVA, 1998, p.212).

Em pesquisa realizada, Lima e Venâncio (1991) constataam o aumento significativo do número de crianças pardas e negras abandonadas na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro após 1871. De acordo com as estimativas dos autores, de 1864 a 1881, o número de crianças expostas à Santa Casa praticamente dobrou, no caso dos pardos (de mais ou menos 130 para 260 por ano), e triplicou nos casos dos negros (de mais ou menos 30 para 90 por ano).

Entre 1838 e 1880, Gertze (1990) encontrou registros de 1.894 crianças recolhidas na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, das quais 74 eram negras, porém esse número poderia ser maior, pois em muitos anos não houve descrição da cor dos enjeitados. O número de recém-nascidos pardos foi de 445. A autora menciona a possibilidade de muitas crianças negras e pardas abandonadas serem filhas de escravas, mas a documentação não possibilitou tal comprovação. Também estudando a abandono de crianças em Porto Alegre entre 1867 a 1875, Araújo (2005) observou o que chamou de “racialização” na divisão do espaço hospitalar, assim como a discriminação a pretos e pardos.

Segundo Araújo (2005), no ano de 1871 foram lançadas na roda 39 crianças, classificadas segundo a cor como 26 brancas, 5 pardas, 6 mestiças e 2 pretas. No ano de 1872 foram lançadas na roda 42 crianças: 24 branca, 12 pardas, 5 pretas e 1 mestiça. Em 1873, das 39 crianças enjeitadas, 22 eram brancas, 12 pardas e 4 pretas.

À medida que o século XIX avançava, o fenômeno do abandono diminuía em todos os lugares onde se verificou a prática de exposição de crianças. Em seu estudo sobre o abandono de crianças em São Paulo, Mesgravis (1976) verificou a significativa queda do número de expostos no final do século XIX. Essa queda poderia ser resultado de um processo de crescimento econômico que teria impedido muitas mães de abandonarem seus filhos por razões financeiras. Para Venâncio,

ao longo da segunda metade do século XIX, as tradicionais formas de auxílio à infância abandonada entram em declínio. O surgimento de novas instituições, tais como clínicas pediátricas e orfanatos, oferece novas oportunidades de enjeitamento às famílias pobres, restringindo o número daqueles que eram impelidos a recorrer as Rodas (VENANCIO, 1999, p. 167).

Nesse momento,

as instituições coloniais de proteção à infância desvalida não respondiam mais as novas realidades e exigência do Brasil da segunda metade do século XIX. Urgia a implantação de novos sistemas, a ampliação do assistencialismo e a substantivação de projetos renovadores. Não trata mais, e apenas, de salvar as almas dos bebês encontrados pelas ruas, nas portas de casas ou deixados nas Rodas, ministrando-lhes o batismo, e de praticar a virtude do amor ao próximo; tratava-se de dar à assistência pública bases científicas e equipamentos bem estruturados (MARCÍLIO, 1992, p. 201).

Entre as razões para a criação de novas instituições de assistência a infância desvalida estava à elevadíssima mortalidade verificada na roda dos expostos e nos domicílios que abrigavam os enjeitados: os problemas da higiene, amamentação mercenária e artificial; a educação dos expostos, sua preparação para o mundo do trabalho; tudo enfim vai pouco a pouco se transformando em preocupação para o Estado e a sociedade. Também não podemos deixar de relacionar as novas idéias quanto às crianças órfãs e abandonadas com as Leis abolicionistas

a extinção do tráfico de escravos, pela Lei Eusébio de Queiroz, 1850, criara nas classes privilegiadas uma primeira onda de temor de se verem sem mão-de-obra doméstica (...). Nas províncias, multiplicou-se a intervenção do poder regional, para se criarem instituições de assistência aos pequenos abandonados, dar-lhes um esboço de racionalidade interna (dos espaços físicos, das normas, da disciplina e dos programas) e introduzir o ensino profissionalizante, preparando os educandos para uma atuação ordeira e produtiva na sociedade (MARCILIO, 1998, p.202).

Com as desvantagens que a instituição das rodas representava para a criança abandonada e para a sociedade em geral, as Casas de Misericórdias começaram a extinguir suas rodas no final do

século XIX e primeira metade do século XX. Aqueles que defendiam o fechamento afirmavam que sua manutenção contribuía para o aumento das crianças abandonadas e para o destino trágico que vitimavam muitas delas.

1.4. O Atendimento à Infância Desvalida no Brasil

Historicamente, a criança desvalida, a abandonada e a família sempre foram presença marcante pelo passar do tempo, pelo colorido do espaço e pelas múltiplas culturas; logo o Brasil não fugiu a regra. Na tela da história brasileira pululam os curumins, as crias ou moleques dos escravos, os sinhozinhos e sinhazinhas das casas-grandes, “miúdos” que povoam casas, ruas e becos com seus lugares sociais diferenciados (NASCIMENTO, 2007, p.67). Mas, além de apelidos “carinhosos”, havia outras designações para as crianças, sobretudo, as pobres, enjeitadas, desamparadas, órfãos, desvalidas, delinquentes e outras.

Por trás destas meras palavras estava a questão da ilegitimidade das crianças. A recente historiografia brasileira tem lançado mão de uma série de fontes, tais como registros de batismos, para analisar como se deu a inserção dos ilegítimos nas diferentes formas de organização familiar, pois os filhos ilegítimos ou bastardos não eram restritos a um grupo ou classe, ou seja, a ilegitimidade converteu-se em uma questão emblemática de mulheres escravas, mestiças, livres, pobres e ricas. Para Nascimento (2007), as crianças ilegítimas eram,

oriundas de uma extensa multiplicidade de contatos fortuitos, por vezes perigosos, proibidos, clandestinos ou tidos como imorais, ou de relações permanentes abençoadas pela igreja e amparadas pela lei, que resultam ser legítimas, bastardas ou ilegítimas, inscritas na condição fundamental de livres ou escravas, brancas ou mestiças, ricas ou pobres, todas elas, entretanto, assemelhadas entre si por terem sido enjeitadas ou expostas (NASCIMENTO, 2007, p. 69).

A ilegitimidade rompe com o universo social da escravidão e da miséria. Segundo Peraro (1999), na sua tese de doutorado, “as crianças ilegítimas e abandonadas constituíram-se, ao longo dos séculos, em um fenômeno característico da sociedade brasileira” (1999, p.58). Este fenômeno é revelador de uniões estáveis e esporádicas, não sintonizadas com o discurso do Estado e da Igreja que enfatizavam a importância do casamento para a legitimação da prole. Para a autora, que mergulha nos registros de batismos para definir quem eram as crianças ilegítimas de Cuiabá, a

moral familiar tornou-se fato recorrente, visto que as crianças ilegítimas não eram oriundas de mães pobres ou prole de escravas. Mais que isso, implica afirmar que,

a ilegitimidade não encontra explicações tão e somente na família pobre ou na escravidão, mas na conjugação de vários fatores que acabariam por gerar no cotidiano das pessoas uma “ordem” menos rígida quando comparada aos padrões culturais europeus. Indiscutível negar que na sedimentação destas manifestações de privacidade teve parcela de influência a superioridade numérica da população mestiça e negra, tanto no século XVIII, quanto no século XIX, porém, não devemos atribuir exclusivamente à escravidão e a pobreza o fenômeno da ilegitimidade (PERARO, 1999, p. 64).

Farias (2008, p. 54) explica que a idéia de um Brasil bastardo, com exceção dos filhos da elite, produziu-se através, principalmente, das considerações do olhar europeu. Pois, viajantes e cronistas europeus percebiam com estranheza o número expressivo de filhos naturais e sua convivência pacífica com os demais. Para Mattoso (1988, p.55), em seu estudo intitulado *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*, a família nesse contexto é analisada em vários pontos, com desdobramentos acerca da família de livres, libertos, escravos, estratégias matrimoniais, filiação.

Marcílio (1973) afirma que os níveis de bastardia e de uniões consensuais estáveis no seio da população livre foram sempre elevadas no Brasil Colonial e Imperial. Segundo a autora, “o fenômeno da ilegitimidade, pelas dimensões de suas conseqüências, tem importância considerável para a história do povoamento do Brasil” (MARCÍLIO, 1973, p.66). A presença dos ilegítimos pode ser entendida, ainda, como um dos comportamentos da sociedade escravista, na qual os escravos concebiam filhos de seus senhores.

Del Priore (1993) ao investigar a trajetória da mulher brasileira do início da colonização até o período que antecedeu a independência registrou a ação da Igreja na pregação de um ideal de procriação: aquele exclusivo do casamento. Independente da classe social a que pertence às mulheres, quando seduzidas e grávidas almejavam estabilidade e proteção para suas crianças. Desta forma, o estudo do fenômeno da ilegitimidade permite uma visita aos espaços de diferentes camadas da sociedade. O estudo da criança ilegítima, identificada nos batismos e os envolvidos no ato, suscitarão interrogações que girarão em torno das relações entre público e privado, o coletivo e o individual, bem como dos encaminhamentos que eram dados as crianças, que além de serem ilegítimas, eram abandonadas de toda sorte, não tinham família e muitas possuíam a caridade de algumas instituições como as Santas Casas de Misericórdias.

Para Negrão (2002), todas as iniciativas destinadas ao atendimento às crianças eram quase sempre marcadas pelo espírito de compaixão que,

mesclado ao sentimento de caridade levou a programas de assistencialismo e posteriormente de filantropia à criança desvalida, confinada em instituições fechadas, com destaque na formação profissional, para que se isolassem os problemas advindos dos que viviam desprotegidos, no sentido de que não cometessem atos que pudessem pôr em risco a sociedade circundante (NEGRÃO, 2002, p. 32).

Várias fases compõem o atendimento à infância desprotegida no Brasil desde o descobrimento, em geral, vinculadas a instituições contextualmente marcadas pela dimensão religiosa, eugênicas e higienistas, que tinham a função de limpar o cenário urbano de pessoas indesejáveis. Desde o descobrimento até o início do século XX, o atendimento teve-se a dimensões catequizadoras, assistencialistas e filantrópicas, nas quais a criança, desprovida de quaisquer direitos enquanto sujeito, configurava-se como objeto da caridade.

Retrocedendo, podemos dizer que com a chegada dos primeiros jesuítas no Brasil, em 1549, comandados por Manoel Nóbrega, na comitiva do governador geral, Tomé de Souza, fortaleceu-se o propósito de catequização, por ordem expressa de João III (SAVIANI, 1998). Indubitavelmente, os jesuítas foram relevantes educadores no período colonial brasileiro, de 1549 a 1759, centrados no ensino somente para meninos. Foi fundado por Padre Manoel da Nóbrega, em 1554, o primeiro colégio catecúmenos em São Vicente, composto por órfãos provindos de Portugal e mestiços da terra, dirigido pela “Confraria do menino Jesus”, que tinha a incumbência de adestrar e criar o pequeno indígena com o leite da doutrina cristã, e também “açoitá-lo ou amá-lo pelo seu rendimento, costumes e vida cristã” (CORAZZA, 2000, p. 134). Desta forma, crescia no Brasil, no século XVI, o arrebanhamento de órfãos pelos padres,

em 1550 e 1553, duas expedições foram enviadas de Portugal com mais de onze padres para trabalhar no Brasil, em companhia de sete órfãos vindos de uma escola em Lisboa. Estes órfãos foram ensinados a falar tupi-guarani, tendo como tarefa a confissão dos nativos: eram chamados ‘meninos-língua’. O registro desses meninos, que iam da Bahia para São Vicente, demonstra a mobilidade espacial dessas crianças que riscavam o litoral na companhia de padres. Era comum ainda que “quatro ou cinco órfãos dos nascidos de pais português mas mãe brasileira que viviam em casa sob o regimento do pai” fossem recolhidos por algum tempo ao colégio, enquanto outros tantos eram pedidos ao cacique. Assim, crianças índias e mestiças, chamadas “órfãos da terra” reuniam-se sob cuidados jesuíticos nas “casas dos muchachos”. Nessas casas, os muchachos recitavam junto na igreja a ladainha e depois do meio dia, entoado o cântico ‘salve Rainha’; em cada sexta-feira “disciplinando-se com uma devoção até fazerem sangue”, saíam em procissão; cantavam hino e entoavam o nome de Jesus; tinham aula de flauta e canto, confessavam-se de oito em oito horas, à tarde “saíam a caçar e a pescar”, pois cada um precisava prover a sua subsistência e se não trabalham não comem” (CORAZZA, 2000, p.135-136).

Essa educação jesuítica foi uma demonstração da forma como os portugueses “invadiram” a cultura indígena para transformar as crianças em “jesusinhos”, pela pedagogia do pecado e do medo, e, para tanto, já a representação dos órfãos era de submissão servil. Desde o início da época colonial, emergiu uma estratificação social brasileira herdada da estratificação portuguesa, acrescida pelo direito de conquista sobre os indígenas e, posteriormente, a escravidão negra.

Conforme Negrão (2002, p.51), é relevante, como pano de fundo, entender que o Brasil vivenciou um período de mudanças sócio-econômicas, decréscimo do modelo agrário-exportador e ascensão do modelo urbano-comercial. Conseqüentemente, modificações emergem através de movimentos em que corporificam as tendências laicas na educação, gerando um enfraquecimento da quase que exclusiva influência e hegemonia religiosa. Ainda segundo a autora, após a independência, como resultado das discussões a partir de 1823 pertinentes à política educacional brasileira, enfocando a instrução pública para as meninas, destacou-se o projeto de deputado Lino Coutinho, ao propor que nos conventos houvesse escolas para o sexo feminino.

Em 1827, aprovou-se a lei nacional, instituindo-se a abertura de escolas para meninas nas cidades e vila, cujo ensino de primeiras letras⁶ abrangia a leitura, a escrita, as quatro operações, princípios de moral cristã, economia doméstica em substituição à geometria só para as meninas, ou seja, a partir de 1827, as meninas, que não as desvalidas, matriculavam-se nas aulas públicas. As escolas femininas foram se adaptando à lei nº 3 de 1846, a qual exigia noções de gramática, história, geografia e música ao ensino feminino.

Integra também nessa breve trajetória retrospectiva, a fundação das Santas Casas de Misericórdia, a primeira em Santos, em 1543, já no início do século XVI, e, sucessivamente, as outras com asilos anexos, e também com a Roda dos Expostos em seus muros ou em suas entradas. Criou-se em 1716, por iniciativa privada, um recolhimento para meninas órfã e pobre na Bahia, funcionando meramente como abrigo, sem qualquer plano educacional, onde as meninas não recebiam formação, pelo contrário, perambulavam pelas celas, alimentavam-se com a precária ração diária e se debruçavam horas nas janelas a olhar, o que indignava a sociedade. Posteriormente, fundou-se outro no Rio de Janeiro, ao lado da Santa Casa, em 1739, onde as práticas educativas eram direcionadas

os estatutos do Recolhimento das órfãs do Rio de Janeiro, de 1793, afirmavam: “no tempo que lhes sobejar dos exercícios espirituais, se ocuparão

⁶ Recomenda-se a leitura complementar de A sociedade Brasileira no Período Imperial e a Educação e Legislação Educacional no Império, p. 60 - 92 in: XAVIER, M. Elisabete. História da Educação: A escola no Brasil. São Paulo. FTD, 1994.

de cozer, fazer rendas e em aprender todas as mais coisas que são necessárias a uma mulher honesta e uma boa mãe de família, para que com as prendas adquiridas facilitem melhor o seu estado; e se recomenda muito à regente que, com cuidado, particularmente evite nas recolhidas a ociosidade (MARCÍLIO, 1998, p. 165).

Agravava-se uma situação complexa atingindo as meninas, de todo império, sobretudo, nas províncias onde não existiu o sistema da “roda”, como é o caso da Província do Grão-Pará, pois as meninas que eram deixadas nas “rodas” eram em princípio, criadas nas casas das amas-de-leite mercenárias até três anos, isso se sobrevivesse, depois, tuteladas pelas Santas Casas até sete anos de idade e, se não encontrassem uma casa de família que as recolhessem ou um asilo ou internato onde pudessem ser recolhidas e educadas, ficavam vagando nas ruas, causando um incômodo à sociedade.

Foi o que, segundo Marcílio (1998), gerou a fundação do recolhimento das Órfãs da Misericórdia, na Bahia em 1801, embora ainda não satisfatório. Ali, as meninas deveriam receber educação direcionada ao casamento e, para atrair o pretendente, havia o dote ou pecúlio, prática comum encontrada em testamentos de pessoas abastardas. Gradativamente, foi se introduzindo o ensino das primeiras letras, em torno de 1830, uma vez que “as recolhidas não sabiam ler, nem escrever, pois passavam seus dias ociosos pelo recolhimento, mal trajadas e sem um plano efetivo de educação e profissionalização, entregues aos cuidados das recolhidas mais velhas” (MARCÍLIO, 1998, p. 169). Com efeito, proliferou-se no Brasil ⁷o modelo dos recolhimentos de órfãs pobres, contando com o apoio das Irmandades e das Santas Casas.

estavam em jogo: a questão da preservação da honra das meninas desvalidas; a erradicação da prostituição e da mendicância; e o amparo às meninas que deixavam a Casa dos expostos. As autoridades estavam igualmente preocupadas em preparar bem as moças desvalidas, pois poderiam servir à sociedade como boas domésticas, instruídas e bem treinadas (MARCÍLIO, 1998, p. 173-174).

Desta forma, o recolhimento de órfãs desvalidas representava o adestramento à subserviência, e, a oligarquia, acobertada pelo manto da misericórdia, almejava serviçais instruídas e bem treinadas. Podemos afirmar que a Igreja Católica exercitava sua ingerência nas Santas Casas e em alguns asilos, colégios e internatos para a infância desvalida, por meio das congregações, que começam a chegar ao Brasil, e através das “confrarias”, “pias uniões”, “irmandades” e “das ordens

⁷ Em Minas Gerais, foi criado em 1866, o Recolhimento da Santa Casa de São João Del-Rei; no Maranhão, em 1855, foi fundado o Asilo de Santa Teresa para amparar as órfãs desvalidas e as expostas da Santa Casa de Misericórdia.

terceiras”. Há um processo de inclusão dos leigos na ação da assistência. O código canônico assim se expressa:

a associação de fiéis, criada para exercer algumas obras de caridade ou de piedade, chama-se “pia união”, se estiver construída organicamente, denomina-se “irmandade”. A irmandade que tiver como finalidade incremento do culto público, recebe o nome de “confraria” (CÂNONE apud NEGRÃO, 2002, p. 38).

Qualquer dessas associações deve ter o nome de um atributo divino, ou de um mistério da religião cristã ou de uma Festa do senhor, da virgem, ou dos santos, ou, ainda, da obra piedosa a que se dedica (CÂNONE apud NEGRÃO, 2002, p. 39). As confrarias e irmandades tiveram um papel muito forte e importante, porque laicizando as ações assistenciais, enfraqueceram o domínio da igreja, socializaram e fortaleceram a prática da caridade, regulada por “compromissos”, com seus objetivos, exigências, responsabilidades e vedações, competências dos integrantes, hierarquias e estruturas organizacionais. Em que pese tudo ter de ser submetido e confirmado pela Igreja, a atuação das confrarias e irmandades assume um caráter hegemônico, preocupante, à Igreja.

Segundo Carneiro (1986), os bispos manifestavam já nos últimos anos do Regime Imperial no Brasil, uma opinião negativa em relação às tradicionais irmandades leigas, pelo fato de estarem gerando um afastamento e uma hierarquização entre o clero e os fiéis na Igreja romanizada e ainda, em razão de serem compostas por pessoas das oligarquias locais e membros da maçonaria. As irmandades possuíam autonomia para gerir as rendas provindas do sistema do padroado⁸, muitas vezes, desvirtuando os fins a que se propunha.

Conforme Lapa (1995), a voz do Papa pouco influenciava a forma como as irmandades praticaram o catolicismo e suas caridades a população e a infância pobre. Porém, as Irmandades dirigidas por figuras ilustres da sociedade Imperial brasileira, dotadas de pio espírito religioso e tino administrativo, atuavam como se fossem um “braço do Estado”, construindo templos, seminários e instituições de ensino, obras de misericórdia para as classes menos favorecida, asilos para órfãs desamparadas, escolas agrícolas e profissionalizantes para órfãos imigrantes, institutos para

⁸ Com a Constituição de 1824, O Império passou a controlar a Igreja através do beneplácito- direito do imperador de aprovar ou não as ordens do Vaticano no Brasil- e do padroado – direito do imperador de nomear os bispos e remunerá-los como funcionários públicos. Em 1872, o Papa Pio IX proibiu os católicos de fazerem parte da maçonaria, ordem não aprovada pelo Imperador Pedro II, mas acatada pelos bispos, o que gerou a perseguição às irmandades religiosas, cujos membros eram maçons, gerando a chamada Questão Religiosa, em bispos foram presos e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. In: BOULOS Jr., Alfredo. *História do Brasil, império & república*. São Paulo: FTD, 1997 p. 83.

meninos cegos e hospitais. Paradoxalmente, alguns bispos, como Dom Joaquim de Melo, Dom Néry e outros padres tinham com as irmandades uma relação muito próxima.

E ainda, segundo Lapa (1995), vale notar que as Irmandades corroboraram para o enfraquecimento da monarquia, pois muitos eram os que comungavam da causa republicana, auxiliando no ideário que culminou na separação da Igreja e Estado. As Irmandades, conseqüentemente, adquiriram uma maior liberdade de fazer valer os seus compromissos de assistência, a população pobre, pois o governo não iria intervir em assuntos próprios da misericórdia como bem fazia no auge do Império.

Capítulo II

A Província do Grão-Pará Entre os Anos de 1860 a 1889

A maioria das imagens e notícias publicadas no final do século XIX em Belém descrevem uma Belém enquadrada em padrões de modernidade, enfatizando seus símbolos principais, sendo importante considerar que a utilização de discurso higienista é constante, constituindo-se num dos elementos centrais da noção de modernidade cultuada naquele contexto. Esse discurso voltou-se principalmente para as classes populares, para as classes consideradas “perigosas”, gerando um acúmulo de experiências que informam as atitudes dessas camadas em relação à determinação do poder público (SILVA, 2009, p. 46).

2.1. A Igreja, o Estado e a Criança Desvalida

Para trabalhar as relações entre a Igreja e a educação no Pará, no século XIX, torna-se necessário levar em consideração algumas questões relativas às idéias presentes neste contexto, principalmente, as questões do “liberalismo” brasileiro. Segundo Manoel (1996), havia uma ambigüidade na oligarquia brasileira, pois a nossa história imperial foi composta por uma “acomodação de conflitos”. Enquanto na Europa, especificamente, na França, a consolidação da burguesia exigia um movimento revolucionário (Revolução Francesa), no Brasil, este processo se deu pelo acordo, pela ambigüidade e pela acomodação. O projeto liberal no Brasil Império foi completamente diferente dos demais lugares do mundo.

por não representar um momento decisivo da luta burguesa para superar o mundo aristocrático e rural, mas significando um reordenamento da própria oligarquia ao redor de uma nova ordenação política, não provocou exclusões e eliminações, mas cooptações e inclusões. Na esfera religiosa e educacional a conciliação se manifestou fortemente (MANOEL, 1996, p. 17).

Ainda para este mesmo autor, no Brasil do século XIX, as ideias católicas apresentavam uma concepção de sociedade, poder político e relação familiar que eram convenientes à forma de vida da oligarquia brasileira. Mesmo que a educação liberal reforçasse o caráter individualista e o civismo como força para a implantação de uma “Nação”, a educação católica não fugia aos interesses da oligarquia, já que esta sempre ensinou ao católico ser ordeiro, obediente e respeitador da ordem constituída.

Para Manoel (1996), o século XIX também é um período de urbanização crescente. Junto às novas ideias vindas da Europa (Liberalismo, Positivismo, Darwinismo), aporta aqui uma nova visão de modernização. Neste contexto, a elite brasileira perceberá que não conseguiria mais manter suas filhas “ignorantes” e isoladas, como era costume até então. A partir de 1834 com o ato adicional, a educação primária e secundária foi deixada a cargo dos governos das províncias. Mas estas não tinham recursos necessários. Os investimentos sempre foram precários, principalmente, com relação ao ensino primário.

A partir de 1850, quando os ideais do liberalismo ganharam maior força no Brasil, as autoridades públicas passam a defender a completa liberação do sistema escolar, tirando do Estado às responsabilidades da educação e transferindo para a iniciativa privada.

Já que o investimento das províncias na educação era muito pequeno, a solução encontrada pela elite para educar suas filhas era contratar professores

para educar as jovens em suas próprias residências ou enviá-las para estudar nos colégios internos. Tais colégios eram mantidos, na maioria das vezes, pelas diversas congregações católicas que aqui chegaram na segunda metade do século XIX (MANUEL, 1996. p.52).

A criação destes colégios estaria intimamente ligada às congregações religiosas e receberia uma subvenção das províncias as quais estavam estabelecidos. Segundo Manuel (1996), percebe-se que a grande maioria destas instituições abrigava dois tipos de alunas: filhas de pais abastados, que eram preparadas para a “profissão” de esposa e mãe; meninas órfãs ou muito pobres, que necessitavam ser “adestradas” de forma adequada para o mundo do trabalho. Isso era uma necessidade que vinculava à modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania dos jovens.

havia também uma preocupação em afastar do conceito do trabalho toda carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e progresso, o que levou os condutores da sociedade a arregimentar também as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus maridos e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país. Àquelas que seriam as futuras mães dos líderes também se atribuía a tarefa de manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (MANUEL, 1996, p. 55).

Embora a oligarquia desejasse modernizar-se, temia a modernidade com relação à educação de suas filhas, pois tinham que as educar de acordo com as exigências do mundo moderno, mas levando em consideração que esta educação não poderia subverter a posição de subalternidade das mulheres. A educação dos internatos católicos era propícia para as intenções desta elite. Conforme Manuel (1996), dentro da própria Igreja Católica havia uma divisão do clero: aqueles que se identificavam com o iluminismo e com o liberalismo; e aqueles conservadores que condenavam em bloco a modernidade. Este clero conservador assumiu o controle da cúria romana durante todo o século XIX e boa parte do século XX. Este movimento conservador recebeu o nome de Ultramontanismo.

Segundo a interpretação do catolicismo ultramontano, o mundo moderno se constituía em um imenso perigo para a salvação da alma, porque se fundamentava na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política. Em outros termos, o mundo moderno se desenvolvia sem obedecer aos preceitos católicos e controle da igreja (...) fortalecimento do clero ultramontano permitiu-lhe assumir o poder interno à Igreja e impor essa sua visão como válida para todo o orbe católico. Ancorados na ideia de ser a Igreja portadora da verdade, desde sempre estabelecida e claramente definida no concílio de Trento, os ultramontanos julgaram que a salvação da sociedade em geral e do homem individualmente dependia de recristianização do mundo,

arefa, portanto, da exclusiva competência da Igreja (LUSTOSA, 1977, p. 400).

A educação das meninas fazia parte dos conceitos elaborados pela Igreja Ultramontana, pois as alunas poderiam ser posteriormente, educadoras dos filhos e da sociedade conforme os princípios do catolicismo ultramontano. Esta educação ocorreria nas diversas escolas implantadas pelas diversas congregações que aqui chegaram. Segundo Manoel (1996), a vinda das freiras se constituiu em uma etapa de um planejamento bem elaborado e em escala mundial. A necessidade de implantação das escolas religiosas femininas não se restringia somente aos vultosos recursos financeiros arrecadados, mas também em afastar os educandos das ideias modernas e das propostas de ensino leigo. Particularmente no caso da educação feminina, o discurso ultramontano ia ao encontro dos anseios da elite brasileira.

Entende-se, portanto, que no Brasil a influência da Igreja foi muito forte, sobretudo, no âmbito da educação. Surgindo interesses diferenciados com relação ao ensino, ao clero liberal e ao ultramontano, apesar de algumas convergências, ensejavam interesses notadamente antagônicos: “os primeiros lutavam para dar a igreja o matriz catolicismo nacional, e os últimos, acentuar o caráter universalista da igreja Romana” (AZZI, 1992, p. 71). Nessa ambiência, também se contrapunha as ideias perniciosas de liberdade e de progresso, a busca pela participação na política e a notável insatisfação com o momento político vivenciado pelo país. Vale ressaltar que,

a igreja, entretanto, via este período de transição como um todo: atrás de cada pretensão liberal ou mudança, por menor que fosse, estava o perigo de uma ruptura ou de uma destruição dos quadros de valores tradicionais. E mais simples era fechar-se completamente ao diálogo e à participação. E quanto mais fervia o caldo da cultura no Brasil, mais a igreja denunciava nele bacilos de toda espécie e procurava a imunização, trancando-se na redoma de um antiliberalismo ferrenho de um ultramontanismo coerente (LUSTOSA, 1977, p. 410).

Nesse mesmo contexto, já havia no Brasil congregações, compostas por missionários envolvendo-se com a educação, fundando e coordenando colégios, asilos, internatos e até hospitais. As congregações femininas, paulatinamente, instalam-se, por todo o Brasil e ampliam suas atividades na área educacional, sobretudo, no final do século XIX, momento em que a Igreja reestruturou todo o projeto de restauração da catolicidade brasileira. Em função do seu próprio sustento financeiro, essas congregações educam, além das crianças pobres do período do Império, filhos da elite brasileira, pequenos e médios proprietários rurais.

Essa educação confessional pautou-se em princípios do movimento restaurador objetivado pela Igreja e, sobretudo, agiu em conformidade com os padrões culturais europeus, reconhecem-se essas atitudes como europeização. O grande responsável pela instalação dessas instituições no Brasil é o movimento maior, a romanização, ou ultramontanismo. De caráter antiliberal, ensejava, consubstancialmente, preservar os dogmas da Igreja Católica em detrimento das modernas ideologias (LUSTOSA, 1977, p. 400).

De um modo geral, as atividades educativas das congregações possibilitaram o binômio educação-religião. Esse foi um dos motivos que levou o clero brasileiro a ampliar sua rede de colégios, enfatizando o currículo de cunho mais literário, clássico, com ensino de aula de piano, francês e outros (AZZI, 1992). Estilo bem aceito e procurado pela parte tradicional da sociedade brasileira, bem como pela burguesia nascente, classe bem atendida nos colégios evidenciados.

Notamos, pois, que no âmbito educacional, nada é muito novo, visto que os colégios enquadram-se em um determinado modelo. Configurou-se, portanto, dois modelos distintos: de um lado, os colégios confessionais, para atender boa parte da classe favorecida; de outro lado, as escolas profissionalizantes e de caráter assistencial, para atender à classe menos abastada, isto é, o acolhimento de crianças abandonadas.

Ainda discutindo a questão dos institutos educacionais. No final do século XIX, segundo Azzi (1994), o pensamento católico europeu, marcado pelo ultramontanismo, usou como instrumento os institutos religiosos que tiveram a função de transplantar para o Brasil o seu ideário. Para Azzi (1994), a análise do pensamento educacional da igreja no Brasil acontece no contexto em que já havia um clamor para sermos República, isto é, outras concepções ideológicas significativas influenciaram as decisões da Igreja. O positivismo apresentou-se como ideia propulsora do progresso e da ordem; o liberalismo pautou-se na liberdade e no progresso e, ainda, a floraram as ideias socialistas. Essas ideologias foram amplamente debatidas e disseminadas; influenciaram não só as decisões da Igreja em relação aos institutos educacionais, mas toda a sociedade.

Outro aspecto a assinalar refere-se ao empenho da Igreja em acomodar o “pobre” na sua condição de operário ou trabalhador como predestinação da providência divina e não como consequência própria do sistema socioeconômico do país. Desse modo, segundo Lustosa (1977), com a ideologia de predestinação divina os ânimos se acalmariam, evitando-se a adesão maciça do povo ao anarquismo, ao socialismo e aos movimentos grevistas, verdadeiros atentados à ordem, evitariam o surgimento e o desenvolvimento da consciência de classe. Para Manoel (1992), era preciso estabelecer regras para disciplinar à sociedade que se queria moderna.

a proposta normatizadora, aponta seus próprios limites e cerceamentos. Trata-se de normatizar, isto é, estabelecer normas para o funcionamento e de

normalizar, de fazer voltar à normalidade, à ordem. O limite: a sociedade deve funcionar conforme normas estabelecidas. O cerceamento, essas normas devem ser perenes e imutáveis (MANUEL, 1992, p.23).

Tais normatizações levariam o trabalhador, na lógica do sistema capitalista do contexto, a tecer a qualquer opressão e exploração, contribuindo para a harmonia social. Interessante, também, destacar que esse movimento reformador, segundo Manoel (1992), sugeria a renovação da filosofia nas escolas, colégios e seminários, com ênfase na obra de Tomás de Aquino, logo no final do século XIX. Esse assunto foi pauta da carta encíclica *Aeterni Patris*⁹, na qual se revela a desordem intelectual pela qual passava a sociedade brasileira:

Não vemos nas escolas, desde as ínfimas até as superiores, erguerem-se cathedras de pertilencia a exhalar os seus miasmas deletério, e enquanto n'esses santuários polluidos da sciencia, os professores do atheismo pervetem a incauta mocidade sedenta de saber, não vemos outros emissários do mal, não menos criminoso, apoderam-se da imprensa e por meio d'ella corromperem o povo e desnorream o espírito público? (CARTA PASTORAL, 1879, p. 61).

Nesse sentido, observou-se a significativa preocupação, dos bispos, com a educação:

decretou-se que nossas escolas primárias e superiores fossem seminários de ateísmo, onde nada se ensinasse de religião, nada de Deus. Este nome adorável poderão os mestres proferir para insultar ou negar, não terão liberdade de infundir na inteligência e no coração dos alunos conhecimentos e amor de Deus criador deles e do universo, e de Jesus seu Unigênito Filho, nosso redentor (CARTA PASTORAL, 1879, p. 64).

Em meio a essas discussões, é possível inferir, mais uma vez, a eminente preocupação e interesse da Igreja pela vinda das Congregações religiosas europeias para o Brasil e a conseqüente incumbência de disseminar o catolicismo romanizado por meio de suas instituições.

Voltando nosso olhar para as terras da Amazônia, no Grão-Pará para sermos mais exatos, podemos afirmar que a presença da Igreja católica nunca deixou de existir, pois os padres sempre atuaram inclusive durante todo o século XIX. Um exemplo disso foi à atuação de Frei Caetano Brandão, que percorreu a Amazônia para moralizar e evangelizar a população. Moreira Neto (1992) afirma que a Igreja fazia seu trabalho junto aos pobres, índios e mulheres da província do Grão-Pará, melhor do que qualquer laico que tomasse essa tarefa, afirma ainda que esses sujeitos uma vez catequizados e civilizados ajudavam para o desenvolvimento da província.

⁹ A carta *Aeterni Patris* foi escrita por Leão XII e publicada em 04 de Agosto de 1879.

Mas nem todos olhavam a Igreja e sua atuação na província do Grão-Pará com bons olhos, sobretudo, os políticos e intelectuais da época, especialmente, aqueles ligados aos ideais liberais, para quem os padres na Amazônia eram os primeiros a dar maus exemplos. Segundo José Veríssimo (apud BEZERRA NETO, 1999), ao contrário de combaterem a imoralidade, os padres eram os primeiros a lisonjear os defeitos dos caboclos e demais descendentes indígenas. Em sua opinião, o fato de os costumes desses habitantes persistirem sob as vistas da Igreja Católica era uma prova de como os padres eram raríssimos nas regiões amazônicas ou estavam pouco preocupados com os costumes locais.

É importante mencionarmos que ao voltar para Belém, com a saúde fragilizada, José Veríssimo passou a escrever seus textos nos jornais, *O Liberal do Pará*, *Diário do Grão-Pará* e na *Província do Pará*. O autor como alguns políticos da região, não acreditava no ensino e na educação promovida pela Igreja, ou melhor, pelos padres, o que talvez explique a criação da Sociedade Promotora da Instrução em 1883, que era impulsionada pelos ideais positivistas na regeneração da educação e progresso do país¹⁰. Esse progresso “seria alcançado por meio do cruzamento de povos “superiores” e de “inferiores”, levando a fusão das aptidões necessárias à formação de um tipo humano genuinamente preparado para a “civilização” (BEZERRA NETO, 1999, p. 17). De acordo com Bezerra Neto (1999), Veríssimo culpabilizava o ambiente amazônico por facilitar a vida dos índios e mestiços, tornando-os preguiçosos. Os jesuítas, também, teriam contribuído para a degeneração mental dos povos amazônicos com o ensino religioso (BEZERRA NETO, 1999, p. 18).

Ao contrário disso, a Igreja católica, tendo como seu expoente máximo no Grão-Pará, D. Macedo Costa, acreditava na ideia de Deus como verdade absoluta, tendo a Igreja como sua representante por excelência dele na terra. Este pensamento norteava os projetos da Igreja e a hierarquização do clero, bem como a supremacia desta instituição em relação ao governo. De acordo com Wernet (1997),

o catolicismo da segunda metade do século XIX primava pela ascese, pela limpeza moral e, principalmente, pelo afastamento entre o elemento espiritual e temporal. Além disso, a participação dos leigos nos quadros da vida religiosa era uma prática combatida. As reformas das organizações como irmandades, congregações, confrarias e ordens terceiras; a criação de novas associações como as “Filhas de Maria” e o “Apostolado de Orações” foram medidas

¹⁰ José Veríssimo publicou um livro intitulado Educação Nacional, o que demonstrava sua preocupação pelo assunto, em especial pela ação pedagógica no desenvolvimento humano. Além do temo dedicado a instrução pública o autor de *Cenas da Vida na Amazônia* (1886), imiscuiu-se no meio literário nacional com participação na fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, sendo um dos seus integrantes em 1912. Além disso, procurou escrever sobre a situação da América Latina frente ao imperialismo norte-americano, sem deixar de lado o interesse pelos temas amazônicos.

pontuais que estavam ligadas à essa nova concepção de Igreja no Brasil (WERNET, 1997, p. 19).

Com este pensamento de afastamento entre o elemento espiritual e temporal é que entre os empreendimentos da Igreja Católica no Pará, estava o zelo pelo seminário estabelecido no antigo Colégio dos Jesuítas, na Igreja de Santo Alexandre. Este seminário era destinado ao estudo de filosofia e teologia, dos futuros padres. Além dele, funcionava o Colégio de Santo Antônio, com matérias sobre o estudo de humanidades. Cruz (1973), afirma que também,

havia na capital as seguintes instituições religiosas: o convento do Carmo, o das Mercês e o de São José que, por muito tempo, ajudaram na formação católica dos paraenses. Além destes, a Casa de Educandas criada pelo bispo D. Manuel de Almeida Carvalho, em 1804, funcionava como meio na formação religiosa das meninas ditas “desvalidas” e órfãs (CRUZ, 1973, p. 23).

Fragoso (1992), ao estudar a Igreja no Segundo Reinado, afirmou que a instrução religiosa no Brasil não era muito deficiente como muitos apontavam. Ao contrário, naquele período, a melhoria do ensino sacerdotal foi empreendida por bispos como D. Cardoso Aires, D. Macedo Costa, D. Joaquim de Mello, D. Luiz Antônio dos Santos e, também, os Lazaristas, as Irmãs Dorotéias, as filhas de S’antana. Por outro lado, a ideia de decadência religiosa no Brasil em função da escassez de padres nas vilas, da falta de ensino teológico na colônia, da imoralidade do clero é também estendida para a Amazônia.

Na visão de Azzi (1992), o quadro clerical na Amazônia teria se agravado em função da ausência dos jesuítas e da crise dos seminários. “Bastante precária era a situação do clero no Grão-Pará, onde diversos casos de padres descuidados de seus deveres e transgressores do celibato sacerdotal eram apresentados nos escritos de D. José Queiroz, bispo do Grão-Pará (1760-1763)” Azzi (1992, p. 30). Esse, segundo o autor, é um exemplo de como a ideia de decadência religiosa estava atrelada à união jurídica entre a Igreja e o Estado, que transformava o clero em funcionário do governo. No entanto, o trabalho missionário não cessou com a expulsão dos jesuítas e os aldeamentos continuaram a existir sob a direção de outras ordens religiosas. Mesmo após a ausência dos jesuítas nas missões, e com a malfadada experiência dos diretores laicos, o governo chamou os religiosos para organizarem novamente o trabalho do ensino na província e nas aldeias.

Para Reis (1942), em 1864, o mesmo montante de investimento que o governo aplicava na imigração para a Amazônia deveria também ser utilizado para “civilizar” os índios. Devia-se, segundo ele, aos “apóstolos dos índios” o trabalho com a catequese nas missões de vários locais da província. Esses missionários não eram mais os jesuítas, mas eram, agora, os capuchos. Por volta de

1612, os capuchinhos franceses vieram para o Maranhão e Pernambuco e depois chegaram os italianos, que embora tenham sido afastados pelo governo, em 1831, voltaram depois a atuar na província do Grão-Pará com o intuito de “apaziguar” os selvagens. De acordo com Reis (1942),

é importante ressaltar que a entrada de capuchinhos no Brasil não teve relação direta com o projeto de colonização portuguesa, uma vez que estes capuchos, sendo italianos, estavam relativamente livres dos acordos que regiam o padroado, o que não impedia a afirmação do trabalho missionário como uma faceta importante para o governo provincial (REIS 1942, p.50).

A memória sobre a atuação capuchinha na Amazônia cabe a dois destes padres: Frei Ludovico e Frei Carmelo de Mazzarino, os quais viajaram pelo interior à procura de gente para cristianizar. A expansão desses capuchos não respeitava tratados políticos, nem acordos de fronteiras, eles avançaram para além do rio Xingu à procura das tribos tidas selvagens. Além desse local, outros foram percorridos por essa ordem, tais como Capim, Tocantins e Araguaia.

Conforme Reis (1942), em 1870, chegaram, ainda, Frei Josualdo Machetti, Frei Teodoro Massafra e Frei Samuel Manccini, que foram atuar no rio madeira e no vale do rio negro. Esses missionários desejavam também fundar um aldeamento no rio trombetas, pois lá, segundo um secretário da província, os quilombolas ¹¹levavam ameaças aos índios e a população. Nessa versão, os negros fugidos se localizavam em torno daquele rio e causavam terror a população de óbidos e seus arredores. Para Acevedo (1998), as autoridades tratavam aqueles quilombolas como povos que poderiam ameaçar as propriedades e os habitantes, mas a relação entre esses últimos e aquelas comunidades era mais complexa do que pretendiam demonstrar os presidentes de província. Para Reis (1942, p.61), em 1869, as missões capuchinhas estavam dando resultados benéficos para a província, pois ajudavam a diminuir os problemas do governo com os pobres e com os índios. Os capuchos levavam a luz da “civilização” através do cristianismo (REIS, 1942, p. 61).

Ainda falando desses missionários, o autor afirma que a província contaria com “cidadãos mais úteis para a pátria, mais soldados para as fileiras da religião de Cristo e mais operários da futura prosperidade da província” (REIS 1942, p, 58). Desta forma, a Igreja Católica tendo, a frente D. Macedo Costa, reformava os seminários da capital e fundava asilos e escolas para os jovens desvalidos ou não da província. As ordens religiosas existentes na Amazônia, também atuavam junto à população da capital e do interior, especificamente tentando catequizar o índio, com o apoio do governo provincial.

¹¹ Segundo Acevedo (1998), o termo quilombola representava mais que uma palavra ou uma classificação, era uma categoria histórica cujo significado remetia a ideia de resistência à ordem escravista e de autoafirmação dos grupos de cor, que podiam ser negros ou não.

A ideia de Martins (2004), sobre a transferência dos interesses do ensino e da caridade da Igreja para o governo, parece não se confirmar na província do Grão-Pará. Nesse ambiente, apesar de haver discussões sobre a laicização do ensino e mesmo um debate filosófico a respeito da miséria humana, o catolicismo ainda sobrevivia direta ou indiretamente na manutenção, organização e tutela das instituições destinadas ao ensino popular e aos estabelecimentos assistencialistas.

Abel Graça,¹² Barão de vila da Barra, afirmou que a partir de 1870 alguns aldeamentos foram espalhados pela província; dois ficavam próximos a Belém, dois em Santarém, um em Porto de Moz, um no Rio Xingu e outro em Portel. Ainda segundo ele, embora estes aldeamentos não tenham contribuído muito para a inserção dos índios na vida civil porque uma boa parte deles estava sob a responsabilidade de diretores laicos, representavam a sobrevivência da Igreja Católica na Amazônia. Os índios, então, apenas empreendiam algumas atividades, tais como: lavrar a terra, pescar, remar. Nas palavras de Abel Graça, os índios estavam “*geralmente inertes e embrutecidos pelos hábitos da vida nomada, não obtém outros conhecimentos senão o de promoverem mal a sua subsistência*” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1870, p. 40). O único aldeamento próspero, segundo ele, era o do rio Xingu, pois estava sob a direção dos padres capuchinhos.

Abel Graça fez claros elogios às missões direcionadas por sacerdotes, criticando a ação dos diretores laicos que não estariam interessados na catequese e ensino dos pobres e índios da província. Para ele, os diretores se preocupavam mais com os próprios interesses do que com o trabalho social. Além disso, o presidente declarou sua preferência pela mão-de-obra indígena à estrangeira, porque “*o colono [estrangeiro] quando pisa no solo sente logo os efeitos do clima que para eles é desconhecido e logo são atacados de moléstia própria do país e torna-se inerte ao trabalho*” (Ibid, p. 42).

Neste sentido, solicitou Abel Graça mais verbas e mais capuchinhos do governo central para o trabalho com a catequese, a fim de que os índios fossem preparados para atuar nas atividades econômicas regionais, cuja perspectiva de retorno, embora fosse a longo prazo, “*seria mais lucrativa do que os investimentos malfadados com a imigração estrangeira*” (Ibid, p 43). Nesse aspecto, apesar de propagarem motivos diferentes para a inadaptação do estrangeiro no Norte, Abel Graça e a Igreja católica, representada por D. Macedo Costa, concordavam sobre o uso da mão-de-obra local e cearense, tanto nas atividades extrativas quanto na agricultura.

¹² Abel Graça era do Partido Conservador, aliado dos “ultramontanos” no Grão-Pará. No entanto, nesse partido também havia políticos que discordavam dos projetos diocesanos, como por exemplo, Pedro Vicente de Azevedo.

Pedro Vicente de Azevedo (1874), por sua vez, afirmou que sem a administração de religiosos, os índios voltavam à coleta de especiarias, esquecendo-se do aprendizado adquirido. Então a solução para o problema de mão-de-obra na Amazônia não estaria no uso do indígena, mas no investimento da instrução pública para a camada pobre da província, bem como para a imigração estrangeira. Para ele, os índios eram indolentes e dispersos, dificultando a adoção de uma rígida disciplina. O missionário, para Pedro Azevedo, “*não consegue tirar o índio da ignorância e da latargia, pois quando sai da aldeia por algum motivo, os índios esquecem o aprendizado e fogem para a floresta*” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1874, p 47).

Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876), dizia que a missão da igreja em bacabal, por exemplo, tinha um único missionário Frei Pelino de Castrovalva, que estava sempre doente. Portanto, para ele, era difícil manter os trabalhos iniciados pelos missionários. “*Nesta missão há poucas cazas de oração, várias cabanas provisórias e vinte casas grandes que abrigam os índios. O padre leciona alternadamente em duas escolas, uma do sexo masculino e outra do feminino, cada uma dellas possui quarenta alunos*” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1876, p. 102).

Segundo este Presidente, quando havia padres nas vilas eles incentivavam o casamento entre os índios e afirmavam a necessidade de se construir casas para separar as famílias que viviam no mesmo espaço. Outras regiões necessitavam, em sua opinião, de maior número de missionários; na aldeia de bacabal havia em torno de 400 índios da tribo mundurucu, em Maracanã os índios se dedicavam à lavoura e a escola orientada pelos religiosos. Em Urucará, alto Tapajós, havia em torno de 50 índios da tribo Maués, além daqueles que estavam nas matas e que precisavam serem conduzidos as aldeias. Em Pacajá e Portel, dos 46 índios que lá existiam em 1874, restavam apenas 4, muitos dos quais teriam sido dizimados pela bexiga. A partir desse quadro, o presidente de província dizia que o investimento nas missões da Igreja Católica para a formação da mão-de-obra indígena acarretaria prejuízos para os cofres provinciais, defendendo, assim, o investimento da instrução para a camada pobre da província, assim como para o estrangeiro imigrante.

Vemos que não eram todos os presidentes que acreditavam na missão da Igreja como agente civilizador. Para Pedro Vicente de Azevedo (1874), havia três agentes responsáveis pela “civilização” do povo da província: o missionário, o diretor parcial e o regatão. Mas este último, segundo ele, teria feito muito mais do que os dois primeiros. “*Em geral, pode diser-se que mais serviço tem feito a civilização a cobiça imoral do regatão do que a moralidade fria e doutrina religiosa dos missionários*” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1874, p. 56).

O argumento do presidente era que a ação do missionário era pontual, circunscrita na sua maioria a algumas aldeias, já a atuação do regatão se estendia por todo território da província, atingindo outros tipos de população. Enquanto o missionário sequestrava o índio do convívio com o branco, o regatão desbloqueava as matas, interagia com outros sujeitos, possibilitando sua integração ao ideário de uma província civilizada. Nessa compreensão,

o missionário trata só das almas, o regatão trata dos produtos, do homem ou da natureza; o missionário é sedentário, quase indolente e pouco produz; o regatão é a atividade personificada e só não tenta fazer o que lhe é impossível e em vez de ensinar o povo a rezar, ensina-lhe a trabalhar, a negociar e também, as vezes, a furtar (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1874, 57).

De fato, o que percebemos é uma preocupação em transformar, o índio e o pobre em mão-de-obra para se alcançar a civilização. Do mesmo modo como Pedro Vicente de Azevedo, José Veríssimo (1970), ao falar do papel do regatão na província, dignificava a sua convivência com os mestiços. Em sua visão, sendo o regatão geralmente um português, ela ajudaria na “civilização” dos povos do interior amazônico, melhorando sua condição étnica e materiais. A ideia de Veríssimo sobre a superioridade do homem branco ao índio e ao negro traduzia, portanto, a valorização do regatão como agente civilizador e um dos responsáveis pelo branqueamento social.

As missões da Igreja, segundo Pedro Vicente de Azevedo (1874), prosperariam desde que se desenvolvessem conjuntamente o trabalho missionário e o comercial. Para isso, seria necessário um missionário encarregado do ensino de leitura, escrita e dos ofícios puramente religiosos; um agente público responsável pelo regime civil e econômico do povoado, servindo de mediador entre o caboclo e o negociante; alguns oficiais de ferreiro, carpinteiro e pedreiro para, além de estruturarem a missão, ensinar seus ofícios a estes homens que viviam embrenhados nas matas. De acordo com o presidente, os agentes civis, mais que qualquer religioso moldaria os costumes dessas populações de acordo com os desígnios “civilizatórios”.

Gama Abreu¹³, em relatório apresentado à assembleia provincial, em 1880, criticou a decadência das missões da Igreja no Grão-Pará. Mas, compartilhando em parte das ideias de Pedro Vicente de Azevedo, afirmou que os diretores, juntamente com os frades sérios, fomentariam os valores do trabalho junto a essas populações mais afastadas da província. Um dos motivos da decadência dessas missões, segundo Gama Abreu (1880), era o egoísmo e imoralidade de alguns

¹³ Gama Abreu formou-se em filosofia e matemática pela Universidade de Coimbra e, em 1855, estabeleceu-se em Belém. Foi professor de matemática do Liceu Paraense, deputado tanto provincial quanto do parlamento nacional. Além disso, exerceu a presidência das províncias do Grão-Pará e do Amazonas, o que teria garantido a ele experiência e conhecimento dos problemas dessas regiões.

missionários, que uma vez demitidos de seus cargos apropriavam-se indevidamente das propriedades do nativo. Na opinião de Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, presidente da província depois de Gama Abreu,

o problema da corrupção e dos desmandos nas missões é por falta de cidadãos idôneos e bem remunerados para os serviços da catequese e “civilização” das populações amazônicas. Além disso, os diretores gerais deveriam fazer visitas anuais para saber o estado em que elas se encontravam (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1882, p. 59).

Percebemos que havia várias interpretações sobre a ação da Igreja Católica na Amazônia. As ideias apresentadas pelos presidentes de província variavam segundo os interesses específicos de cada uma desses personagens. As introduções de mão-de-obra tanto indígena quanto cabocla, de modo geral, nas lavouras paraenses contrastavam com o projeto de imigração estrangeira para fins civilizatórios e de sobrevivência material da província. A ação missionária na Amazônia tinha como objetivo ampliar o domínio da Igreja Católica na região norte do país, ação que ajudou o poder secular na organização dos povoados, dos hábitos e dos modos de vida locais.

As iniciativas da Igreja Católica para o desenvolvimento da educação religiosa no Grão-Pará não cessavam. A igreja idealizava, por exemplo, a construção de escolas para artes e ofícios, a partir do modelo de S. João Bosco¹⁴, na Itália. Além disso, a Igreja católica tendo a frente D. Macedo Costa, à margem da estrada de ferro de Bragança levantou um edifício com salões para dormitórios e salas para as oficinas, com o nome de Instituto de Artes e Ofícios Agrícolas de Providência (1882), onde, segundo Lustosa (1977), muitos índios e “desamparados” foram acolhidos e educados.

De acordo com Rizzini (2004), a criação de escolas, tanto na cidade como no interior, e qualquer outra forma de ensino interessava a um projeto “civilizador”, que servia aos interesses das elites regionais, neste caso, ao interesse da Igreja em ampliar seu domínio na Amazônia, por isso era necessário também enquadrar a mulher no processo de instrução e educação de cunho religioso, visto que ela seria responsável pelo fracasso ou êxito humano, já que em suas mãos está a educação das crianças. De acordo com a Igreja católica ultramontana, os indivíduos deveriam ser disciplinados desde os primeiros anos de sua existência, além de passarem pelo aprendizado religioso. “A salvação da alma de um indivíduo estaria determinada por sua trajetória desde a

¹⁴ João Bosco nasceu de uma família camponesa na Itália em 1815. Sua trajetória no sacerdócio iniciou em 1841. Costumava contar histórias religiosas para crianças, visitar presídios e criar oratórios em oficinas operárias. Pedia esmolas às famílias abastadas a fim de ampliar os cômodos de sua casa para servirem de abrigo aos pobres.

infância” (AZZI 1992). Desse modo, o afrouxamento da educação religiosa, em tenra idade, converteria os homens em pervertidos, degenerados e criminosos.

Com este discurso a Igreja Católica ultramontana formulou propostas de instrução para os “desvalidos” da sorte, pobres, índios, miscigenados e também para as mulheres, ou seja, o sexo feminino, neste momento, emergiu como sujeito significativo das propostas do chamado clero romano. Segundo Azzi (1992)

as mulheres passaram a ocupar posições importantes nas dependências da igreja e estavam sempre próximas dos padres, nas missas, nas sacristias etc. Cada vez mais foram criadas associações femininas de piedade; apareceram grupos religiosos nos quais as mulheres possuíam papel central, além de escolas dirigidas por religiosas estrangeiras (AZZI, 1992, p. 165).

Segundo Nunes (2001), as novas diretrizes das religiosas não eram mais incentivar a clausura, muito comum no período colonial, mas fazer com que as irmãs atuassem na sociedade com programas de caridades aos pobres e desvalidos. Religiosas ou laicas, as mulheres faziam parte dos planos da Igreja na Amazônia. As mulheres eram mencionadas como aquelas que ajudariam a Igreja em seus programas de educação para jovens de família e de crianças abandonadas.

No Grão-Pará, a título de exemplo, temos dois importantes asilos e/ou colégios sob a direção de religiosas. Um era o Colégio Nossa Senhora do Amparo, neste colégio as irmãs Filhas de S’antana ou as “Filhas da Fé” como eram conhecidas tiveram atuação na área educacional sob as orientações da Igreja Reformadora. Outra instituição era o Convento de Santo Antônio¹⁵, que funcionava nas dependências do Convento de Nossa Senhora do Carmo, que tinha nas suas atividades educacionais as irmãs Dorotéias. Desta forma, os desvalidos, os pobres, índios e a mulher eram integrados aos planos da Igreja. Eles seriam os principais personagens da civilização católica no Norte.

Podemos dizer, então, que o embate de ideias apresentadas seja pela Igreja ou pelos presidentes de província sugerem uma profunda discussão do destino da Amazônia por aqueles representantes clericais e políticos, que pautados em várias justificativas, apresentavam os caminhos para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região e um dos caminhos para tal fim seria a manutenção e custeio de seminário, asilos e colégios. Além da instrução dada para os pobres, desvalidos, para os ingênuos e as mulheres da província paraense.

¹⁵ No Colégio de Santo Antônio foi fundado um asilo, em 1871, destinado à educação de meninas órfãs e a formação de alunas na escola normal. Primeiramente este asilo estava assentado na escola do Carmo e só posteriormente passou para as dependências do Colégio de Santo Antônio. Para coordenar os trabalhos com as meninas, a Igreja representada por D. Macedo Costa contou com a ajuda das Irmãs Dorotéias.

2.2. A Igreja na Educação das Crianças Desvalidas da Província do Grão-Pará

Como já afirmamos na Província do Grão-Pará, a influência da Igreja Católica foi muito forte, podemos dizer que além das missões e da formação de aldeamento, outra forma de imprimir a cristianização do povo da Amazônia ocorreu por meio de seminários, asilos, colégios e institutos de formação técnica como os de Arte e Ofício. Logo que assumiu a diocese do Grão-Pará, D. Macedo Costa iniciou a moralização e intelectualização do clero. Em 1876, numa carta a D. Pedro II, o bispo D. Macedo Costa, a frente da Igreja Católica na província afirmou, que os seminários e colégios precisavam de verba para realizar os trabalhos de ensino e instrução. Afirmou, também, que a diocese era uma das mais pobres no Brasil e que os alunos, internos e asilados dessas instituições, na sua maioria, eram pobres e muitos provinham do interior da província paraense.

O bispo propôs a adoção de uma política de investimento em educação religiosa dos meninos e meninas desvalidos (as) da província, empreendimento que também serviria aos interesses do governo. Segundo Bezerra Neto (1998), o governo subsidiava algumas instituições dirigidas por membros da Igreja, com a finalidade de obter mão-de-obra qualificada para seus objetivos econômicos, culturais e sociais. Havia, portanto, entre o governo e a Igreja, digamos, um incentivo para a educação das crianças pobres, a partir de seu ingresso em seminário, asilos e colégios, como eram chamadas algumas instituições de abrigo da época.

Ao que tudo indica, essas crianças ditas desvalidas, órfãos e delinquentes eram de famílias muito pobres, por isso eram encaminhadas aos prelados para serem educadas segundo as regras da Igreja. José Veríssimo (1900) afirmou que o aumento da infância desvalida na Província do Grão-Pará ocorria devido à falta de moralidade que reinava entre os índios e caboclos. Mas, segundo ele, era necessário um cuidado na definição da orfandade no século XIX, pois havia uma Lei brasileira cuja ideia de orfandade estava associada à promiscuidade, ou seja, órfãos eram filhos de casamentos ilegítimos. Para Veríssimo,

essa era uma lei estúpida que contribuía para a exploração das crianças provindas desse tipo de situação. Muitos menores, por esse motivo, foram “vendidos” pelos juízes de órfãos, não para irem às escolas e às oficinas, mas para servirem de empregados domésticos em casa de particulares, que os recebia em troca de favores (VERÍSSIMO, 1900, p. 74).

Segundo Veríssimo,

os juizes de órfãos mandavam, e continuavam a mandar, diligências pelos lugares de suas jurisdições, especialmente incumbidas de trazer ranchos de curumins, meninas e meninos tapuios para distribuir pelos seus amigos e pessoas consideradas do termo respectivo (VERÍSSIMO, 1900, p. 74-75).

A utilização dessas práticas dos juizes de órfãos seria para “amparar” a infância pobre da província. Essas crianças eram encaminhadas para as instituições assistenciais, pois se acreditava que nesses espaços, o regime disciplinar poderia mudar a postura delas, ou seja, as instituições assistenciais apresentavam-se como alternativas capazes de garantir a readaptação de crianças consideradas pela população como viciosas e vadias. Porém, a crítica de Veríssimo (1900) baseava-se no fato de que muitos juizes se beneficiavam de seu poder com relação à tutela das crianças, para camuflarem outros interesses, como por exemplo, o de ter as crianças trabalhando gratuitamente para eles, gerando um mecanismo de criadagem.

O autor afirma, ainda, que os clérigos reclamavam dessas atitudes nas sedes provinciais, Belém e Manaus, mas no interior das mesmas parecia que tal fato não tinha tanta importância, uma vez que se preocupavam apenas com as cômputas¹⁶ que o governo lhe pagava. A Igreja, segundo as observações de José Veríssimo (1900), não discordava das críticas feitas dos maus exemplos dos juizes de órfãos e de alguns alunos párocos, porém nada se fazia para combater tal prática, já que estava mais interessada em investir na intelectualização e também na moralidade do clero.

Existiam na Província do Grão-Pará algumas instituições de cunho religioso. Nesta época, havia dois seminários: um chamado de Santo Antônio e outro chamado de filial. No primeiro, os jovens estudavam o curso secundário e o teológico, geralmente, o governo admitia quinze seminaristas pobres ao custo de 3:000\$000 réis. No segundo, recebiam instrução primária e os princípios da instrução secundária e, ao contrário do primeiro, o seminário filial não recebia verbas da província para as atividades dos internos, tendo o estabelecimento que sobreviver de seus próprios recursos, quando os tinham. Esse seminário foi fundado por D. Macedo Costa, cuja preocupação era inserir nos currículos matérias de bacharelado em letras. Segundo Abel Graça, “a existência desse tipo de instituição na região, faria o governo economizar com o envio de alunos para a Europa, pois he dispendioso” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1870, p 22).

¹⁶Pensão que, em algumas regiões, se dá aos párocos para sua sustentação.

Além disso, a Igreja também reestruturou o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, que estava destinado à educação doméstica e moral das meninas desvalidas, tendo as atividades educacionais coordenadas pelas filhas de S'antana. Outro estabelecimento nos moldes do Colégio do Amparo foi o Asilo de Santo Antônio, destinado também ao público feminino. Esse asilo iniciou suas atividades sob a direção das irmãs Dorotéias. O prédio em que se assentava o referido asilo era o do antigo Convento de Santo Antônio, pertencente aos franciscanos. Funcionavam nesses espaços duas formas de assistência: uma relacionada à instrução ou educação e outra, ainda, voltada ao trabalho com os desvalidos de toda sorte da província (MARTINS, 2005, p.34). Com atividades diferenciadas, mas sincronizadas, as irmãs Dorotéias formavam meninas, dando-lhes ensino e assistência. Ao que tudo indica esse tipo de instituição, não abrigava e educava somente crianças pobres provenientes da Província do Grão-Pará.

No dia 19 de abril de 1878, indo a irmã superiora ao palácio episcopal, encontrou uma pequena cearense que pedia esmola. Penalizada, resolveu Madre Pingiani levar a menina para o asilo, aonde, na tarde do mesmo dia, foi ter com a avó da criança. Satisfeita por ver a menina alegre e protegida, rogou á superiora que ficasse com a outra que a acompanhava. A boa religiosa aquiesceu. Como estes outros fatos se verificaram frequentemente na província (BEZERRA NETO, 1998, p.42).

A partir da citação acima, temos uma percepção do que era ser criança e pobre em meados do oitocentos na província paraense e a importância do papel da Igreja na educação da infância desvalida paraense. Para exemplificar, eis um texto de D. Macedo Costa publicado no jornal *A Boa Nova*, em 1871, que faz considerações sobre a instrução pública na província paraense. Inicia-se a narrativa com a seguinte pergunta: *Queremos instrução?* E questiona-se: *Que instrução queremos?* Na sua concepção, a instrução popular sem fundamentação religiosa seria catastrófica para a sociedade paraense, pois diz-se: “*Ensinai um menino a ler, mas deixa-o ler livros imorais, romances corruptores, o que será desse infeliz*”. Nesta frase percebemos que a Igreja adverte sobre o tipo de instrução que os governos, baseados em ideias anticlericais, estavam adotando em seus programas. Na concepção da Igreja e, sobretudo, do bispo D. Macedo Costa, em lugares onde a instrução não se baseava no catolicismo e onde os pensamentos liberais além da literatura ímpia circulavam, a sociedade sofria barricadas e derramamento de sangue.

Assim como as filhas desvalidas, os meninos desvalidos e pobres da província, também eram levados para a escola, uma delas era o Instituto de Educando Artífices, criada em 1870, porém só teve início efetivo em 03 de junho de 1871, a fim de aprenderem um ofício. Deve-se ao engenheiro Guilherme Francisco Cruz a criação de um estabelecimento que atendesse à necessidade de

meninos que não tinham família ou eram considerados abandonados e pobres. A ideia de criar esse tipo de escola técnica em Belém veio da experiência existente no Maranhão. O objetivo dos idealizadores dessas instituições era atingir uma população de meninos pobres, além de inserir também “*os jovens índios no aprendizado de ofícios, permitindo sua inserção na sociedade branca*” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1870, p. 20). Esses índios, em geral, estavam servindo em casas de famílias como empregados, o que não favorecia seu aprendizado “civilizatório”. Para Rizzini (2004),

a criação de escolas artífices no Amazonas ajuda a pensar as mesmas escolas criadas em Belém. Os governos ansiavam por fundar um tipo de instituição que ao invés de preparar intelectualmente índios e mestiços, pensava na formação prática dos alunos para os ofícios necessários para o trabalho público e agrícola. Um exemplo dessa iniciativa era o Instituto Amazonense de Educando Artífices (RIZZINI, 2004, p. 27).

A mesma estrutura pensada no Amazonas existia em Belém com a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiro (1872) e do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1871). Esse tipo de instituição passou a receber, a partir de 1871, “filhos livres” de mulheres escravas com o objetivo, segundo Rizzini (2004), de o governo manter o cenário social sob controle.

A ideia não era “civilizar” a população, mas diminuir o número de “desvalidos” e mendicantes que trafegavam nas ruas da cidade, “comprometendo a ordem pública”. *O Diário de Notícias*, de 1883, publicou um artigo intitulado “Mendigos”, no qual apresentava as medidas tomadas pelo governo para inibir a população de rua entre elas crianças: “*Estão intimados para comparecerem na secretaria da polícia, até o dia 31 deste mês, sob pena do Art. 14, parágrafo 2º. Do Código de Posturas Municipais, todas as pessoas que vivem a esmolar publicamente nesta capital*”.

O ato foi aplaudido pela a sociedade da época, pois, para a mesma, essas pessoas estavam em perfeitas condições para o trabalho, embora preferissem andar no ócio. Acrescentou-se ainda a necessidade de policiamento na porta do teatro, Igrejas e nos espaços dos mercados. Desse modo, o governo pretendia prevenir o aparecimento da mendicância a partir da inserção de meninos no aprendizado técnico.

A criação de escolas técnicas com o único objetivo de abastecer o mercado em crescimento com mão-de-obra qualificada não era a ideia de todos os dirigentes. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Grão-Pará, em 1885, afirmou que “*o ensino laico e técnico pretendido era perigoso a civilização em geral e aos católicos em particular*” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1885, p. 109). Para ele, o laicalismo nas escolas com a exclusão do catecismo e do ensino religioso era uma preocupação da população católica, pois a

especialização de mão-de-obra requeria disciplinas práticas que poderiam desviar as noções filosóficas na formação do cristão.

Outro estabelecimento com o objetivo de preparar meninos para os ofícios diversos era o Instituto Industrial e Agrícola Providência, fundado em 1882 como Colônia Orfanológica por D. Macedo Costa. As crianças naquele local desenvolviam várias atividades relacionadas ao aprendizado das artes e da agricultura numa região onde estavam sendo criadas algumas colônias agrícolas de imigração estrangeira e de nacionais na estrada de ferro de Bragança. Belém contava, portanto, com alguns estabelecimentos escolares e de acolhimento das crianças, mas o interior da província também era alvo dessas iniciativas, uma vez que nesses locais havia um grande número de população indígena.

É interessante frisar que o interior da província também era alvo dessas iniciativas. Vale lembrar, que o Amazonas e o Rio Negro faziam parte da jurisdição eclesiástica do Grão-Pará, até 1892, o que complicava os esforços dos governantes e da igreja para atingir a totalidade desse território. Segundo D. Antônio de Almeida (1992), a diocese do Grão-Pará possuía três vigárias gerais; a de Santarém, a do Rio Negro e a de Manaus. No entanto, a maior parte do tempo essas vigárias estavam vacantes, implicando no processo de instrução das pessoas desses locais, logo era necessário maior investimento do governo. Mesmo assim, é possível perceber o discurso da Igreja no sentido de incentivar a instrução pública com base religiosa fora de Belém.

Assim, instrução pública vinculada a Igreja e ao Estado nas diversas instituições da província paraense, não estava dissociada do projeto econômico, uma vez que era por meio de um tipo de saber de um lado moral e técnico e de outro moral e intelectual que o homem poderia melhorar sua potência de sociabilidade. Na opinião da Igreja manifestada na pessoa de D. Macedo Costa, o saber intelectual ao lado do religioso seria o caminho para a regeneração dos povos. O importante disso tudo é pensarmos o uso desses programas de instrução pública e clerical como um dos principais pontos de discussão na província, envolvendo várias concepções políticas e socioeconômicas. A educação seria o meio, a romanização, a finalidade e os princípios seriam os conhecimentos de Deus criador e onipotente. Nessa mesma diacronia, o projeto que se instalava ao final do século XIX, na província paraense, e que seria o sustentáculo da nova era, tinha seu ideário fundado na Igreja, objetivando formar o futuro homem republicano e católico.

2.3. O Processo de Higienização na Província do Grão-Pará

A cidade de Belém do Pará no século XIX, palco de vários acontecimentos importantes entre eles a revolução popular da Cabanagem¹⁷, foi sem dúvida uma das mais importantes do Brasil, principalmente nas últimas três décadas daquele século. Isto, quando se fortaleceu o extrativismo do látex (ciclo da borracha), que produziu consequências político-administrativas, ocasionando uma verdadeira revolução na paisagem de Belém.

Se a economia brasileira desta fase estava assentada na monocultura do café no centro sul do país, em substituição a produção açucareira concentrada, principalmente, no nordeste, na região norte, nos estados do Amazonas e do Pará, estava em plena ascensão a produção e comercialização do látex, chegando quase a se igualar ao café em exportações na balança comercial brasileira.

Sarge (2002), afirma que a produção do látex paraense já existia desde o início daquele século. Sua importância era grande, tanto que foi usada no revestimento de mochilas e fabricação de sapatos. No caso dos sapatos, houve uma produção e exportação significativa saindo de 47.787 pares de sapatos em 1940, chegando-se a 138.873 pares em 1850. No entanto, a comercialização da borracha ganha maior força nos anos de 1870, superando o cacau na pauta de exportações do estado com 4.890,089 quilos contra 3.381.246 quilos de cacau. Para Sarge (2002), somente a partir da segunda metade do século XIX é que o Pará adquiriu um relativo desenvolvimento econômico em decorrência da produção e exportação do látex determinado pelas exigências da indústria internacional (SARGES 2002, p.75).

Esta verdadeira explosão teve como ponto facilitador, em meados da década de 50 do século XIX, a autorização da abertura dos rios da Amazônia à navegação estrangeira, quando se estabeleceram várias empresas estrangeiras de navegação inglesas e francesas, que exploraram comercialmente as linhas fluviais

a navegação a vapor introduzida em 1853, teve grande importância econômica para a exportação da borracha e comércio internacional. Inicialmente, sobre o monopólio de Irineu Evangelista de Souza- barão de Mauá- que concessão do governo imperial, a navegação do rio Amazonas abre-se aos ingleses e americanos a partir de 1866 (SARGES, 2002, p. 76).

Esta expansão econômica vertiginosa provocou várias mudanças sociais e culturais, além daquelas ligadas diretamente à produção gomífera. Com relação aquelas, podemos citar o processo de urbanização de cidades como Belém e Manaus, as leis e normas criadas para organizar a utilização de espaços públicos e privados, um crescimento também populacional e no caso de

17 Movimento popular que tomou o poder da província em 07/01/1835, após um longo encadeamento de acontecimentos.

Belém, também um afastamento das famílias, que moravam no centro, para locais mais afastados. Já nas atividades que estavam imediatamente atreladas a produção da borracha tem-se um surto migratório, devido à falta da mão de obra, especialmente de nordestinos fugindo da seca, possibilitando um aumento da produção do látex, e também o fortalecimento do sistema de aviamento.

Neste período, finais do século XIX, o sistema político-administrativo e com ele uma série de mudanças se efetivam. Toma maior impulso o desenvolvimento urbano da cidade de Belém, pois a cidade passou de uma população de 61.997, para 96.560 segundo censo da época, um aumento de mais de 50% em dez anos, experimentou um desenvolvimento sem precedentes na sua história, fruto também do extrativismo da borracha, então em plena ascensão. Desta forma, era preciso mudanças profundas, por meio de um projeto urbanizador, sanitário e paisagístico. Para Sarges (2002, p. 137), era preciso adequar a cidade às transformações capitalistas, investindo capital e diversificando suas aplicações em outras atividades. Para isso, se engendrou todo um processo de modernização da cidade de forma a facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países centrais.

No entanto, o desenvolvimento econômico, estrutural e cultural só alcançou o centro da cidade, onde moravam e circulavam a elite local e os estrangeiros. As riquezas produzidas com crescimento econômico provocado pelo ciclo da borracha foram usufruídas apenas por essa elite local e pelo capital internacional. Nota-se que a expansão modernizadora de Belém subordina-se mais às necessidades econômicas do que aos objetivos práticos, ou seja, ao atendimento das necessidades básicas da população, pois a província paraense, na segunda metade do século XIX, foi devastada por três epidemias: 1851-1852 por varíola, 1866-1868 por febre amarela e 1872-1876 novamente por varíola, sendo esta última a mais devastadora de todas, pois provocou, segundo Vianna (1975), 1162 mortos. Até 1850, associavam-se as epidemias e as doenças de todo tipo ao tráfico negreiro, haja vista que as condições dos túmbeiros eram precárias e, portanto, era muito comum a proliferação das doenças entre os seus ocupantes. Vianna (1997) afirma,

que a intensificação do tráfico negreiro para a Amazônia após a legislação pombalina, contribuiu para a eclosão de diversas epidemias que ocorreram na região. Da segunda metade do século XIX ao início do século XX, a origem de diversas epidemias entre elas a varíola passa a ser associadas pelas autoridades e a sociedade civil às diversas correntes imigratórias, especialmente a nordestina (VIANNA, 1997, p. 37).

Importante ressaltarmos que nesta época a sociedade amazônica vivenciou um conjunto de transformações provenientes da economia da borracha. A descoberta dessa matéria prima pela indústria mundial e o interesse do imperialismo britânico pelo chamado “ouro negro” da Amazônia conferiram a essa região um papel importantíssimo no conjunto do sistema econômico capitalista. É evidente que durante o século XIX o crescimento da procura pelo látex, principalmente na segunda metade deste século, provocou o enriquecimento de setores da sociedade local envolvidos com o processo e, também, atraiu um grande número de imigrantes oriundos de outras regiões do país, especialmente do nordeste, e um grande número de imigrantes europeus. Estes eram os mais esperados, por serem os detentores da civilização tão buscada por alguns sujeitos da sociedade local. O interesse pelo imigrante europeu era tão grande que os diferentes governos da região procuraram realizar campanhas de incentivo a vinda deles¹⁸.

A respeito da imigração nordestina, Lacerda (2006) tenta compreender as razões que fomentavam o interesse dos cearenses em direção ao Grão-Pará, procurando desviar o foco da análise, da ótica do Estado, para a ótica dos próprios sujeitos envolvidos no processo. Segundo Silva (2009),

é necessário perceber, porém, que a vinda desses imigrantes fez a população de Belém crescer em contraste com seus padrões de infraestrutura. Assim surgiram diversos problemas sociais e de outra natureza e, muitos problemas já existentes tornaram-se incontroláveis, como por exemplo, a saúde pública, sendo muitas vezes os migrantes cearenses responsabilizados por epidemias em Belém (SILVA, 2009, p. 39).

Para Silva (2009), em geral, as camadas populares constituíam-se no alvo principal das políticas elaboradas na época, de acordo com um projeto que visava afastar “para além dos muros da cidade” todos os elementos considerados nocivos a boa convivência no espaço urbano: as classes perigosas, os doentes, os mendigos, a doença, o lixo, a morte e os próprios mortos. Em nome do bem viver, as autoridades constituídas procuravam destinar o espaço central da cidade às elites e afastar ao máximo que pudesse do centro urbano tudo que fosse considerado nocivo aos interesses daquela parcela da sociedade.

No final do século XIX, a cidade de Belém passou a ser administrada por Antônio José de Lemos. Nessa administração temos o calçamento da maior parte das ruas da Cidade velha e do Comércio, bem como de algumas ruas do Reduto, com paralelepípedos de granito. Foram abertas

¹⁸ Em “O Paraíso Chama-se Pará: O Álbum ‘Pará em 1900’ e a Propaganda para atrair imigrantes”. Edilza Fontes busca demonstrar as estratégias oficiais para atrair trabalhadores e investidores europeus para o estado do Pará a época do boom da borracha.

diversas valas para escoamento das águas pluviais e dos esgotos e também ajardinadas as maiores praças da cidade. Para Silva (2009), esta administração contava com vultosos recursos provenientes, principalmente, do apogeu da economia da borracha, dando-se ao luxo de calçar com paralelepípedos de madeira todo o quadrilátero que circunda o Teatro da Paz, para que o girar de veículos, condutores de passageiros, circulando junto ao pomposo teatro, não perturbasse os assistentes dos espetáculos daquela casa. Essas novidades provocaram mudanças significativas no modo de vida da sociedade local, revelando os dois lados do processo, pois, garantia o bem viver para alguns a custa da exclusão de outros.

A propaganda governamental deste período exhibe imagens diversas da capital paraense geralmente associada à salubridade, higiene e ordem, trinômio do progresso e da civilização. Essa propaganda era expressa na imprensa local e nos álbuns produzidos em diversos momentos dos meados do século XIX e início do século XX.¹⁹ Segundo Fontes (2002), a preocupação em construir uma imagem positiva da região foi uma questão central nos finais do século XIX, pois levaram governos, intelectuais, jornalistas, seringalistas, comerciantes e agricultores a expressar suas opiniões sobre a região e suas necessidades (FONTES, 2002, p. 258).

Mas a grande questão é qual o propósito dessa política? Segundo Fontes (2002), tratava-se, principalmente, de propaganda para atrair imigrantes, pois a segunda metade do século XIX seria marcada pelo debate do fim da escravidão e, ao mesmo tempo, pela busca de alternativas para a mão-de-obra escrava. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho do imigrante europeu seria a solução, haja vista que contemplava o desejo de erguer na Amazônia uma civilização a imagem e semelhança das sociedades da Europa Ocidental.

Para Fontes (2002), a publicação de imagens da cidade na imprensa foi organizada com o objetivo de divulgar a província, tentando desconstruir a imagem de que no Pará era impossível prosperar uma sociedade civilizada. Podemos dizer que havia uma tensão social, pois os intelectuais buscavam sempre demonstrar o grau de progresso e civilidade alcançado pela sociedade, contrapondo-se a uma imagem elaborada da região como terra de índio, insalubre e pestilenta. De acordo com Pereira (2006), essas imagens representavam luxuosas obras que exibem as marcas de uma cidade em transformação. Fotografias de edifícios, de ruas, de avenidas, de

¹⁹ Entre as brochuras produzidas na época destaca-se o “Álbum Descritivo Amazônico”, organiza Arthur Caccavoni. da cidade de Belém, deste final do século XIX, é o Álbum do Pará, ricamente ilustrado e publicado em Turim. Pelos anúncios que contém, pode-se ter uma ideia das áreas de Belém, caracterizadas por uma zona portuária, onde abundavam os trapiches de madeira; uma zona comercial, subdividida pela disposição das casas de comércio, bancos companhias de seguro, etc., no bairro do Comércio (“boulevard” da República, R. João Alfredo, R. 15 de Novembro, etc.) e bairro do Reduto (R. 28 de Setembro, Av. da Municipalidade, etc.), onde já havia importantes indústrias; e uma grande zona residencial, ocupando o resto do espaço urbano.

praças, de jardins públicos, de igrejas e outras realizações arquitetônicas serviam para mostrar o desenvolvimento, progresso e melhorias efetuadas (PEREIRA, 2006, p. 79).

Havia uma necessidade imensa, e até de certa forma exagerada, de demonstrar a existência da civilização na Amazônia. Mas qual civilização? Inspirada em padrões europeus e de acordo com os parâmetros da moderna ciência da higiene, pois era necessário mostrar que esta civilização estava adequada aos mais avançados conhecimentos científicos da época, que a cidade de Belém era propícia ao bem viver, pois a salubridade deixava de ser encarada como um problema climático na região para passar a ser tratada de acordo com os modernos princípios da ciência higiênica. Segundo Silva (2009),

a maioria das imagens e notícias publicadas no final do século XIX em Belém, descrevem uma Belém enquadrada em padrões de modernidade, enfatizando seus símbolos principais, sendo importante considerar que a utilização de discurso higienista é constante, constituindo-se num dos elementos centrais da noção de modernidade cultuada naquele contexto. Esse discurso voltou-se principalmente para as classes populares, para as classes consideradas “perigosas”, gerando um acúmulo de experiências que informam as atitudes dessas camadas em relação à determinação do poder público (SILVA, 2009, p. 46).

A preocupação com as doenças não é especificidade da modernização, é coisa muito antiga. A população da região amazônica experimentou com amargura epidemias terríveis que afetaram grande parte da população. No século XIX, a varíola, a febre amarela e a cólera ceifaram vidas e propiciaram um saldo de pavor, de medo, que se constituiu num caldo de cultura para as concepções médicas da época. A epidemia da febre amarela de 1850 chegou a afetar, segundo Vianna (1997), 1200 pessoas para uma população de 16000 em Belém. Assim, justifica-se toda a preocupação com o higiênico discurso das autoridades, como fica evidente na passagem a seguir de Sarges (2002) referente à obra de Antônio Lemos no final do século XIX,

os cuidados com a saúde pública e o serviço sanitário em Belém se constituíram num dos pontos prioritários da administração Lemista. A intendência de Belém tentou regular os hábitos de forma a obter resultados satisfatórios no que concerne a saúde pública, na medida em que criou mecanismos na legislação municipal com o objetivo de controlar casas comerciais como hotéis, casas de pensão, hospedarias etc, lugares considerados mais perigosos à propagação de doenças epidêmicas (SARGES, 2002, p. 147).

Importante ressaltarmos que a ação dos governantes era sempre de tentar associar a ideia de modernidade e civilização a padrões de higiene²⁰ notadamente científicos. Segundo Silva (2009), os relatórios de Antônio Lemos no final do século XIX, descrevem vários casos de doenças epidêmicas (febre amarela, tuberculose, varíola, etc) que assolavam a população da cidade, mas ao mesmo tempo havia um esforço no sentido de tomar medidas profiláticas com a finalidade de controlar a propagação das moléstias. Portanto, era preciso reordenar o espaço urbano para a habitação das elites e trabalho das camadas mais pobre da população.

²⁰ Daí a ação sobre os cortiços, o tratamento do lixo, a desativação de cemitérios, etc. O combate às epidemias que assolavam a região, dificultando o pleno desenvolvimento da economia da borracha, levou os poderes públicos a criarem, durante o século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários, assim como um conjunto de instituições, entre eles, asilos, hospitais e colégios que faziam a função de retirar do meio urbano, ou seja, das ruas da Província, toda pessoa e criança que viesse perturbar a tão sonhada civilização. Tais instituições também eram responsáveis em manter a saúde pública, como o Colégio de Nossa Senhora do Amparo.

Capítulo III

A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)

Nesse vasto edificio do Colégio do Amparo, aliás, pequeno para o número de educandas que tem os dormitórios de dia, as janelas e portas abertas, abafam os refeitórios embora varridos e lavados, tresandavam um fartum nauseabundo de comidas fermentadas, as latrinas confinadas em um quarto escuro, infecto, lóbrego, onde não entrava uma réstia de luz nem um bafejo de ar, eram uns caixões furados, sem esgoto, nem sifões. A cozinha confiada à direção de uma negra boçal, suja, auxiliada por um grupo de educandas que, certo, nesse contacto só teriam a perder, era também, como a latrina adrede à qual ficava, infecta e repulsiva, e o prepara da comida feito em um velho fogão desmantelado, do tamanho dos que usamos em nossas casas de família, banheiros não existiam, de sorte que, neste clima em que as abluções gerais são uma necessidade imperiosa, essas pobres educandas passavam dias e dias, quem sabe se meses, sem tomar um banho (VERÍSSIMO apud BEZERRA NETO, 1998. p.20).

3.1. O Atendimento das Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo

*Recolhei, recolhei essas coitadas,
Tristes crianças, desbotadas flores,
Que a morte despojou dos seus cultores,
E pendem já de hastes maltratadas.
Trocai, trocai as fomes e os horrores,
Os desprezos e as ríspidas noitadas
Pelo afago de peitos protetores.
Ensinai-lhes a amar e a ser amadas.
E quando a obra que encetais agora
Avultar, prosperar, subir ao cume,
Tornada em sol esta ridente aurora.
Sentireis ao calor do grande lume
Tanta ventura, que, se fordes tristes,
Jubilareis da obra que cumpristes.*

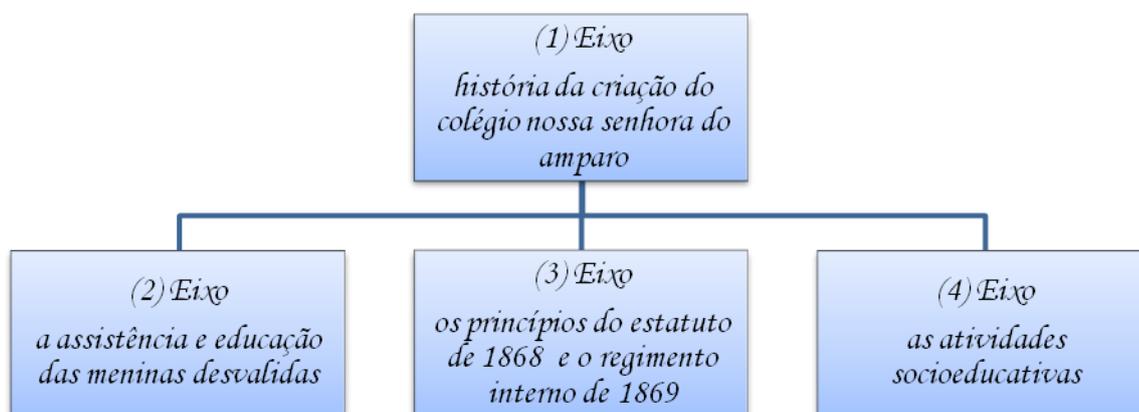
Machado de Assis²¹ 1890.

Neste capítulo pretendemos discutir sobre uma das mais importantes instituições de ensino e abrigo de meninas pobres e desvalidas da Província do Grão-Pará – O Colégio Nossa Senhora do Amparo, no período de 1860 – 1889. Algumas fontes documentais de nossa pesquisa foram protegidas pela implacável passagem do tempo, outras foram dilapidadas e condenadas ao esquecimento ou simplesmente sofreram sérios danos em virtude do inadequado tratamento na preservação dos mesmos.

Desta forma, nossa investigação abrange os anos de 1860 a 1889 e utiliza como corpus documental os manuscritos originais da instituição, tais como Ofícios, o Estatuto de 1868, o Regimento Interno de 1869, Relatórios da Província, Relatos de Acontecimentos de dentro da instituição que consideramos documentos chaves que retrata e organiza a filosofia do Colégio em relação ao seu projeto socioeducativo no século XIX, na Província do Grão-Pará. Para análise dos documentos, abordaremos os seguintes eixos: (1) História da criação do Colégio Nossa Senhora do Amparo; (2) A Assistência e Educação das Meninas Desvalidas no Colégio de Nossa Senhora do Amparo; (3) Os Princípios do Estatuto de 1868 e o Regimento Interno de 1869; (4) As Atividades Socioeducativas do Colégio de Nossa Senhora do Amparo.

²¹ Embora a vida de Machado de Assis não seja objeto deste estudo, cabe assinalar que além de órfão, era gago e estigmatizado por ser mestiço, tendo nascido no pauperismo do morro do Livramento, no Rio de Janeiro, tendo-lhe sido negadas as oportunidades de freqüentar uma escola, tornando-se autodidata. (Considerações da pesquisadora).

Gráfico dos Eixos de Análise do Corpus



No *Eixo História da Criação do Colégio Nossa Senhora do Amparo* apresentaremos informações relevantes sobre a criação da instituição, ou seja, sua fundação na primeira metade do século XIX. Abordaremos o modelo de instituição de abrigo às meninas desvalidas de acordo com os modelos de instituição europeia. Destacaremos, ainda a relação da criação do Colégio do Amparo por meio de uma política higienista da elite paraense e a modernização da província do Grão-Pará.

No *Eixo A Assistência e a Educação das Meninas Desvalidas no Colégio de Nossa Senhora do Amparo* apresentaremos a política educacional para preparar as meninas desvalidas para atender aos anseios da elite da borracha. Abordaremos ainda as preocupações do Colégio do Amparo com a formação das meninas que entram no colégio quanto a sua educação.

No *Eixo Os Princípios do Estatuto de 1868 e o Regimento Interno de 1869 do Colégio de Nossa Senhora do Amparo* destacaremos os princípios estabelecidos no Estatuto de entrada e saída das meninas desvalidas; o corpo docente e administrativo do Colégio do Amparo; os princípios didáticos e religiosos na educação das meninas desvalidas. Apresentaremos o regimento interno e de disciplinas para a preparação das meninas na formação de mães de família e para atender a elite paraense.

No *Eixo as Atividades Socioeducativas do Colégio de Nossa Senhora do Amparo* trazemos à tona as atividades educativas de ensino na preparação das meninas no curso primário e secundário.

Destacaremos as atividades de recreação e religiosos na formação educacionais das meninas. Destacamos ainda o atendimento às meninas pensionistas e as medidas de disciplinamento no colégio.

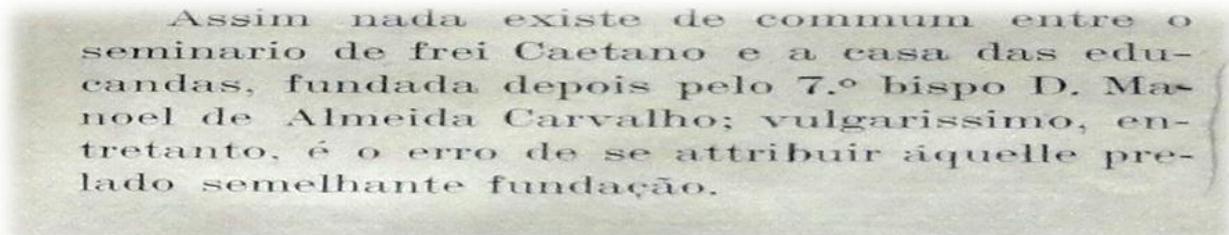
3.1.1. *Uma Breve Incursão Histórica da Criação do Colégio Nossa Senhora do Amparo*

A ideia de instituir em Belém do Grão-Pará um estabelecimento para meninas órfãs e pobres, partiu de Frei D. Caetano Brandão em 1788, também fundador do Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos. O bispo manteve a instituição por meio de esmola e doações. De acordo com Vianna, ²²o referido bispo solicitava da população ajuda financeira para manter as meninas na instituição que passou a se chamar Casa da Caridade:

esmolando de casa em casa, pregando por toda parte a utilidade da instituição, exortando os christãos a prestarem o seu auxílio ao caridoso projecto, logrou reunir seis mil crusados, e por doação, houve um terreno à beira-mar, próximo ao arsenal de marinha, e onde, posteriormente e por muitos annos, esteve o matadouro publico (VIANNA, 1906, p. 5).

Porém, isto não foi suficiente para manter a caridosa instituição, ficando esta, uma vez que não tinha patrimônio nem rendimento, condenada ao estiolamento. A partida de Frei Caetano Brandão para Braga, Portugal, e seu acometimento por moléstia contribuíram muito para a extinção do estabelecimento.

Imagem 2: A Fundação do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Assim nada existe de commum entre o seminario de frei Caetano e a casa das educandas, fundada depois pelo 7.º bispo D. Manoel de Almeida Carvalho; vulgarissimo, entretanto, é o erro de se attribuir áquelle prelado semelhante fundação.

Fonte: Obra: O instituto Gentil Bittencourt. Arthur Vianna, 1906. Biblioteca Pública Arthur Viana. Setor de Obras Raras.

Desta forma, foi o bispo D. Manoel de Almeida Carvalho, conforme destacamos no documento retratado na imagem 2, quem realmente instalou em 10 de junho de 1804 a “Obra Pia”, depois de uma viagem pastoral pelos remotos sertões do Solimões e Rio Negro, da qual trouxe 15 meninas

²² Nesta pesquisa, a obra de Arthur Vianna intitulada “O Instituto Gentil Bittencourt” de 1906, será trata como fonte primária por se tratar de uma obra rara.

índias, cuja educação havia resolvido fazer, tratando de estabelecer um asilo para abrigá-las, recorrendo para esse fim o mesmo método de esmolas usado por Caetano Brandão. Entretanto, a importância conseguida mal deu para estabelecer o asilo, fixando-se em uma casa de aluguel próximo a rua do açougue. O mesmo tornou-se conhecido pelo nome de Recolhimento das Educandas, pobres e desvalidas, afastando-se de sua finalidade original do “resgate” de indígenas.²³

O instituto não progrediu, o parco rendimento de 129\$000 reis anuais dos alugueis de uma das casas que constituía o patrimônio e as esmolas das pessoas generosas permitiam apenas manter com pobreza o asilo. Ademais, o fim que visava o bispo, educar as meninas gentias, limitou-se acanhadamente o campo da instituição. Segundo Vianna (1906), o primeiro auxílio do governo provincial ao estabelecimento foi concedido por D. Pedro I, em provisão de 26 de julho de 1824, e constou de uma ordinária de 200\$00 reis, que foi insuficiente para melhorar a situação econômica do estabelecimento. Ainda em conformidade com Vianna (1906), quando acabou a Cabanagem, em abril de 1838, reuniu-se pela primeira vez a Assembléia Legislativa Provincial e ficou definido que o recolhimento das educandas ficaria amparado pela Província com a verba de um conto de réis (VIANNA, 1906, p. 8).

Em 14 de Outubro de 1839, foi aprovada a Lei de nº 42, que autorizou o governo da província a despendar com o estabelecimento a quantia de dois contos de reis, ficando o número de educandas elevado para vinte e cinco. Porém,

estas providencias pecuniárias não bastaram, entretanto, para melhorar o estado do asylo, porque a sua organização era ainda a primitiva, sem regulamento e, consequentemente, sem methodo e semordem. Desta forma, o presidente da província Dr. João Antonio de Miranda, que soube caracterisar o seu governo por uma profícua actividadee dedicação, consagrou acurados esforços em melhorar o asylo, cujas condições eram más (VIANNA, 1906, p. 9).

O presidente da província, então, com dinheiro de seu próprio bolso e mais 238\$000 reis de um beneficio no Teatro União alugou uma casa melhor, transferindo para ela o recolhimento das educandas, montou-a com modéstia e certo conforto, baixando pela portaria de 30 de Maio de 1840 o primeiro regulamento da instituição. Conforme documento apresentado na imagem 3 é possível constatar que cabia ao governo provincial nomear um administrador para o asilo.

²³ Almanak administrativo, 1868, p.178 e Governo do Estado Pará. 1987. O resgate de índios resultava da prática colonial de apreender grupos indígenas de diferentes etnias para as missões religiosas e para o trabalho em fazendas. O Almanak paraense dá um sentido positivo ao termo “resgate” para o caso das índias recolhidas pelo bispo, embora não se esquite de mencionar os abusos cometidos nos resgates por capitães, colonos e missionários.

Imagem 3: Finalidade do Colégio Nossa Senhora do Amparo

O recolhimento das educandas continuaria a ser regido por um administrador e uma regente, nomeados pelo governo; o asylo tinha por fim a subsistencia, educação e instrução das orphãs desvalidas, garantindo-lhes a instrução primaria, ensino de costuras bordado, rendas; e musica, lingua franceza e desenho, logo que houvesse professores idoneos.

Fonte: Obra: O instituto Gentil Bittencourt. Arthur Vianna, 1906. Biblioteca Pública Arthur Viana. Setor de Obras Raras.

Até o ano de 1840 o estabelecimento não era considerado como repartição provincial, tanto que os bispos e as irmãs da congregação Filhas de S'antana tinham a mesma interferência dos presidentes da província. Em 1851, houve uma nova reforma digna de nota. A promulgação da Lei nº 205 de 2 de Novembro, sancionada pelo presidente Fausto D' Aguiar, deu ao Governo da província toda a responsabilidade de manutenção do Asilo.

Ficava o Recolhimento das Educandas definitivamente criado e tomava a denominação de – *Collégio de Nossa Senhora do Amparo*- seu fim seria recolher e educar as meninas desvalidas, as expostas a cargo da camara municipal de Belém, o presidente da província, juntamente com as Irmãs, seria o protector do collegio. O pessoal constaria de um administrador, um fiel, das professoras e irmãs mestras, de um capellão e um medico. Estes deveriam ser pessoas honestas e de probidade, maior de 35 anno de idade, prestando-se a exercerem o cargo gratuitamente, em serviço de Deus e de Nossa Senhora do Amparo (VIANNA, 1906, p.13).

O ensino ficou então dividido em três graus: o primeiro havia o ensino da doutrina cristã, deveres morais e religiosos, leitura, escrita, aritmética e frações; no segundo, exercícios de agulha de todo gênero e de todos os outros misteres próprios do sexo feminino; no terceiro, artes de recreio, como canto, piano, dança e desenho. Como vemos muito havia sido feito desde 1840, data do primeiro regulamento. Mais tarde, por volta de 1855, foi necessário mudar novamente de estabelecimento, o que pouco deu resultado. Com o aumento do número de educandas, a situação agravou-se de modo lastimável e o assunto perdurou por muitos anos antes que o governo decidisse construir um prédio próprio para o Colégio.

Em 1862, houve novamente uma reforma no regulamento da instituição, baixada pelo presidente Francisco Carlos de Araújo Brusques. Porém, as modificações não foram profundas, pois se conservou a mesma organização, criando apenas uma *Comissão Protetora do Colégio de Nossa senhora do Amparo*. Que, segundo Vianna (1906), deveria ser composta de senhoras e das irmãs, a quem competia à manutenção, conservação e prosperidade do Colégio, promovendo o adiantamento das meninas e seu futuro destino, tendo a seu cargo o vestuário das educandas e suas respectivas despesas. Mas a Comissão de senhoras não deu os resultados esperados. Assim, a situação do asilo continuou ser precária, havendo um desequilíbrio entre a receita e a despesa.

Em 1863, o Dr. Joaquim José de Assis, diretor geral do ensino, visitando o Colégio do Amparo encontrou falta de tudo: as aulas eram desprovidas dos utensílios mais indispensáveis. As meninas mal vestidas e muito mal alimentadas, isto é, conservavam-se os mesmos defeitos, insuficiência de pessoal, sobretudo, na parte administrativa, péssima locação interna e a impropriedade do prédio onde funcionava o Colégio. Alguns anos depois houve uma melhora significativa que merece ser assinalada. Desde seu primórdio lutava o colégio contra os defeitos de locação imprópria, em casa de aluguel, de modo que não havia a mínima higiene, nem elementos para manter a disciplina correta.

Em 1865, o Dr. José Vieira Couto de Magalhães, então no governo, resolveu adquirir por compra um grande prédio, ainda por concluir, na rua Santo Antônio, canto da travessa do mesmo nome, pertencente ao barão de Jaguarary. Vinda a compra a ser efetuada em 27 de janeiro de 1866. A repartição das obras públicas tomou conta da casa, para concluí-la e adaptá-la ao fim que se visava, e o fez ainda no mesmo ano citado (VIANNA, 1906, P 18).

Em 1867, estava o colégio no edifício novo, tendo conquistado um precioso elemento pelo qual muitos diretores tanto lutaram, melhorando as condições das educandas. Depois da instalação, fez-se uma nova reforma no estatuto, em outubro de 1868. Em 1869, começa a ser executado o Novo regulamento interno do colégio. Vivia o Colégio uma vida permeada de reformas que não resolviam definitivamente o mau funcionamento, ora melhorava ora piorava.

A administração do colégio teve outro problema com qual teve que conviver. Completada a educação e atingida à idade do regulamento, ficavam as meninas, já então moças, no estabelecimento, por não terem parentes, protetores ou tutores, constituindo, assim, uma sobrecarga no Colégio. Segundo Vianna (1906), a presidência da província procurava remover estes obstáculos, mas seus esforços não atingiram a meta desejada, pois o casamento com o pagamento do dote era improfícuo pela insignificância da quantia paga para atrair os maridos. A entrega aos

parentes também era um meio limitado, pois em geral as meninas asiladas quase não os tinham. Com relações aos empregos nas escolas públicas, dependia da idade de 21 anos. Restava o contrato de locação de serviços, meio que poderia ser eficaz se não fosse a repulsa por parte das famílias em receber meninas, habituadas a uma vida cômoda. Desta forma, o Presidente da província Dr. João Alfredo nomeia uma comissão de cidadão para promover um maior número possível de locações de serviços e empregar mais de vinte meninas moças, que pela sua idade e segundo o regulamento deveriam sair aos 18 anos da instituição e dar lugar a outras meninas pobres e desvalidas. Vejamos o que diz a comissão em 1870.

dando solução á incumbência, que v. exc. Se dignou fazer-nos, de procurar localizar em casas de famílias as desvalidas, maiores de 18 annos, que têm completado a sua educação, no collegio de Nossa Senhora do Amparo, cabenos informar á v. exc. que, apesar de toda a nossa boa vontade e esforços empregados n'esse sentido, não nos foi possível cumprir o mandato de v. exc., não só pela difficuldades de se estabelecer as condições para a locações de serviços, como também pelo embaraço em que se verião as famílias, que tomassem á seu cargo essas moças, quando por qualquer motivos não fosse conveniente a permanência d'ellas em suas casas". No entretanto os baixo assignados, comprehendendo as louváveis intenções de v. exc., e procurando um modo pratico de leval-as á effeito, julgão dever ponderar á v. exc. que é sua opinião a creação de um asylo especial para essa classe de meninas, onde com seu trabalho possão ajudar o costeo d'esse estabelecimento, até que ou por casamento, ou por outro modo obtenhão ellas uma posição decente na sociedade. Por esta forma, ao passo que se põe em pratica o regulamento do collegio na parte em que manda retirar do estabelecimento as educandas, que houverem completado a sua educação, conseguir-se-há igualmente imprimirlhes o habito do trabalho, que ellas não têm adquirido, o que então as tornará suficientemente habilitadas para poderem com mais facilidade ser recebidas em qualquer casa de família (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1870, p. 2).

A proposta da comissão em construir um asilo para as meninas desvalidas que tivesse atingido a idade de 18 anos não foi adotada, pois a manutenção do colégio já estava difícil, imagine o que seria da criação de um novo asilo para atender as educandas que chegassem aos 18 anos. Atentemos para o que diz o presidente da província sobre a proposta da comissão e a dificuldade da criação de um novo asilo:

penso inteiramente com a commissão. A idéia da creação de um asylo especial para a classe de meninas, que completarem sua educação, é sem duvida a única solução para a crise de que se trata. Não vejo outro meio de resolvel-a. Mas tendo em vista os embaraços com que presentemente está, lutando o thesouro, sou forçado a vos dizer que a creação do asylo não deve ser levada a

efeito já e já. Entretanto entendo que podereis autorisar a presidência para realizar a idéia da comissão logo que o thesouro fique mais aliviado, o que não está longe, desde que houver economia da vossa parte e da dos futuros administradores da província (JOÃO ALFREDO, RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1870, p. 2).

Não é difícil de concluirmos que o assunto não ficava resolvido, pois a situação das educandas que completavam 18 anos continuava uma ameaça cada vez mais viva, podendo se transformar em um recolhimento com prejuízo completo às desvalidas que reivindicassem sua admissão na instituição.

Outro incomodo pairava sobre o Colégio do Amparo, o abuso dos presidentes da província que para satisfazer a exigências partidárias violavam o regulamento, mandando matricular meninas que não estavam de acordo com o regulamento, ou seja, não eram pobres e muito menos desvalidas. Derivando disso dois inconvenientes: o lugar das verdadeiras desvalidas, tomados pelas outras ditas encostadas e agregadas; e os orçamentos desequilibrados das receitas e despesas daquele avantajado número de meninas. Em 1871, ocorreu uma nova reforma no Regulamento Interno.

Na parte administrativa a reforma passou a dar aos presidentes da província à suprema inspecção, direcção e fiscalisação do collegio, com alçada para nomear, suspender e admitir novos mestres. Creou-se a meza administrativa, composta do provedor, de um secretário, uma irmã, um thesoureiro e um capellão do colégio. Cumpria-lhe organizar o orçamentos das receitas e despesas do collegio para todo o anno, e submettel-o á approvação do presidente da província; administrar todos os bens, legados ou esmolas feitos às educandas, dando-lhes destino útil; autorisar e fiscalisar o emprego das quantias applicadas ao collegio; celebrar os contractos dos bens immoveis pertencentes ao colégio, sujeitando-os, porém, a approvação do presidente a província; autorisar os concertos e reparos de que caresse o prédio do collegio; prestar contas da receita e despesa ao thesouro provincial (VIANNA, 1906, p. 31).

Em 1873, fez o presidente Cunha Junior faz uma reforma no plano de ensino de acordo com suas idéias. O ensino então constou de leitura, caligrafia, aritmética, proporções, gramática nacional, instrução religiosa, música, prendas e todos os misteres do sexo feminino. O regulamento determinava o ensino de prendas, no sentido de obrigar as educandas ao labor e ordenava que no andar térreo houvesse uma exposição pública das prendas feitas pelas meninas desvalidas. Ficou

ainda determinado que as educandas que terminassem o curso de primeiras letras seriam matriculadas no curso normal que passou a funcionar no estabelecimento²⁴.

A reforma do presidente, não conduziu o Colégio do Amparo ao grau de prosperidade que almejava, mas melhorou-o consideravelmente a situação das educandas. Mas o colégio continuou sobrecarregado de moças maiores de 18 anos, a criação da Escola Normal, ou seja, de uma formação de professoras não deu resultado satisfatório. Desta forma, o então Presidente Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo formou uma comissão para examinar o colégio; comissão esta formada por doutores como: João Florentino de Vasconcelos, Joaquim Pedro Correa de Freitas, José Felix Soares, José Ferreira Cantão e Américo de Santa Rosa, que propuseram a criação de uma Escola Normal para ambos os sexos, devendo a do sexo feminino funcionar no Colégio do Amparo. Fez-se, então, a medida, pois se acreditava que com ela as educandas que até então estavam com futuro incerto podiam habilitar-se para a vida do magistério em que teriam uma vida honrosa.

Em fevereiro de 1879, o presidente Sr. Dr. José da Gama e Abreu retocou o regulamento novamente, elevando para 200 o número de educandas, o que somente agravou a situação higiênica e disciplinar do colégio, por acúmulo de meninas num espaço insuficiente. Esta situação levou o então provedor do colégio, Sr. José da Gama, a ampliar o prédio. Iniciaram os serviços em 1882, mas *“os trabalhos continuaram morosamente, não só porque o governo necessitou acudir com urgência os reparos e accrescimos internos, exigidos pelas 230 educandas entre pobres e pensionistas, como também pela moléstia grave que sobreveio ao empreiteiro”* (DOCUMENTOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1882, p. 3).

Em uma visita ao Colégio do Amparo, o presidente provincial Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, em agosto de 1885, viu o erro de se ampliar o edifício no pequeno quintal de recreio das meninas, edifício aliás condenado, quer pela sua situação, quer pela vizinhança de um hospital. Desta forma, o presidente decidiu suspender a obra. Com a intenção de arrecadar fundos para a construção de um edifício mais apropriado numa das estradas paralelas a atual Avenida Nazaré.

É possível constatar a partir dos documentos trabalhados, que foi com muitas dificuldades que o colégio obteve um período de progresso, levando em consideração a reforma do Sr. Cunha Junior, seguido da reforma parcial Sr. Pedro Vicente de Azevedo. Em 1885 destruiu-se tudo que havia sido feito, retirando a Escola Normal do Colégio. Estas e outras medidas absurdas criaram novamente uma situação precária que somente se agravou progressivamente, chegando ao final do Império a uma situação deplorável como bem foi exposta por José Veríssimo no início da República.

²⁴ A lei de nº 669 de 13 de Abril de 1871, autorizou o presidente Dr. Joaquim Pires Machado Portella a criar a escola normal, que fez em 20 de Abril do mesmo ano.

Acreditamos que a ideia de manter o Colégio Nossa Senhora do Amparo, anteriormente Recolhimento de Educandas, entre outros asilo-escolas do país, já existentes ou criados na época, provavelmente tenha se fundamentado nos modelos escolares europeus²⁵. Muito comum na Alemanha, Inglaterra e França, esse modelo de asilo se desenvolveu a partir da Revolução Francesa, com o objetivo social de atender a classe pobre européia, revelando os princípios de *Liberté, Égalité et Fraternité*, de quando a massa de pobres e miseráveis passou a ser considerada pela elite governante. No Brasil, porém, embora fundamentadas nos modelos escolares alemães e franceses e nos mesmos princípios e ideais sociais europeus, essa teoria educacional teve provavelmente de se adaptar às circunstâncias e realidade de uma sociedade imperial e escravocrata, como era, na época, a brasileira.

Para Alves e Araújo (2010), nos anos de 1800 havia um problema que a província precisava resolver – o atendimento às crianças órfãs, aos expostos, que não tinham família, nem herança. Embora as crianças tenham escapado da morte, já que era muito grande a mortalidade desta população à época, elas faziam parte de uma classe social desfavorecida e eram percebidas como um contingente ameaçador da ordem. As crianças abandonadas faziam parte de um segmento marginalizado da população – os miseráveis, os doentes e os vadios. No caso da Província do Grão Pará, medidas dirigidas a essas crianças, potencialmente perigosas para a elite da borracha, foram efetivamente implementadas com a criação de várias instituições que pretendiam disciplinar, ordenar e utilizar produtiva e pacificamente as crianças desvalidas, como o Recolhimento de educandas, que depois passa se chamar Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Segundo Bezerra Neto (1998), indubitavelmente, a manutenção desta instituição representava a materialização dos anseios de vários grupos sociais que influíam nas transformações ocorridas na sociedade paraense, a partir das últimas décadas do século XIX, embalados pela crença no progresso social e moral do povo brasileiro.

Baseado nas considerações de Bezerra Neto, Alves e Araújo (2010), na busca do progresso social e moral do povo da província, constata-se que a higienização tornava-se imprescindível para a divulgação da capital como um lugar de cidadãos, de homens e mulheres civilizados, e o Colégio Nossa Senhora do Amparo teria grande importância na execução de uma política higienista ao retirar crianças órfãs, pobres e abandonadas, do sexo feminino, das ruas, para abrigá-las e instruí-las. Sabe-se que o perambular dessas crianças pelas vielas da capital da província era entendido

²⁵ As primeiras instituições de assistência direta à criança abandonada, em Portugal, foram criadas mediante esforços conjugados da sociedade, do clero, e da Coroa, no momento em que surgiram as confrarias e as corporações de ofícios. A ação decisiva, no início, partiu das mulheres da alta nobreza, infantas e rainhas (MARCÍLIO, 1997, p. 56).

como demonstração de incivilidade. Segundo seus dirigentes, as meninas ali acolhidas eram amparadas da miséria e ignorância e se tornavam mulheres úteis à sociedade. Às “meninas de famílias”, que podiam pagar o Colégio, oferecia-se uma educação “mais fina e apurada”. Mas sabemos que infelizmente o colégio não obteve por parte dos governantes o auxílio necessário para de fato cumprir com todas as expectativas esperadas pela sociedade.

3.1.2. A Assistência e a Educação das Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo

Entende-se por desvalida, no contexto da atuação do Colégio de Nossa Senhora do Amparo como instituição de recolhimento na cidade do Grão-Pará, meninas desprovidas de recursos. Algumas dessas, tratadas como, órfãs eram abandonadas pelas ruas da cidade ou deixadas pelo pai ou mãe ou por algum parente. Estes desprovidos de condições econômicas não possuíam meios para cuidarem das mesmas. Isso fica evidenciado nos registros de entrada das meninas na instituição, no qual consta que quase todas as meninas que entraram para o Amparo tinham pai, ou mãe ou algum responsável.

Observamos na imagem 4, que trata do registro de entrada das meninas no colégio, que todas eram órfãs e pobres, como Allezandrina, a primeira da lista que entrou no colégio com 12 anos de idade em 1836 e saiu em julho de 1857. Era órfã de pai e sua mãe era aleijada, possuía um irmão chamado Raimundo dos Anjos. Pelas observações feitas do perfil das famílias das meninas, podemos afirmar que de fato todas eram pobres, suas famílias não tinham condições de darem uma educação esmerada, ou seja, por trás dessa atitude de entregar essas crianças para serem educadas no Colégio do Amparo, estava o medo das famílias de que essas crianças tornarem-se “meninas perdidas” pelas ruas da província, o que era preocupante, sobretudo para o governo da província que pretendia a formação de um povo civilizado e higienizado. Pesquisando sobre as meninas defloradas na Belém do final do século XIX, Cancela (1997) mostra que quase totalidade de meninas que eram defloradas pelas ruas da província, era representante de setores populares.

Viviam em pequenas casas ou quartos alugados em vilas, cortiços e áreas periféricas da cidade, onde a proximidade entre os pequenos cômodos era a marca. Transitavam pela cidade, trabalhando, vendendo frutas, levando recados, lavando roupas, saindo para comprar pão, ir às festas populares e encontros religiosos, o que lhes possibilitava conhecer diferentes pessoas e uma maior liberdade pelas ruas (CANCELA, 1997, p. 60).

Imagem 4: Registro da Entrada e Saída das Meninas no Colégio Nossa Senhora do Amparo

Nome	Data da Entrada	Observações
1. Alexandrina Josefa dos Anjos Julho 1857	12 de 1836	Orfã de pai e mãe, he alojada; tem uma irmã solteira chamada de Cândido dos Anjos, Ferreira, he m.ª pobre, tem uma filha, he m.ª pobre, mora na rua dos Cavalleiros e o m.ª pobre
2. Paula de Jesus Pereira	9 de 1840	Orfã de pai e mãe, tem duas irmãs, uma casada, com um filho, e outra he solteira; e outra irmã viúva, com m.ª pobre, e uma filha de 1840 he ainda menina. Engano da Obra, m.ª pobre de 1840 he em a 1.ª m.ª
3. Joana Baptista Ferreira Julho 1857	4 de 1840	Orfã de pai e mãe, he criada de uma casa, tem duas filhas e he m.ª pobre, reside na sua casa e trabalha em 97 av. São João, 1857 e 1.ª m.ª pobre de 1857 reside em 1.ª m.ª pobre de 1857
4. Joaze Colostina da S. Casa em sua Ter. Greg. de 1851 he m.ª pobre em 6 de 1851	8 de 1840	Orfã de pai e mãe, he criada de uma casa das Guardas-Propos, não he conhecida os parentes. He m.ª pobre de 1840
5. Francisca Bernandina d'Almeida * he m.ª pobre em 2 de 1857 de 1840	7 de 1841	Filha natural do Amunim, reside com a Mãe, e não for caso de d'Almeida; tem duas irmãs, uma viúva de 1840, e outra solteira, e esta he m.ª pobre, e a viúva tem quatro filhos

Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, 1870. Fundo: Diversos. Série: 13. Arquivo Público do Pará.

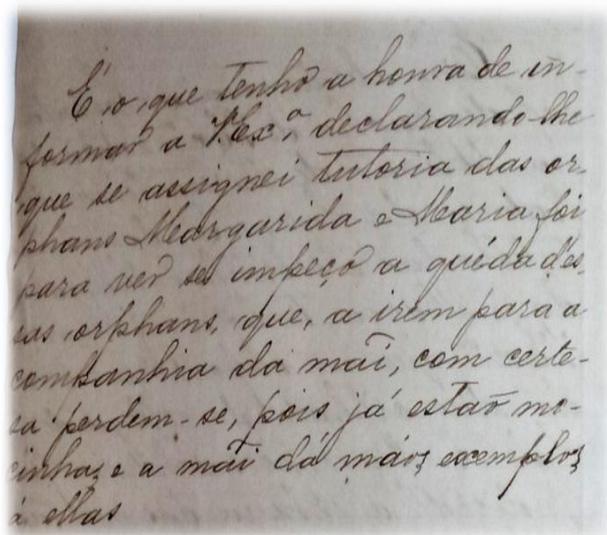
Aceitando essas meninas, o Colégio representaria então a instância de sociabilidade responsável por recuperar essas crianças da educação dos vícios a qual foram submetidas a partir da convivência com uma família desestruturada, assim como imprimiria novos e adequados hábitos para estabelecer e manter a harmonia na estratificada sociedade imperial.

Na obra “A maquinaria escolar”, Varela e Alvarez-Uria (1992), ao discutirem a institucionalização da escola, na França dos séculos XVIII e XIX, pesquisaram acerca da criação de colégios pela Igreja Católica, tanto para ricos como para pobres. As instituições voltadas para a criança tinham como objetivo, segundo os referidos autores, preservar a infância pobre deste ambiente de corrupção, livrá-la do contágio e dos efeitos nocivos da miséria, desclassificando-a, individualizando-a e situando-a em um ambiente onde seria mais fácil manipulá-la, para o seu próprio bem e convertê-la em ponta de lança da propagação da nova instituição familiar e da ordem social.

Intento semelhante parece ter justificado o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, em Belém do Grão-Pará, instituição que se voltava para o recolhimento de crianças pobres, cuja atuação se orientava no sentido de cuidar e educar essas crianças, para que as mesmas não retornassem as ruas prevenindo de problemas como mendicidade, gatunagem e outros. É o que observamos, quando Eutanásio Fernandes, o tutor das meninas Margarida e Maria, educandas do Colégio do Amparo,

opõe-se a entrega das meninas para a mãe. Pois, segundo ele, esta reside na Rua dos Mártires e dá maus exemplos as meninas que já estão mocinhas.

Imagem 5: Trecho do Relato do Tutor do Colégio Nossa Senhora do Amparo



É, o que tenho a honra de informar a V^a ex^a, declarando-lhe que se assignei tutoria das orphans Margarida e Maria foi para ver se impeço a queda d'essas orphans, que, a irem para a companhia da mãe, com certeza perdem-se, pois já estão mocinhas e a mãe dá mãos exemplos á ellas.

Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo 1883. Fundo: Secretária do Colégio Nossa Senhora do Amparo. Série: 13. Arquivo Público do Pará.

Observamos na imagem 5, que para o tutor das meninas, o colégio do Amparo representaria um espaço inexorável para a formação moral e religiosa delas que através de um modelo pedagógico homogêneo a ser seguido iria gerar além de uma boa mãe de família, mais um membro útil para a sociedade. Na análise de Chartier (1990, p.17), as representações produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade a custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Portanto, para o tutor das meninas era preciso evitar que estas ficassem nas ruas, visto que as representações morais gestadas nesse período condenavam cada vez mais a rua como um lugar de correrias, de perversão e vagabundagem. O perigo a que as órfãs estavam expostas, se soltas e desamparadas pelas ruas, sem um dos genitores ou sem os dois, com necessidade de dominar a si própria contra as solitudes mundanas, significava um incômodo, um peso social à cidade de Belém. A “grande internação da infância” é uma ação contra o vagar pela rua, por isso o aprisionamento das crianças em instituições asilares como o Colégio do Amparo. Ariés (1981) refere-se ao fenômeno do enclausuramento como característica da educação moderna que se manifesta na tendência de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto

moral como intelectual, de adestrá-la, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos.

No contexto não somente da província do Grão-Pará, mas em todo império brasileiro, o que se verifica no século XIX é uma tendência a desqualificar a família na educação de seus filhos. Para Faria (1997), a afirmação dessas instituições como a escola, o asilo, o orfanato e outras como instituições sociais devem ser compreendidos em sua relação com estratégias de desqualificação da família como agência educadora, utilizadas pelos profissionais da educação e outros letrados. Mais do que a incompetência de educar, devido à falta de condições econômicas, a sociedade temia, no caso das famílias pobres, que seus supostos maus costumes influenciassem negativamente as crianças. Salvar a criança carente não significava garantir melhores condições de vida, mas modificar seu comportamento, que quase sempre destoava do desejado, por isso, era preciso moldá-la. Diante de tão evidente ameaça, justificava-se como urgente a ação sob a infância. Neste sentido,

uma ação de intenso investimento na fase da infância fazia sentido dentro de um arcabouço ideológico subjacente ao projeto civilizatório, pois se acreditava que a criança tanto poderia ser moldada para tornar-se virtuosa quanto viciosa. A solução e Ra retirar a criança do seu meio deletério e educá-la para a nação que se idealizava (RIZZINI, 1997, p. 71).

Via-se na criança, facilmente adaptável, a solução para o país. Isto é, mesmo aquelas internas do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, poderiam ser úteis, desde que adequadamente educadas, fora de seu ambiente familiar vicioso. O que se segue são palavras do provedor do Colégio do Amparo em 15 de Abril de 1875, no qual apresenta relatório para o presidente da província Dr. Pedro Vicente de Azevedo.

A subsistência da instituição oriunda do sentimento generoso inspirado na nobre idéia de subtrahir a infância desvalida á acção deprimente da ignorância e da miséria e ao influxo deletério da ociosidade e do vicio, facultando-lhe no abrigo deste recinto educação moral e religiosa capaz de fazer da órfã mulher, da criança cidadã, da pobre menina desvalida operária industriosa e honesta mãe de família. (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1875, p. 3).

As palavras do provedor do Colégio deixam transparecer claramente os destinos que estariam reservados a cada criança, de acordo com uma representação dicotômica da infância, atrelada a sua condição social. De um lado está a criança para qual estava destinada a cidadania e, de outro, a

pobre menina desvalida, para qual seria aplicado o trabalho regenerador, para que atingisse no máximo a condição de operária. A declaração do provedor a respeito daquilo no qual se desejava transformar a pobre menina, honesta mãe de família, soa como indicativo de que, na verdade, dela se esperava o oposto, ou seja, que fosse ociosa, desonesta, incapaz de constituir família e educar seus filhos. É bom lembrar que estamos tratando da infância pobre, razão pela qual, para essas crianças, o acesso à cidadania não era assegurado por seu berço. Então para torna-se uma cidadã, era preciso fazer com que a criança ficasse contida no seio da instituição, pois somente esta seria capaz de seguir os parâmetros da moralidade estabelecida.

Verifica-se que o colégio compartilhava dessa ideologia, na medida em que recolhia meninas desvalidas e órfãs assistindo-as no âmbito de uma instituição onde elas podiam ser educadas, moralizadas, higienizadas e, além disso, serem preparadas para serem mães de famílias pobres, e também de contribuírem para o mundo do trabalho. Vejamos o que diz o provedor do Colégio, em relatório ao presidente da Província Dr. Domingo José da Cunha Junior em julho de 1873, com relação aos objetivos da instituição em relação às meninas desvalidas.

fazer sentir diariamente á educanda a humildade de sua condição, e que o trabalho será o seu companheiro de cada dia; preparal-as desse modo a poderem por si sós, independente de qualquer auxilio, a viverem na sociedade á que são chamadas mais tarde; facilitar o casamento, pois desde que os nubentes tiverem certeza de que em vez de damas de salão encontrarão damas de casa, necessariamente irão de preferência ao collegio do Amparo buscar consortes; finalmente creae uma fonte de receita, que se não chegar para fazer face ás grandes despezas, ao menos diminuirão o sacrificio que fizer a província com a sustentação do estabelecimento. E nem a menina desvalida que solicita do governo a instrucção e a educação modesta, pode exigir mais do que uma educação que a excite ao trabalho e concorra para fazel-a boa mãe de família (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1873, P. 3).

Chama atenção o fato de lembrar as educandas de sua condição social e de que era preciso ensiná-las os serviços domésticos. Tal enfoque estava relacionado principalmente à questão do trabalho uma vez que muitas delas, ao saírem do Colégio, senão pelo casamento, estariam prestando sua mão-de-obra em casas de famílias. A intenção era formar mulheres exemplares que, ao se casarem, tornar-se-iam ótimas mães de famílias e esposas, porém, pobres. Ou seja, casos não se casassem que fossem, pelo menos, capazes de desempenhar os serviços domésticos com eficiência em uma casa de família ou, no mínimo, tivessem uma vida digna e honesta fora da instituição. Vejamos o que diz a provedoria do Colégio com relação à educação das meninas desvalidas em 1874.

O collegio é asylo de pobres e desvalidas; e, pois, como taes devem ser educadas, de maneira que, quando de lá sahirem, possam voltar á condição de onde vieram, e viver sem envergonhar-se entre os de sua classe; o collegio dá-lhe educação, amparando-as durante a infância, porém não lhes dá riqueza, nem faz mudar de condição, entram pobres, e pobres sahem; é preciso que como pobres saibam e possam viver” (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1873, p. 2).

Como se observa não há nenhuma preocupação com relação à ascensão social das meninas. Estas são educadas para sobreviver na pobreza, o que nos leva a acreditar que a meta não era o alívio da pobreza por meio da educação, tendo em vista maior igualdade social, visava ao contrário, o controle através da moralização da infância pobre, impedindo que futuramente galgasse maior espaço para o exercício da cidadania plena. Como destaca Negrão (2002), meramente assistir e dá um ofício por meio da educação para as órfãs pobres e desvalidas parece ter sido uma maneira misericordiosa de decretar sua exclusão social e política, pois ficavam à mercê de auxílios ou pretensas “proteções”. A autora assinala, ainda, que a assistência deixava de solucionar os problemas dos menos favorecidos, porque o conflito de classe estava acima dessas intervenções e os auxílios beneficentes apenas aliviavam o sofrimento. Negrão ressalta a conotação utilitarista que envolvia a filantropia, destacando que a diferença entre a caridade e a filantropia é que esta última busca o socorro útil. Sem a natureza de investimento, se inspira na moral da poupança. Mais do que doações materiais, dá-se conselhos, “educação” e bom exemplo (NEGRÃO, 2002, p. 9).

O trabalho no Colégio do Amparo era realizado visando à manutenção do corpo e da alma das meninas, ou seja, moldar seus comportamentos no contexto do projeto de urbanização da cidade. Caracterizava-se como um trabalho filantrópico e de assistência social às desvalidas, pois, uma vez dentro do colégio, estas meninas estariam longe dos olhares das elites que defendiam paralelamente a esta “benfeitoria”, o desenvolvimento urbano da cidade, nos mesmos moldes do que estava ocorrendo nas grandes cidades do país, que envolvia a instalação de rede de água e esgoto, iluminação elétrica, pavimentação e alargamento de ruas, construções de praças públicas, etc.

Nesta dinâmica, o Colégio do Amparo em concordância com os ideais defendidos na província no período estudado, cuidava da infância como forma de prevenir os problemas presentes e futuros, já que as crianças eram vistas como seres dotados de características como maleabilidade, fragilidade e imaturidade. Por isso, o perigo a que as órfãs estavam expostas, se soltas e desamparadas pelas ruas com necessidade de dominar a si própria contra as solitudes mundanas, significava um incômodo, um peso social à cidade de Belém, como bem explicita o provedor do Colégio do

Amparo em janeiro de 1880: *Não sereis pesadas à sociedade pelo ócio e pelo vício, aprendereis a viver do trabalho na paz de uma pureza inalterável, de uma ingenuidade encantadora, para serdes no futuro, mães zelosas, ou virgens abnegadas, desprendidas dos prazeres da terra para viverdes da dedicação generosa em prol da humanidade que soffre* (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO 1880, p. 3).

Asilar a orfandade feminina da Província do Grão-Pará seria uma forma de afastamento institucionalizado, pela entrega das meninas às mãos das Irmãs Filhas de S'antana para educá-las nos preceitos morais mais acurados e na religião. Retomando o trecho do provedor do Colégio do Amparo: *“Não sereis pesadas à sociedade pelo ócio e pelo vício, aprendereis a viver do trabalho na paz de uma pureza inalterável, de uma ingenuidade encantadora, para serdes no futuro, mães zelosas, ou virgens abnegadas”*. Vemos que o discurso de um membro da Igreja sobre o educativo internalizado, passa a considerá-lo um bem social, uma necessidade emergente e a eficaz solução salvadora da orfandade infantil feminina. Colégio de Nossa Senhora do Amparo, justificava, desta maneira, sua tutela e rigor em relação às meninas, chamando para si a responsabilidade de protegê-las, salvá-las e civilizá-las. *“O fim d’este importante estabelecimento é proporcionar ensino, educação e protecção a menores orphãs pobres e desvalidas e as filhas de presos também pobres, durante o tempo da prisão”* (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1884, p. 3).

Nas reflexões de Varela e Alvarez-Uria (1992), a educação e a civilização da infância, no período entre o fim do século XIX e início do século XX, se pautaria em ações educativas institucionais, com destaque para a atuação das instituições católicas. Iniciativas essas realizadas na França, a princípio, no século XVIII pela então recém estreada família cristã. *Tais realizações se constituíram em uma ação educativa difusa, que seria “vinculada às práticas de recristianização”, por meio de instituições católicas de ensino, marcando generalização do internato como uma instituição mais apropriada para a educação da infância* (VARELA e ALVAREZ-URIA, 1992, p. 71).

Esta foi, inicialmente, estabelecida para os filhos da elite, que dividiam com a família sua educação e, posteriormente, estendida as camadas mais miseráveis, mas pensada de forma que, para os filhos dos pobres bastaria isolá-los em instituições de caridade (SCHUELER 1999, p.71). Schueler (1999) analisando a relação da criança com a escola, no Rio de Janeiro, na passagem do Império para a República brasileira, esclarece que a educação das crianças era debatida desde meados do século XIX, pelos dirigentes do Estado e outros setores da sociedade imperial. A autora destaca que a difusão da instrução e da educação popular era viabilizada pela construção de escolas públicas e colégios e pelo desenvolvimento da escolarização. Essas medidas eram acompanhadas de outras intervenções dos poderes públicos que agiam diretamente na vida da população e nos espaços da cidade como,

a instalação da iluminação pública, os projetos de saneamento, ajardinamento e cercamento de praças, a regulamentação das festas, além da “ideologia da higiene”, responsável pela prevenção e erradicação das doenças como febre amarela, que atingiram em cheio os setores mais pobres da população (SCHUELER, 1999, p. 10).

Em relação à educação da infância desamparada, Kuhlmann Jr. (2001) salienta que esta já era debatida desde a década de 1880, como uma das formas de se resolver as questões políticas por meio da alfabetização. Além disso, para o autor, a educação poderia ser um meio de combater a miséria e a violência. Monarcha (2001), ao fazer uma análise sobre a educação da infância brasileira, enfatiza que, no campo educacional foram muitas as propostas que visavam transformar as precárias situações existentes no final do século XIX. Vários estudos apontam para uma preocupação dos republicanos em promover a educação popular (MONARCHA, 2001, p. 124).

Crudo (2005) oferece elementos para esta análise sobre o problema da infância pobre, que desde a segunda metade do século XIX, ganhou visibilidade, passando a incomodar as autoridades. Este quadro configurou no Brasil, a consciência de que a pobreza social era uma questão que deveria ser solucionada pelo Estado, pois os menores abandonados deveriam ser vistos “menos como um problema da caridade privada e mais como uma questão de responsabilidade pública” (CRUDO, 2005, p. 8).

Esses autores, (Kuhlmann, Monarcha, Crudo e outros) pensam a educação da criança órfã e desvalida como um viés utilizado para o desenvolvimento da população e, conseqüentemente, da nação republicana, cabendo lembrar que essas ações educativas já eram debatidas desde meados do século XVIII, na Europa, por diversos agentes envolvidos com o tema.

Neste contexto, a educação pública vinha sendo discutida num movimento, como indica Schueler (1999), “lento e progressivo de escolarização”, o qual tinha maior ressonância nos “espaços urbanos”, espaços onde os debates, os projetos e as medidas em prol da instrução e educação de crianças e jovens ganharam maior notoriedade, destacando que dentre as medidas defendidas, estavam, por exemplo, os colégios e os asilos, além das escolas públicas.

Em prol desta ideia de educação, como defendida desde o século XVIII, o Estatuto do Colégio do ano de 1868 em seu primeiro artigo ressalta que a instituição tinha como objetivo educar e assistir meninas desvalidas, que fossem elas órfãs ou não, sem distinção de etnia ou cor da pele. Estas meninas eram admitidas no colégio a partir dos sete anos de idade e só eram autorizadas a deixar a instituição após terem concluído sua educação, exceto em casos excepcionais como

desenvolvimento precoce, incorrigibilidade, moléstia grave ou contagiosa e ainda por pedido de casamento entre outros, como veremos mais adiante.

De acordo com os documentos analisados detectamos certa consciência que perpassa nos relatórios do corpo administrativo do Colégio, dos benefícios de se abrigar a órfã desvalida para preservá-la dos perigos mundanos. O provedor do Colégio do Amparo, em 1875, destaca que as meninas órfãs deveram aprender trabalhos domésticos, o que seria aproveitado na formação de sua família e de atividades com domésticas em casa de família.

As orphãs continuam a ser educadas para o destino que devem ter: aprendem a todos os trabalhos domésticos, que pôdem na vida facilitar o ganho honesto, a formação da família e uma decente collocação social de accordo com sua posição na sociedade. Principalmente a sua educação moral é rigorosamente vigiada pelo fato de irem ter ao Asylo creaturas de todas as indolles, onde nem sempre a virtude dos paes, parentes e protectores pôde lhes servir de exemplo e espelho. Tenho posto, neste particular, cuidado bastante e severidade, sempre de accordo com a digna Superiora, para que as orphans, resguardadas durante o anno, de toda eiva de vícios, não saiam nas férias para lugares perigosos, onde aprendam as lições contrarias á moral e aos bons costumes e vão contaminar e perverter as suas companheiras (PROVEDORIA DO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1875, p. 7).

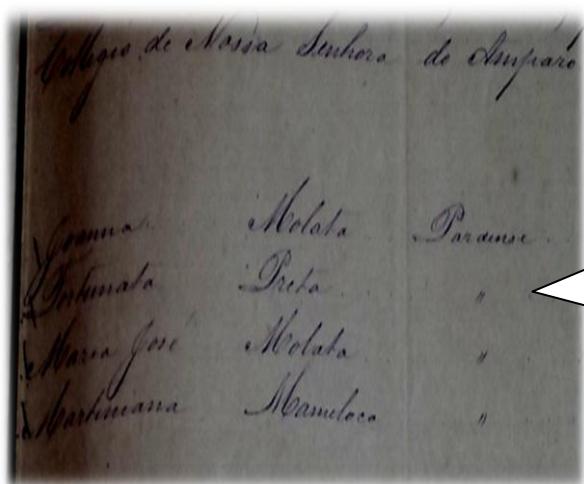
O trecho do documento deixa claro que até mesmo os progenitores, bem como os demais familiares e protetores representavam riscos e ameaças. Quem seriam os protetores para gerar riscos? Quais lições aprenderiam com eles contrárias à moral e aos bons costumes? Havia uma preocupação muito significativa do provedor do Colégio do Amparo quanto aos costumes culturais trazidos pelas órfãs, como os costumes, hábitos inadequados, envolvendo várias dimensões, em especial, a moral, como se depreende do fragmento do relatório institucional.

Convém ficar consignado neste documento para conhecimento do Collegio do Amparo, o que ocorre, algumas vezes, na vida dos internatos para que a experiência dos factos aconselhe a melhor orientação na parte educativa das asyladas. O collégio tem asyladas de procedencia diversas nas cores, mais ainda o são nos costumes e nos hábitos que trazem. Algumas procedem de optimas famílias, por mais que sejam carente e são de indole boa e amorável; outras ao comtrario, assistindo a mãos exemplos no lar onde nasceram, levam para o lugar onde vão se educar sentimento que contrastam com a pureza moral do ambiente em que vão viver. A administração interna luta com extraordinárias difficuldades para conseguir uma educação uniforme dessa mescla de creaturas, de origens tão variadas e dirigidas até a entrada no Collegio por maneira tão irregular e mesmo inconveniente e perigosa. É essencial imprimir um cunho práctico na direção dessas pobres asyladas, a fim de que ellas possam melhor desempenhar na sociedade dos deveres no

combate para a vida em que se aparelham (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1883, p. 5).

A referência explícita à orfandade de diferentes cores traz à tona a falta de políticas de acolhimento e mesmo de ensino, em razão de veto ao acesso de negros nas escolas públicas, desde a Reforma Couto Ferraz²⁶ em 1854 e também as particulares não aceitavam negros, ficando-lhes apenas as instituições de benemerência como única alternativa. Vejamos no documento exposto na imagem 6 que retrata parte da lista de meninas asiladas do Colégio do Amparo, onde encontramos em separado o nome, a etnia e a naturalidade das meninas não brancas do Colégio.

Imagem 6: Lista de Educandas não Brancas do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Collegio de Nossa Senhora do Amparo		
Joanna	Molata	Paraense
Fortunata	Preta	"
Maria José	Molata	"
Martiniana	Mameluco	"

Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo 1874. Fundo: Secretária do Colégio Nossa Senhora do Amparo. Série: 12. Arquivo Público do Pará.

O provedor ao mencionar “*procedências diversas, diferentes nas cores*”, muito provavelmente, referia-se às meninas citadas na lista da imagem 6, preta, mulata e mameluca, todas paraenses, todavia não é nosso objetivo discutir a questão étnica, mas demonstrar a presença das crianças negras e mestiças no Colégio do Amparo, referendando a afirmação tão recorrente de que os negros eram proibidos de frequentar a escola, quando a proibição legal de frequência à instrução pública se fazia aos escravos. Constatamos que o Colégio do Amparo não negava uma política de atendimento a elas, muito embora ressaltasse a possibilidade de uma conduta perigosa em razão dos

²⁶ A conhecida Reforma Couto Ferraz ou Regimento de 1854 instituía a obrigatoriedade do ensino elementar gratuito, porém vetava o ingresso de escravos no ensino público.

hábitos e costumes de origem. É possível perceber outra dinâmica no processo de produção da escolarização: a difusão da instrução pública elementar fez-se em direção a um público específico, exatamente direcionado aos filhos de uma sociedade mestiça e rude que, por ser portadora dessas características precisaria ser escolarizada. A partir das evidências documentais, foi possível problematizar outros espaços de socialização das crianças negras e mestiças que não aqueles constituídos no reduto da escravidão.

Embora em 1879, a Reforma Leônicio de Carvalho (XAVIER, 1994, p. 89) reiterasse “a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, e eliminasse a proibição de frequência aos escravos”, as elites conservadoras, com comportamento autodefensivo, não colocavam em suas pautas de discussões as necessidades sociais dos desvalidos, em especial, dos negros. O Colégio do Amparo resolvia esse controle ideológico, sendo talvez o único lugar da província paraense de acesso às expulsas do sistema, predominando uma educação mais de caráter “profissionalizante”, sem, contudo, tirá-las da condição de pobreza.

O modo de recolhimento praticado pelo Colégio tornou-se, no contexto do Grão-Pará, algo semelhante ao observado por Varela e Alvarez-Uria (1992) na França do século XVIII, ou seja, uma instituição que contribuiu para a constituição da infância ao mesmo tempo em que o próprio conceito de infância ficará associado de forma quase natural à demarcação de um espaço temporal.

Tal reflexão esteve imbricada com a constituição de um projeto que começou a ser desenvolvido, na Europa, em meados do século XVI, pelo médico higienista Cristobal Pérez Herrera e instituído a partir do século XVII. Tais ações tiveram reflexos até o fim do século XIX quando, segundo Varela e Alvarez-Uria (1992), os colégios de forma especial começam a defender uma “fabricação da alma infantil que terá em contrapartida o submetimento dos corpos e a educação das vontades em que tanto insistem os educadores religiosos” (VARELA e ALVAREZ-URIA 1992, p. 84).

Ao analisar o processo formativo feminino, por meio da educação, Aguiar (2004), observa que, nas instituições de ensino, “as meninas aprendiam os dotes necessários e marcantes para a formação feminina”. Segundo a autora, os conteúdos apreendidos nas instituições transcendiam “as suas paredes e se espalhava pelos lugares, forjando na mentalidade das pessoas um padrão”, que se caracterizava como um “modelo de administração e respeito”. Desta maneira, “os princípios pressupostos escolares extrapolam os muros das mesmas, infiltrando-se nas famílias e na própria sociedade”.

Por ser uma instituição católica, que defendia um projeto religioso, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo dialogava com a ideia de uma educação laica, proposta pelo governo com os

seus novos conceitos de educação, quando se propunha, por meio de seu Estatuto, no capítulo 1º, em seu primeiro artigo, a educar meninas desvalidas. Nesse sentido, a instituição se aproxima dos ideais de educação popular defendidos pelos republicanos. Ou seja, a ideia de ser a “esperança para um futuro” e a “glória da pátria no porvir” também eram as propostas do asilo, na medida em que se estabelecia como um “porto seguro” para estas meninas pobres.

Questões como estas são também percebidas no campo político. Segundo Sérgio Miceli (1988), a separação entre Igreja Católica e o Estado

não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas de investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos. As figuras-chaves na condução da política eclesiástica destinada ao “público interno” (a saber, os grupos dirigentes) passara a ser aqueles bispos “empresários” que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com os detentores locais do poder oligárquico (MICELI, 1988, p. 21).

Em se tratando de uma instituição religiosa, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, destacava em seu Artigo 32 do estatuto, que a instituição estava “sob a inspeção direta do Bispo Diocesano”. Assim, pode-se afirmar que estava presente na proposta filantrópica e educacional da instituição uma diferença de interesses em relação ao Estado. Esses interesses eram defendidos pelo papa Leão XIII, na Carta Encíclica Rerum Novarum em que defendia as instituições católicas e sua importância para a população desvalida. Afirmando o papel da Igreja e sua relação com a questão social, o papa destacava que

é com toda confiança que nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua acção fora da Igreja. E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende

a melhorar a sorte das classes pobres (LEÃO XIII apud MANUEL, 1996, p. 45).

Nesta carta o papa Leão XIII afirmava ser a sociedade civil renovada por meio das instituições cristãs,

a Igreja, além disso, provê também directamente à felicidade das classes deserdadas, pela fundação e sustentação de instituições que ela julga próprias para aliviar a sua miséria; e, mesmo neste género de benefícios, ela tem sobressaído de tal modo, que os seus próprios inimigos lhe fizeram o seu elogio (LEÃO XIII apud MANUEL, 1996, p. 45).

Ao se propor a educar e recolher as meninas desvalidas, o Colégio do Amparo estava dialogando com os anseios defendidos pelo governo na educação da infância pobre como um dos agentes sociais. Ao agir desta maneira, a instituição estava também obedecendo às diretrizes propostas pela Igreja, ou seja, como um agente político neste diálogo com o governo, ao se propor a cuidar das “classes deserdadas”.

Desta forma, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo atuava como um agente de assistência e educação que correspondia a uma necessidade tanto social quanto moral da elite paraense. A constituição do asilo está ligada a uma demanda social e se constituiu como um dos agentes educadores destas meninas, recolhendo-as provisoriamente do convívio direto com a sociedade, dando-lhes assistência, moralizando-as, higienizando e disciplinando-as. No Colégio do Amparo as meninas podiam encontrar a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que as preparariam para a vida em sociedade para, enfim, constituírem uma família.

3.1.3. Os Princípios do Estatuto de 1868 e do Regimento Interno de 1869 do Colégio Nossa Senhora do Amparo

Antes de falarmos do estatuto o Colégio do Amparo é importante ressaltarmos, que o mesmo foi elaborado em 1838, quando o governo da província assume sua direção e é novamente reformulado em outubro de 1868, que é o qual trataremos na pesquisa. No que se refere ao ensino, o capítulo III, denominado “*Do Ensino*” (ESTATUTO DO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1868, p.3), em seu artigo 2º, § 1º e § 2º, a definição dada sobre a composição das classes

de ensino é de acordo com cada faixa etária, cabendo às meninas entre os 7 e 12 anos²⁷ obterem os primeiros ensinamentos, de acordo com a pouca idade e capacidade delas, e às meninas dos 12 aos 18 anos obterem todo ensinamento da escola. Após a idade de 18 anos, diz o documento que as meninas eram consideradas aptas a seguirem seu destino, ficando sob a proteção da escola até os 21 anos, as que não conseguissem casamento, não tivessem família, não conseguissem emprego nas casas de famílias ou como professoras. Em seu conjunto, o estatuto afirmava o caráter religioso da instituição. Seus artigos explicitavam as diretrizes que orientavam a conduta tanto das mestras quanto das meninas que eram recolhidas. O primeiro artigo do primeiro capítulo estabelecia que a instituição se destinasse “*a educar e sustentar meninas desvalidas, órfãs ou não, sem distinção de cor ou de classe*” (ESTATUTO DO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1868, p.1).

Assim, o capítulo I do estatuto, com seus seis artigos, regulamentava as competências da instituição, bem como as obrigações a que se submetiam as internas, definindo que “a aluna uma vez admitida, não poderia retirar-se do Colégio do Amparo a não ser depois de ter completado a sua educação, salvo os casos de casamento, expulsão por incorrigibilidade ou por motivos de moléstias grave, incurável ou contagiosa” (ESTATUTO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1868, p. 5). Importa ressaltar que ao completarem a idade de 21 anos, e antes, se procuradas, poderiam ser retiradas do Colégio do Amparo para se casarem, para servirem de criadas nas casas de famílias abastadas e conhecidas pela sua posição e virtude, ou ministrarem aulas em colégios e estabelecimentos públicos e privados, destinados ao ensino de crianças. Corroborando com esse pensamento, Marcílio (1998) ao esclarecer essa questão.

As meninas desvalidas educadas nos Recolhimentos ou nos Colégios só podiam ser retiradas por um dos quatro meios estatuídos: casamento; contrato de locação de serviços em casa de boas famílias; entrega a seus parentes, ou emprego nas escolas públicas, como professoras (MARCÍLIO, 1998, p. 281-282).

Se a família que contratasse os serviços da menina não mais os desejasse antes de ela completar 21 anos, deveria devolvê-la²⁸ ao estabelecimento de ensino, informando

²⁷ Para o código filipino, que continuou a vigorar até o fim do século XIX, a maioridade se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a *Igreja Católica* (grifos nossos), que normatizou toda a vida das famílias nesse período, sete anos já é a idade da razão” (Leite, 1997, p. 19).

²⁸ Venâncio (1999, p. 144), em sua obra *Famílias abandonadas*, afirma que os conventos e recolhimentos dos séculos XVIII e XIX no Rio de Janeiro e em Salvador “abrigaram inúmeras expostas que haviam sido ameaçadas nas residências de locatários”. Embora não existam dados concretos, é possível que muitas jovens *ingênuas* e *desvalidas*

escrupulosamente²⁹ sobre o seu comportamento e habilidades em caderneta³⁰ fornecida pela escola para esse fim. Esse documento servia como recomendação dos préstimos da menina. Além disso, o Estatuto do Colégio do Amparo menciona o casamento³¹, priorizando o enlace como objetivo maior sobre qualquer outro, caso as jovens realmente amassem seus pretendentes e desejassem com eles constituírem família, e desde que os pretendentes apresentassem condições de fazê-las felizes.

O estatuto definia também o modo da assistência, pois a menina uma vez admitida no Colégio teria por conta deste, “*tudo quanto precisar para sua subsistência e educação*” (ESTATUTO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1868, p. 2). Explicitava também a forma como seria estabelecida a educação das meninas ali recolhidas.

O ensino do colégio constará das seguintes matérias: 1º Religião; 2º História Sagrada; - 3º Caligrafia; - 4º Leitura; - 5º Composição; - 6º Noções de Aritmética; - 7º Noções de Geografia e História, com especialidade de Geografia e História do Brasil; - 8º Trabalhos manuais e especialmente de costura; - 9º Civilidade; - 10º serviços domésticos e de cozinha; - 11º Música (ESTATUTO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1868, p.3).

Notamos o profundo caráter religioso ministrado nas matérias educacional desta instituição, com o fim específico de dirigirem e ministrarem o ensino e a formação religiosa às meninas. Ao definir a concepção de ensino confessional, em especial no Brasil, Lima e Marcondes (2005) afirmam que,

a educação confessional pressupõe um credo e uma religião. Uma instituição confessional é aquela que adota uma confissão explícita no desempenho de suas atividades. De certa forma, toda instituição de ensino, pública ou particular, é confessional. Por trás disso, e influenciando cada escolha que se faz está uma concepção de vida, de mundo, de sociedade, de ser humano, que

tenham retornado para a Escola do Amparo, ora por causa de maus tratos por parte do locatário, ora por dificuldades diversas de adaptação àquela nova realidade.

²⁹ Escrupulosamente: este termo consta no referido Estatuto, que trata da retirada das educandas (ESTATUTO DO AMPARO, 1868, p. 5, capítulo V, § 4º).

³⁰ Um dos motivos de não ter sido possível recuperar mais informações sobre a passagem das educandas pela Escola, reside no fato de que as cadernetas, onde eram anotadas as referências de aprendizagem e trabalho, acompanhavam as alunas após deixarem a instituição.

³¹ É interessante observar que Venâncio (1999), ao tratar sobre os pedidos de casamento nas Santas Casas, afirma que os dotes eram postos à disposição das jovens maiores de 14 anos. Em alguns “ofícios de pedido de casamento [...] encaminhados diretamente à administração do recolhimento; homens solteiros ou viúvos solicitavam que fosse indicada uma jovem disposta a se casar, mencionando apenas a cor e a idade que deveriam ter (Venâncio 1999, p. 146).

por fim irá determinar o método. O que são essas coisas senão um tipo de confissão? (LIMA e MARCONDES, 2005, p. 10).

No artigo 32 do capítulo V, do Estatuto, o Colégio é definido como um “instituto essencialmente religioso”, e que nele não se tolerará qualquer regra, disciplina ou costumes contrário à religião católica, apostólica, romana. O conjunto de disciplinas ministradas tinha o intuito de formar meninas que se tornariam ou aspirante ao hábito religioso ou mães de famílias católicas, pois estas, uma vez ensinadas, passariam a instruir sua prole a obedecer tal religião. Segundo Gavazzoni (2009), a expressão, *católico, apostólico e romano* provavelmente foi legado pelos frades capuchinhos, confirmando a necessidade de se legitimar a submissão irrestrita à Igreja Romana.

Como principal documento do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, pode se observar que o Estatuto se constituía em um conjunto de normas definidoras dos conhecimentos que deveriam ser ensinados para as meninas. Além disso, estabelecia uma série de conduta a serem seguidas não só pelas meninas assistidas pela instituição, mas também pelas mestras, pela benfeitoras e até pela administração.

O artigo 32 do Estatuto define o colégio como assistencialista e religioso, sob a proteção da Igreja Católica. Dominique Julia (2001), ao analisar o conceito de cultura escolar, ajuda-nos a pensar esta cultura construída no interior do Colégio do Amparo, quando destaca que para entender as relações que se estabelecia na instituição devemos fazer a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para o autor, o conceito de cultura escolar refere-se a,

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA, 2001, p. 10).

O estatuto do Colégio do Amparo pode ser lido como um conjunto de normas de uma instituição assistencialista e educacional, que se organiza segundo normas administrativas e pedagógicas, pautadas nos princípios religiosos, com vista a tornar viável a transmissão dos conhecimentos às meninas e a incorporação de comportamentos sociais ensinados no âmbito da instituição.

Tais condutas, no contexto do Colégio do Amparo, são “normatizadas” por meio das cláusulas de seu regimento interno, como observamos no artigo 36º do estatuto que previa: “ Haverá um Regimento Interno, regulamentado a serviço do referido colégio e toda matéria própria de um regimento, em desenvolvimento do Presente estatuto”. Este artigo tinha como objetivo criar um regulamento interno da instituição que seguisse os parâmetros aprovados no estatuto.

Paralelamente ao estatuto de 1868 foi construído o regimento interno que somente foi expedido em abril de 1869³², tornando-se um documento oficial, configurado como um conjunto de Normas. Estas deveriam ser seguidas pelas mestras e pela coordenação do Colégio, assim como pelas meninas. Vejamos o que diz o Art. 1 do capítulo I do regimento interno.

ASYLO DE ORPHÃS

CAPITULO I

Da sua Direcção

ART. 1. - A direcção do Asylo de Orphãs, estabelecimento destinado á educação e manutenção de orphãs pobres desta província, será confiada, na sua parte educacional á Irmã Superiora.

Evidencia-se no Art. 1º do capítulo I, do regimento interno que toda parte pedagógica ficava a cargo das irmãs Filhas de S’antana. Inferimos que as irmãs representavam um público dócil, amigável, tornando, assim, as mulheres um alvo privilegiado nas ações da cúria. Este sentimentalismo pautado na piedade e devoção mostra uma concepção romantizada sobre a religiosidade. E em nome da religião, as irmãs, influenciaram pelas práticas e modelos religiosos desenvolvidos pelo catolicismo a educação da infância no Colégio do Amparo. Pois a representação de que a mulher era responsável pela guarda moral da família, estava presente mesmo que de forma implícita no regimento interno do Colégio. Desta forma, as alunas educadas de acordo com os princípios católicos, seriam, ao casar, o núcleo de uma família cristã, com a possibilidade de influenciar o marido e educar os filhos nos mesmos princípios. Vejamos o que diz o Art 2 § 5.º do capítulo I:

³² Ver anexo.

ASYLO DE ORPHÃS

CAPÍTULO I

Da sua Direcção

ART. 2. - A' Irmã Superiora, como directora do Asylo, compete:

§ 5.º - Ter a mais constante vigilância e que as orphãs do Asylo sejam tratadas com o devido zelo e carinho;

Detectamos uma concepção de infância, em que cuidar e zelar eram dever das irmãs que cuidavam das crianças, pois esta face trazia consigo toda a peculiaridade daquele ser que necessitava ser bem alimentada, cuidada, protegida e educada. Não sabemos se isto realmente foi praticado no Colégio, visto que os documentos que relatam o cotidiano não nos apontam esses cuidados. Mas o regimento interno era claro com relação a este zelo pelas meninas. Porém, quando se trata da admissão das meninas na instituição, os documentos nos indicam estarem de acordo com o regimento interno, pois era preciso comprovar seu estado de desvalida e sua idade. Vejamos o documento na imagem 7.

Neste documento, o provedor do Colégio do Amparo indefere o pedido de admissão de uma menina, visto que na sua certidão de nascimento ela possuía treze anos. Acreditava-se que a inserção de meninas maiores de doze interferiria na disciplina da instituição. Pois, segundo Loret (1998, p. 15).

Pertencer a um grupo de idade significa ter que adequar-se a uma normativa bastante precisa: em cada idade, podemos ou não podemos fazer, devemos (como se fosse uma dívida) fazer uma série de coisas e, sobretudo, temos de levar muito em conta os possíveis desvios com relação aos modelos socialmente sancionados.

A determinação etária outorgada pelo outro (Estado e Igreja, por exemplo), pressupõe uma expectativa tanto de comportamento como de relações e situações de maior ou menor dependência. Para Loret (1998, p. 22), quanto maior é a institucionalização formal ou informal das instâncias socializadoras da vida quotidiana, mais rigorosa se torna a determinação que a idade implica. Podemos refletir que o acúmulo de experiências nas representações das idades, das meninas que não foram admitidas no Colégio do Amparo, determina o tempo da infância para o Colégio. Nesse caso, a própria história da escola, como instituição, teve uma influência impar tanto no prolongamento da infância (ARIÈS, 1986) quanto na ressignificação das atividades e comportamentos “ideais” para uma dada faixa etária. Dessa forma, no mesmo instante em que se confirma a racionalidade adulta no limite, expropria-se o próprio tempo imaginado da infância.

Imagem 7: Pedido de admissão indeferido pela idade das meninas.

Parece que o supp^{te} não pode ser deferido, por ter a menor, para quem pede um lugar neste Collegio, por ter mais de treze annos de idade. Como se vê, pela certidão junta, quando a idade máxima exigida pelo Regulamento do Collegio é a de doze annos.

V^a Ex'cia, porem mandará o que julgar mais acertado. Provedoria do Collegio de N. S. do Amparo, em 15 de Fevereiro de 1886.

Parece que o suporte não pode ser deferido por ter a mesma, para quem pede um lugar n'este Collegio, por ter mais de treze annos de idade. Como se vê, pela certidão junto, quando a idade máxima exigida pelo Regulamento do Collegio é a de doze annos.

V^a Ex'cia, porem mandará o que julgar mais acertado. Provedoria do Collegio de N. S. do Amparo em 15 de Fevereiro de 1886.

Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, 1886. Fundo: Secretária do Colégio Nossa Senhora do Amparo. Série: 13. Arquivo Público do Pará.

Ainda discutindo sobre a admissão das meninas no Colégio do Amparo, ficava estabelecidas no artigo 4º do estatuto que, havendo meninas em igualdade de condições, eram recolhidas aquelas que não possuíam “condição” alguma. Ou seja, apesar de anunciar que recolheria meninas órfãs e desvalidas, supostamente, o colégio elegeira estas últimas como prioridade. Faziam parte do regimento, ainda, os critérios para a contabilidade da instituição.

As mestras terão dois registros em que assentará, por meio da secretaria, o ativo e o passivo, em dinheiro, do asilo. Os objetos assentar-se-ão em livro particular, com o nome da ofertante. A mestra guardará no seu quarto o dinheiro necessário, pouco mais ou menos, para uma semana, o mais entregara a irmã tesoureira. A mãe mestra devera apresentar as contas às duas conselheiras. A Irmã tesoureira, cada mês deverá dar contas à mãe mestra (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1868, p3).

De acordo com Gavazzoni (2009), mãe e mestras são expressões muito fortes da Igreja Católica. Principalmente, o conceito de mãe: “e cada um ame e alimente o seu irmão como a mãe

ama e nutre seu filho; e o Senhor lhe dará sua graça” (SILVEIRA e REIS, 1996, p.149). Ainda segundo Gavazzoni (2009), a palavra mãe traz consigo toda a peculiaridade daquele ser que gera a vida, alimenta, cuida, protege, faz crescer. Pessoa abnegada, que não mede esforços e sacrifícios para ver o bem e a felicidade dos filhos. Expressa, também, a ternura, a firmeza e a responsabilidade de quem zelam pela casa e pela família.

No artigo 2º do regimento está explícita a determinação de que a direção do Colégio do Amparo estava a cargo da irmã e mestra superiora, ou seja, esta estava “investida dos mais amplos e ilimitados poderes”, mostrando que toda organização do Colégio passava pelas mãos da direção das irmãs da Congregação Filhas de S’antana. Esta organização era ordenada pelo estatuto e o regimento que instituíam respectivamente normas administrativas, como também sociais e pedagógicas. As atividades de rotina eram distribuídas de “maneira fixa”, transformando-se em deveres profissionais que, na instituição, eram realizadas pelas mestras e demais irmãs. A hierarquia era autoritária, caracterizando-se pelo mando e subordinação à madre. As diretrizes estabelecidas estariam diretamente relacionadas com os comportamentos ensinados às internas por suas mestras e pela diretora da instituição, como também com o ensino de civilidade, a moralização, a higiene, e as disciplinas escolares que se deveriam ensinar para as desvalidas.

Dentre os direcionamentos explicitados, destaca-se a obediência ao horário, o qual ficava, “na mão da coordenação”, devendo aos domingos e dias santos serem guardados e os demais dias dedicados para a escola, para o exercício de piedade, etc. Ficava estabelecido que as mestras só dispensassem o silêncio antes das refeições após a leitura de “uma lição sobre a imitação de Cristo”. Como observa AZZI, citado por Marcílio, o silêncio religioso, no contexto das instituições como o Colégio, “não quer dizer não falar, mas quer dizer falar intimamente com Deus (AZZI apud MARCÍLIO, 1984, p. 120)”.

As mestras também auxiliavam as meninas a aprontar e desaprontar a mesa. Pois segundo o § 4.º do capítulo I era necessário - *Dar ás orphãs recolhidas no Collegio a pratica do serviço doméstico* (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1869, p. 1). Ou seja, fica evidente o preparo das meninas para servirem de empregadas domésticas em casas de famílias, ou serem donas de casa exemplares. Qualquer conversa fora da hora de folga devia ser de forma breve e submissa. Ainda no que se refere aos comportamentos, no artigo 18 do capítulo II exigia das internas que - *Nos domingos e quintas-feiras as orphãs terão os recreios prolongados, podendo sahir nestes dias a passeio fora do estabelecimento acompanhado* (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1869, p.1). Não se permitia às internas fazerem “refeições nas casas alheias”, exceto nas casas dos parentes.

Ao analisar as propostas disciplinares presentes no estatuto e comparando-as com o regimento, verificamos uma pequena distinção entre elas. No segundo, não constam as Noções de História e Geografia, nem as especialidades em Geografia e História do Brasil, além de música, que foi excluída. Observamos ainda que duas disciplinas, Religião e História Sagrada, propostas pelo estatuto, foram condensadas em uma só, denominada Ensino Religioso.

Entretanto, as disciplinas caligrafia, contas, leitura, composição e civilidade foram mantidas no regimento do colégio, em conformidade com o que previa o estatuto. Em contrapartida, os serviços domésticos e de cozinha contidos no estatuto, foram detalhados pelo regimento, dando uma noção mais precisa do que se propunha ensinar às meninas. Notamos uma diferença substancial entre as disciplinas propostas pelo regimento e aquelas definidas no estatuto. Essas diferenças podem ser observadas se verificarmos as finalidades a que se visava com a elaboração de cada documento. As disciplinas previstas no regimento tinham como finalidade: ensinar tudo o que é necessário para a formação de uma mãe de família pobre. Em contrapartida, esta informação não constava no estatuto do Colégio, o qual estabelecia que a menina uma vez admitida, teria tudo o que fosse necessário para sua assistência e educação.

Importa ressaltar, que o regimento Interno do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, sofreu significativa mudança em 1871, com a implantação da escola normal. Como detectamos no relatório apresentado a Assembléia legislativa Província, pelo então presidente da província Dr. Abel Graça em 1871. “*A escola normal foi installada em maio ultimo, e, desde junho, funcionam as suas aulas alternadamente no collegio do Amparo e no Lycêo Paraense*” (RELATÓRIO DA PROVINCIA , 1871, p. 2).

ASYLO DE ORPHÃS

CAPÍTULO I

Da sua fundação e administração

Art. 1 – O Asylo de Orphãs, foi fundado no anno de 1804 pelo 7º bispo do Pará. D. Manoel d’Almeida de Carvalho, tendo por fim a educação de meninas indígenas, que elle trouxe de sua visita pastoral ao interior da província, onde forão encontradas em estado de indigência e completa ignorância.

§ ÚNICO – Terá por fim a educação e manutenção de órfãs pobres desta província.

Art. 2 – A direção do Asylo de órfãs compete ao provedor (grifo nosso), com a colaboração (grifo nosso) de irmãs de caridade e dos funcionarios que nomear.

No que concerne a estas modificações no capítulo I, ficou subdividido em dois: **CAPÍTULO I- Da sua fundação e administração**, **CAPÍTULO II- Da sua direção**, as reformas regimentais não

alteraram significativamente a tratativa dada às órfãs, todavia concentraram a direção do Colégio mais nas mãos do provedor, retirando parte da autonomia das irmãs, ficando caracterizadas como colaboradoras.

Em cotejo com o regimento de 1868, inova em 1871 com a explicitação do objetivo institucional de, nos termos do parágrafo único, “*educar e manter a órfã pobre*”. Ressalta-nos nítida a minimização da atuação das irmãs no que concerne ao anterior art.1º, passando o provedor, inclusive a nomear funcionário, isto indica a presença de pessoas que faziam parte da congregação Filhas de S’antana, ou seja, entra em discordância ao estatuído no art. 2º no qual a irmã superiora possuía plenos poderes. Cabendo-lhes, neste novo regimento, pelo art 2o. “*Propôr o contrato de funcionarios e empregados*”. Sofreu uma redução redacional o inciso 3º do art. 4 concernente ao estado de saúde da órfã a ser admitida, passando a exigir-se apenas “*Gosar de saúde e ter sido vaccinada*”; eliminando-se o texto: “*não soffrer de moléstia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito physico que a inabilite para o trabalho*”. Esse novo elemento reformulado deixa-nos entrever um cuidado em não explicitar que a ênfase dada ao recolhimento de órfãs pobres estava centrada na contraprestação de trabalhos como recompensa pelo acolhimento, mas, paradoxalmente, deixa clara a dimensão de trabalho, até maximizada, conforme o enunciado art. 15 do capítulo III: “*As orphãs serão tratadas sem distincção uma das outras, (grifo nosso) havendo distribuição de turmas que se occuparão alternadamente, fóra das horas de estudo, dos seguintes serviços: lavagem de roupa, engommado, costura, cosinha, etc.*” (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1869, p. 1).

A alteração regimental, em 1871, em especial no capítulo I, em que um parágrafo único é incluído ao art. 2º, tal seja: “*A direção do Asylo de órphãs compete ao provedor (grifo nosso), com a colaboração (grifo nosso) de irmãs de caridade e dos funcionarios que nomear*. Retrata o enfraquecimento da congregação das irmãs Filhas de S’antana, frente à direção do colégio, visto que o provedor poderia substituí-las ou exonerá-las caso necessitasse. De fato, o Colégio Nossa Senhora do Amparo buscou dar abrigo e educação para as meninas desvalidas, mas uma educação para o trabalho seja como doméstica ou como normalista em alguma escola pública da província. Além disso, o colégio enquadrava-se na iniciativa da sociedade e da Igreja a favor da infância desvalida da sorte, em que as atividades educativas representavam eficazes meios de afastar a orfandade dos perigos, risco e vícios do mundo, logo o confinamento dessas crianças trazia em seu bojo rígidas normas e disciplinas e uma obediência aos seus superiores para agradar a Deus.

Por serem o público alvo deste colégio meninas, muitas ainda crianças, era necessário algum momento de lazer e descontração. Desta forma, o regimento interno do Colégio do Amparo em seu

Art. 18 afirma que: *“Nos domingos e quintas-feiras as orphãs terão os recreios prolongados, podendo sahir nestes dias a passeio fora do estabelecimento acompanhadas”* (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO 1868, p. 1). O que nos subsidiou para afirmarmos que os domingos e as quintas-feiras eram os dias em que as meninas viviam seu momento criança, quem sabe brincando de roda, cantando, as maiores lendo histórias para as menores e fazendo peraltices, travessuras e traquinagens próprias da idade. Este documento levou-nos a inferir que essas meninas tinham infância e tinham um momento da semana dedicado a essa fase da vida. O regimento interno do colégio levou de certa forma, em consideração essa etapa da vida das meninas nele asiladas. O momento do recreio pode, então, ser entendido como representação de uma concepção de infância do Colégio em relação às meninas. Vejamos o que diz o provedor do Amparo com relação ao cotidiano da vida das meninas em janeiro de 1882.

Os contactos com o exterior, no que se inclui contactos com pessoas estranhas, só se faziam em passeios colletivos. Os dias reservados para esses passeios são os domingos e quintas-feiras, quando interrompem as tareffas. No primeiro domingo de cada mez, das 8 da manhã as 5 da tarde, podem receber visitas, com autorizaçção da Madre superiora e sempre na presença de uma pessoa de confiança desta. As faltas consideradas graves serão comunicadas ao provedor que resolve qual punição deve ser applicada. A Provedoria cabe também reger o patrimônio do Collegio e superintender os seus assuntos, ficando com as irmãs a responsabilidade da administração da vida cotidiana. Além da prática de serviços domésticos, as órfãs recebem instrucção equivalente ao nível primário, através de aula de leitura, caligrafia, aritmética, geografia e trabalhos de agulha (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1882, p. 1).

Constatamos a partir dos documentos que havia um controle do tempo das meninas, um controle de suas atividades diárias, havia ainda a hora de trabalho, de rezar e a hora do recreio. Para Chornobai (2002, p. 130), “a instituição escolar tornar-se, no mundo civilizado, um dos mais importantes meios de aprendizagem destes signos temporais, o tempo é institucional e organizativo”. É no tempo escolar que a criança experimenta o seu caráter coercitivo, este traz representações de deveres, perdas, ganhos, avanços e retrocessos, dentro do universo pedagógico. Sendo assim, a criança percebe, vivencia, aprende e desenvolve um sistema de autodisciplina de acordo com esta instituição social. As meninas enquanto moradoras desta instituição deveriam obedecer a este conjunto de ordens regimentais.

Conforme previa o regimento interno, com exceção dos domingos, as quintas-feiras e os feriados, os demais dias eram dedicados aos estudos das disciplinas e da religião. Na análise do mesmo permite perceber uma tentativa de doutrinar as meninas nos preceitos católicos, por meios

da disciplina Religião. É possível perceber, também, um enfoque ligado às noções de civilidade contidas no estatuto, o qual especifica os modos de se comportar em ocasiões como as refeições. Modos que podem ser lidos como integrantes de uma civilidade cristã. A percepção por um padrão de comportamento aceitável, difundido pelas religiosas, indicavam a existência de um padrão para a infância. Este baseado em normas de conduta inscritas pelas aulas de comportamento. Segundo Norbert Elias (1994, p.111) a civilidade ganhou um alicerce, a Igreja, como um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamentos. Através de livros, muitos instrumentos diretos de “condicionamento ou modelação” foram utilizados para estruturar muitas situações de convívio na sociedade.

Acreditamos que tal orientação sobre o modo de portar-se à mesa de maneira correta serviria para que, no porvir, a menina colocasse em prática as posturas corretas perante a comunidade (ARIÈS, 1981, p. 24) e, principalmente, nas futuras famílias que, por meio delas, se constituiriam. Como assinala Manoel (1996), ao analisar o Colégio das Irmãs São José de Chamberry de Itu, a Igreja, por meio de suas instituições de ensino, incluindo os internatos, procurava levar adiante sua missão de cuidar e orientar as almas pela via educacional. Conforme observou esse historiador, os internatos e os colégios se constituíam como um universo à parte que exige, além dos códigos disciplinares, uma linguagem. Esta linguagem é, notadamente, a linguagem religiosa, que “estipulava ordem, o bom comportamento e a polidez” (p. 84), explícita na organização das disciplinas ministradas.

Boschilia (2005), ao estudar os guias das escolas maristas, assinala que esta preocupação em reforçar a vigilância nesses espaços era explicitada também nos “cuidados a serem tomados nos dormitórios – que deveriam permanecer fechados durante o dia – e nos banheiros” (p.99). Tais cuidados, segundo a autora, justificavam-se na medida em que deveriam se controlar os “impulsos da sexualidade”, tentando manter a “inocência” e retardar o máximo possível às descobertas “indesejadas”. Neste sentido, no interior do Colégio do Amparo, as irmãs deveriam cuidar para que não existissem jamais “relações mais íntimas ou familiaridade perigosa entre as meninas. Segundo Boschilia (2005), a intimidade entre as meninas deveria ser evitada, até mesmos após as refeições.

O exame dos documentos como o estatuto o regimento e os relatórios do Colégio evidencia a preocupação constante da instituição no condicionamento dos hábitos das meninas, tanto disciplinares, por meio da exigência da obediência e do zelo no interior da casa, quanto no que se refere à civilidade e à maneira de realizar as tarefas do cotidiano da casa. Elas eram cuidadas e educadas para a vida em sociedade com uma nova estrutura de personalidade, por meio de práticas disciplinares desenvolvidas para individualizá-las e de certa forma excluí-las. O colégio se

constituía em uma instituição de assistência que oferecia uma oportunidade de inserção na sociedade a essas meninas, porém não de ascensão social. Isso se por meio da aplicação de suas disciplinas, as quais procuravam cultivar nas meninas aquilo que a sociedade esperava delas, de modo a torná-las pessoas educadas, minimamente esclarecidas; civilizadas. Assim, a instituição se preocupava com os valores morais e religiosos na formação das internas. Sobre isso diz o documento do Amparo: *“que tantas meninas se perdem por falta de uma educação moral e religiosa que farão conhecer os seus deveres”* (DOCUMENTOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1887, p.1).

Estes “disciplinamentos”, expressos em práticas, visavam à moralização, educação confessional e higienização. No Amparo, tais condutas eram observadas por meio das proibições de saídas das internas, pois conforme o regimento interno da instituição, “fora de casa às meninas irão sempre acompanhadas”. Como esclarece Marcílio, ao estudar a relação entre a criança abandonada e a sociedade, “em relação às meninas havia uma atitude especial, com a preocupação de preservar a ‘virtude’(ou a honra) e o recato, próprio da mulher” (1998, p. 281). Assim, no caso do Colégio do Amparo, elas permaneciam no interior da instituição para não ficarem expostas aos “perigos do mundo”.

3.1.4. As Atividades Socioeducativas do Colégio Nossa Senhora do Amparo

No que tange às atividades desenvolvidas no interior do Colégio do Amparo, evidencia-se que as mesmas estavam estritamente fundamentadas e voltadas à formação cristã (moral, religiosa profissional) das desvalidas e órfãs da província, sob a égide da Igreja Católica. Esse ensino constituía-se em atividades curriculares e extracurriculares voltadas à formação socioprofissional das educandas, visando à integração das mesmas à sociedade, de acordo com os princípios e fundamentos sociopolíticos e culturais da época imperial. O caráter caritativo filantrópico desta instituição era, além de benemérito, fundamentalmente estratificado. A formação era destinada a prepará-las para atender a demanda de mão-de-obra qualificada da época, pois a sociedade encontrava-se temerosa da possível escassez de bons profissionais, em decorrência das leis abolicionistas que grassavam. O ensino e a educação das meninas da Escola de Nossa Senhora do Amparo consistiam no curso primário e secundário (este ministrado a partir de 1871 quando se instala a escola normal, de onde as meninas seriam designadas professoras ou normalistas). Fazia parte do currículo o ensino de práticas de serviços e prendas domésticas, como também o ensino da religião católica, destinados à formação moral/cristã das meninas.

Como observamos, as meninas desenvolviam cotidianamente atividades em diversos ambientes. A fotografia retrata o ambiente da cozinha onde as meninas realizavam tarefas domésticas. É possível constatar que a cozinha era um lugar limpo, ordenado e de certa forma, espaçoso. As tarefas eram divididas de modo que todas pudessem aprender as diversas etapas do trabalho, do manusear os alimentos até o lavar as louças e dos talheres. Abaixo as panelas e caldeirões pesados e na parte inferior as panelas maiores, evitando qualquer tipo de acidentes. Além disso, percebemos o cuidado das meninas em manter a postura ereta, além de evitar qualquer queda de vasilha, como notamos na menina ao fundo, próxima a prateleira.

As atividades relacionadas a prendas do lar na vida cotidiana das meninas no Colégio do Amparo eram regidas, e eram expressamente definidas no regimento interno da instituição. Já o estatuto era um documento de domínio público, ou seja, passível de ampla consulta, podendo conter informações que interessavam aos propósitos da instituição. Fazia parte ainda das atividades desenvolvidas pelas meninas no interior da instituição, as aulas de flores e de costuras, como se observa na imagem 9.

A aula de corte e costura era também necessária para a educação das meninas no Colégio de Nossa Senhora do Amparo. Como se observa na imagem 9 cada menina ficava em uma mesa com uma máquina de costura, sempre acompanhadas por uma mestra. Acreditamos que as meninas em pé tinham a função de auxiliares. A bancada e as cadeiras, aparentemente demonstram a manutenção de uma postura que evitasse a fadiga e possíveis lesões em decorrência das atividades, mas, ao mesmo tempo, assegurava uma postura austera também observada nas práticas desenvolvidas na cozinha.

Imagem 9- As meninas na aula de costura no Colégio Nossa Senhora do Amparo

Fonte: O álbum do Pará, 1989. Foto de 1868. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

Para Goffman (2007, p.17), as atividades diárias em instituições totais são realizadas em grupo, de modo a assegurar que todos os envolvidos com a instituição sejam tratados de forma semelhante e realizem em conjunto as atividades propostas pela direção. Na realidade, as atividades propostas pelo Colégio como a prática da costura e cozinha, verificadas nas imagens 8 e 9 participam da fabricação da imagem das futuras mães de família pobres a que o trabalho educacional e assistencial visava. Além disso, detectamos que a prática educacional do Colégio apela para a ordem, à disciplina e a assepsia moral, valores expressos na ordenação dos espaços e na disposição dos corpos. A forma de ensinar transcendia as paredes do Colégio do Amparo e se espalhava pela província, criando um ambiente de respeito e admiração pela instituição, tanto por parte da família como pela sociedade.

O Colégio do Amparo, no momento histórico estudado, está no bojo de uma sociedade que passa por profundas transformações sociais, pois estava no contexto das promulgações das leis abolicionistas, que mudavam as relações de forças produtivas, substituindo o trabalho compulsório pelo assalariado, típicos das sociedades de mercado. A secular influência da Igreja Católica diante das transformações que estavam em processo na sociedade imperial brasileira, sobretudo, no Grão-Pará, poderia estar ameaçada. São notáveis, neste aspecto, as preocupações do Colégio em eleger meninas como foco de atenção, vislumbrando nelas o germen revitalizador da tradição, da moral,

dos costumes, que caracterizavam a Igreja naquele período. O desejo de formar boas mães de família provinha do papel tradicionalmente desempenhado pelas mulheres no seio familiar. Como nos esclarece Leite (1994), as instituições durante boa parte do século XIX e para além dele, “funcionaram como grupos de convívio para o controle da vontade e dos relacionamentos femininos” (1994, p.35).

Fundado em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, em 1852, sob proteção do imperador Dom Pedro II, o Recolhimento de Santa Teresa, sob responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia e das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, vindas de Paris, França, possuíam muitas características, que futuramente passariam também a ser adotadas na Escola do Amparo. Tinha por principal finalidade dar formação,

as recolhidas, que receberiam ensino apurado, que visava a prepará-las para serem mães de família e/ou empregadas domésticas instruídas e bem treinadas. “Aprenderão a lavar, engomar, cozinhar e se exercitarão em todos os trabalhos domésticos, próprios de uma boa mãe de família. As matérias ensinadas serão: doutrina cristã, leitura, caligrafia, aritmética, história sagrada, história do Brasil, gramática portuguesa, noções gerais de geografia, desenho e escrituração mercantil; também aprenderão trabalhos de agulha, bordados, flores, tapeçaria de lã, piano e canto, conforme a idade, aptidão e inclinação de cada uma”, segundo seus Estatutos (MARCÍLIO, 1998, p. 173).

Marcílio, tecendo, ainda, comentários sobre as instituições de internamento, menciona que essas entidades visavam,

formar indivíduos submissos. Quanto aos instrumentos utilizados são formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos, horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. O que se procura reconstituir nessa técnica de correção não é o sujeito de direito é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens (MARCÍLIO, 1998, p. 173).

Além de todos esses elementos que regulavam o tempo e os espaços das meninas desvalidas do Amparo, também havia uma educação que se voltava para os trabalhos manuais, que era comum na mentalidade da época no que concerne à educação de uma mulher civilizada, prendada, etc. Ao que se indica as prendas, produzidas pelas meninas era em benefício delas mesmas, vejamos na imagem 10 o documento do provedor do Colégio, escrito no dia 24 de dezembro de 1875, sobre o leilão das prendas das meninas.

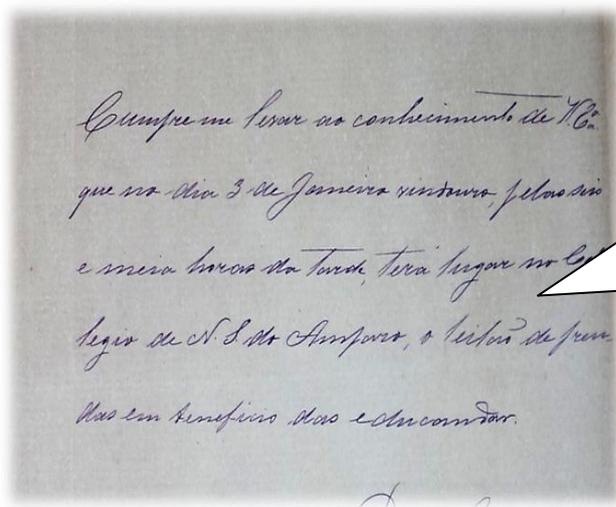
No documento da imagem 10, o provedor comunica a data 3 de janeiro, às seis e meio horas da tarde, o leilão das prendas das meninas em benefício das educandas. De fato, os trabalhos manuais

desenvolvidos pelas alunas do Amparo serviam para seu benefício, sobretudo, para pagar seu pecúlio que seria entregue no momento da saída das meninas do Colégio. Porém, também era para manter as despesas do Colégio.

o producto das obras fabricados pelas educandas é dividido em duas partes iguaes, sendo uma para aquella que a fabricar e outra para o collegio como indemnisação dos gastos da producção. Com a sua parte n'esse producto, assim como com doações especiaes, formam as educandas o seu pecúlio, que é recolhido á caixa econômica, conforme consta das respectivas cadernetas, as quaes lhes são entregues com o dinheiro excedente, quando ellas sahem do collegio” (PROVEDORIA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1885, p. 2).

Os trabalhos manuais interagiam com o público e tinham sua divulgação por meio das exposições, onde eram vendidos, possibilitando, assim, o auto-sustento da instituição com o argumento de estarem retornando para o Colégio os gastos que o mesmo teve para com elas. Ademais tornar-se-iam os fundos para o dote ou pecúlio, que receberiam as jovens ao se retirarem do Colégio. Ouçamos o Provedor sobre este assunto em relatório para o então presidente da província Sr. Carlos Augusto de Carvalho.

Imagem 10: Leilão das Prendas das educandas do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Cumpre-me levar ao conhecimento de V^a E^a que no dia 3 de janeiro vindouro, pelas seis e meia horas da tarde terá lugar no Collegio de N. S. do Amparo, o leilão de prendas em benefício das educandas.

Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, 1875. Fundo: Secretária do Colégio de Nossa Senhora do Amparo. Série: 13. Arquivo Público do Pará.

De certa forma, o Colégio do Amparo era uma reconstituição da família para aquelas crianças que não a possuíam, e isso oferecia às meninas um sentido de pertença, pois a instituição tinha em sua prática a característica familiar. As educandas aprendiam, ainda, a cantar (canto coral, etc.),

declamar, orar, colaborar e participar dos atos religiosos³³, além de despenderem suas aptidões artísticas, porém essa educação foi questionada pelo presidente da província, com o argumento de ser muito luxuosa para meninas que fora do colégio não passariam de simples empregadas domésticas.

Fallando com a franqueza que deve ter um administrador, cumpre-me dizer-vos que a educação que se dá no collegio de N.S. do Amparo não está em relação á condição das meninas desvalidas. Parece-me que n'aquella casa aprende-se mais a ser dama de salão do que dona de casa. A muzica, o piano, o canto, a língua francaza são matérias que julgo de pouca conveniência para o ensino de meninas desvalidas, que, sahindo do collegio por qualquer dos meios apontados pelo regulamento, não podem fazer uso de ates matérias. E realmente é para admirar que, ao passo que se manda dar às meninas desvalidas tão luxuosa educação, declara-se que ellas attingindo a idade de 18 annos podem ser contractadas para creadas de servir em casas de família. Sou a opinião que as difficuldades que hoje tem a presidencia para fazer sahir do collegio as meninas que pelo regulamento não podem nele continuar, originam-se da educação que ellas recebem, por isso eu vos peço autorisação para reformar o collegio de N. S. do Amparo de accordo com a condição presente e o futuro destino das desvalidas (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1873, p. 2).

Havia no Colégio, segundo os documentos, uma dificuldade das meninas que completaram 18 anos saírem da instituição e para o presidente um dos elementos que dificultam exerce o regulamento é a educação esmerada dada as desvalidas, já que para elas seria necessário somente uma educação para o trabalho e nada mais. Sr. Mello, provedor do Colégio em 1886, nos dá mais de detalhes sobre o cotidiano e as atividades das meninas.

Diariamente assistem a missa,na capella do estabelecimento, onde celebram os demais *actos religiosos* do seu programma: frequentam as aulas de instrucção primaria, e as do serviço domestico, guardadas as proporções relativas á idade e estado physico de cada uma. Nos Domingos e dias Santos as meninas assistem ás solemnidades religiosas em sua capella (MELLO, 1886, p. 2).

³³ “Outro aspecto pedagógico que diferenciava o Florence das instituições particulares religiosas era o de ser um espaço de aprendizagem da vida cultural. *Contrariamente aos internatos religiosos* [destaques meus], onde o estímulo à educação se encontrava na assimilação de *dogmas, rezas, abnegação, santificação da mulher* [destaques meus], o Colégio Florence, por ter sido laico, tratava suas alunas como mulheres, para viverem no espaço privado e público. Não era uma vida intra-muros. Participavam, por exemplo, de acontecimentos festivos em outras instituições” (RIBEIRO, 1996, p. 56).

O cotidiano das educandas era totalmente preenchido e dividido entre os afazeres diários de rotina e manutenção da escola e as atividades educacionais de aprendizado intelectual, moral, social e espiritual. Isso fica evidenciado no Relatório de 1886, no qual o Provedor da Escola, Sr. Mello (1886), assim se expressa: “*As aulas de letras funcionam nos dias uteis até o meio dia, e as classes de costura, bordados, flores, etc, durante a tarde*”.

Vale lembrar que o Colégio do Amparo era reflexo do contexto sociopolítico e cultural daquela época, era um espaço onde, podemos dizer, os extremos se tocavam: a nobreza e a pobreza, numa neutralização de conflitos, pois não se iam até as causas dos problemas, e os pobres reconheciam os ricos, que viam neles um espaço para suas caridades e esmola ³⁴.

No Colégio do Amparo, seus dirigentes e colaboradores estão inseridos em um determinado lugar social e cultural, desta forma a escola lida com as pobres meninas órfãs, porém partindo sempre das expectativas e da mentalidade da elite, preparando as crianças para serem inseridas nesta sociedade, mesmo que na condição de subalternas, isto é, como domésticas. Outra questão importante a ser ressaltada é que o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, além de abrigar as meninas órfãs e desvalidas, mantidas pelo governo da província, também educou e instruiu pensionista, conforme o relatório da administração do colégio datado de 3 de junho de 1871, ao então presidente da província José Joaquim do Carmo. *Tenho a honra de passas as mãos de V. Ex^a o mappa administrativo do pagamento das educandas do Collégio de Nossa Senhora do Amparo durante o primeiro semestre do corrente anno.* (DOCUMENTO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1871).

Podemos notar a existência no mesmo espaço físico de duas obras educacionais: O colégio destinado às crianças órfãs e desvalidas e o estabelecimento das educandas filhas da elite paraense. Tal medida parecia muito apropriada, segundo o presidente da província, Bandeira de Mello, ao relatar que:

Atualmente estão ali recolhidas 60 meninas que, com o sustento material recebem gratuitamente a educação intelectual, moral e religiosa. Além das órfãs e meninas desvalidas conta jáó Asylo muitas meninas pensionistas, que ali recebem educação esmerada e vivem completamente separadas daquelas. Embora seja o mesmo estabelecimento parece-me racional esta divisão, visto como ela é exigida pelas diversas condições da sociedade. O Asylo das órfãs é inteiramente distinto do colégio, onde são educadas as pensionistas (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1886, p.1).

³⁴ Marcílio (1998), citando Rizzini, esclarece que no início do século passado “as críticas mais freqüentes à caridade dizem respeito à falta de organização, de método de trabalho, de ordem. A filantropia surge para dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova concepção de assistência. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados” (MARCÍLIO, 1998, pp. 195-196).

Quando o Colégio preceitua “*Dar às orphãs recolhidas no Collegio, além da prática do serviço doméstico, o ensino profissional*”, porém a partir do momento que aceita meninas pensionistas da classe elitizada da sociedade paraense, começa a dividir as meninas em duas categorias: as que podem pagar pela sua educação e as que não podiam. Com relação as primeiras, o ensino compreendia uma série de disciplinas necessárias à boa instrução feminina: história sagrada, profana e do Brasil; elemento de história natural; geografia; cosmografia; princípios básico da arte, da poesia e literatura portuguesa, línguas estrangeiras (inglês e francês); princípios da geometria; leitura; caligrafia; aritmética; contabilidade aplicada às necessidades da economia do lar, objeto de grande importância na educação da mulher. De fato, era ministrada uma educação esmerada para as pensionistas, isto é, as futuras mães de famílias das classes médias e burguesas da tradicional sociedade paraense. Para Bezerra Neto (1994, p. 15),

faz-se importante lembrar que o processo de aburguesamento da sociedade paraense, com a expansão da economia gomífera, em fins dos oitocentos, favorecia a necessidade da instrução da mulher, conforme a sua posição social, nos mais diversos aspectos do conhecimento humano. Porém, a crescente necessidade da educação escolarizada do sexo feminino, não implicava no abandono da sua educação doméstica.

Enquanto as pensionistas usufruíam de uma educação esmerada que lhes possibilitava a condição de damas do salão, compatível com suas condições econômicas mais favoráveis, as órfãs pobres e desvalidas deviam ser preparadas para o mundo do trabalho, auxiliando seus futuros esposos a superar as dificuldades do dia-a-dia, através de sua sobriedade, economia, simplicidade e preparo moral, intelectual e social para a vida futura, como esposa dedicada, boa mãe de família e suporte para o chefe de família. O plano de estudo das mesmas consistia de leitura; gramática portuguesa; história sagrada; catecismo; e aritmética. Igualmente, aprendiam diversas prendas domésticas: costurar, marcar, bordar a branco, matiz, ouro e flores; a lavar; engomar e cozinhar; tarefas que como vimos as meninas pobres do colégio realmente praticavam. Acreditamos que estes trabalhos eram um meio institucionalizado de prepará-las para servir, ou seja, esses serviços reiteravam a manutenção do status quo do pauperismo. Compartilhamos das reflexões de Schueler (2009), pois,

o governo ao educar e instruir as crianças, eles sonhavam com a construção de uma nação na qual as hierarquias e as desigualdades sociais

permanecessem resguardadas, sob o manto de uma formação elementar comum e de uma cidadania regulada e restrita para a ampla maioria da população (SCHUELER, 2009, p 121).

Com o objetivo de manter as hierarquias e regular a população, o Colégio Nossa Senhora do Amparo representava, naquele contexto, um dos mecanismos que iria disciplinar o comportamento dessas crianças para sua “integração” na sociedade. Referente à educação assistencialista, Kuhlmann Jr. (1998) oferece uma reflexão muito pertinente para subsidiar nossa análise:

A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como uma dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais da cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade (KUHLMANN JR. p. 182-183).

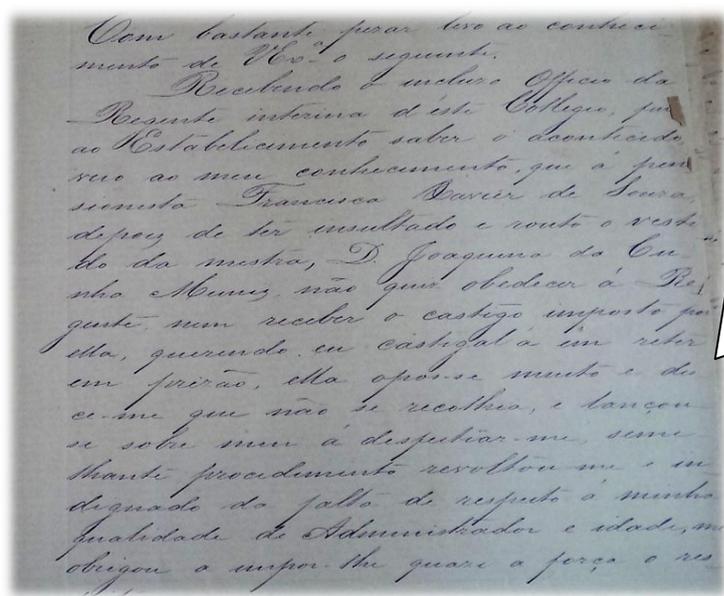
Lapa (1995) estudando um asilo de órfã em campinas declara que subjacente à filantropia, o trabalho nestas instituições tinham conotação escravizadora.

Por trás, portanto, do aparato filantrópico, por todos celebrados, estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar os Asilos de órfãs numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos. A rotina da vida em comum nos Asilos era absorvida pelo trabalho chamado doméstico, que se distribuía entre os cuidados com a roupa, aos arranjos da cama e mesa, cabendo-lhes lavar a roupa, engomar, consertar, costurar. Todos os serviços ligados à cozinha, banheiros, etc também cabiam às órfãs pobres, geralmente sob a superintendência das irmãs (LAPA, 1995, p 224).

Com relação aos trabalhos domésticos realizados nestas instituições, cabe-nos uma reflexão: realmente as incumbências dadas às meninas órfãs do Colégio do Amparo tinham apenas a conotação escravizadora ou de certa forma evitavam a ociosidade naquele contexto histórico e cultural? Configuravam-se como valores para a inserção da educanda em sua vida futura, no destino que seguisse?

A reflexão é complexa, envolvendo também aspectos éticos e legais, porque está em jogo o equilíbrio entre a idade da menina e as atividades exigidas, as quais não deveriam prejudicar-lhe a instrução ou arranhar-lhe a dignidade humana, nem tampouco, ser um substitutivo à contratação de empregadas domésticas. O trabalho doméstico poderia ser justificado como prática educativa, permeada de critérios, mas não como instrumento de dominação. Todavia, a educação diferenciada das órfãs pobres do Amparo parecia que estava fundamentado em uma caridade que justificava essa heterogeneidade de tratamento, aceito aos olhos da sociedade paraense.

Imagem 11: Pedido de desligamento por atos de insubordinação de meninas do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Com bastante pesar levo ao conhecimento de VEx^a o seguinte.

Recebendo o incluso officio da Regente interina d'este collegio fui ao estabelecimento saber o acontecido, veio ao meu conhecimento, que a pensionista Francisca Chavier de Souza, depois de ter insultado e soute o vestido da mestra, D. Joaquina da Cunha Muniz, não quis obedecer á regente nem receber o castigo imposto por Ella, querendo eu castigal-á em reter em prisão , Ella opou-se muito e disce-me que não se recolhia, e lançou-se sobre mim 's despeitar-me e indignado da falta de respeito á minha qualidade de administrador e idade, me obrigou a impor-lhe quase a força o respeito.

Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, 1883. Fundo: Secretária do Colégio Nossa Senhora do Amparo. Série: 13. Arquivo Público do Pará.

No caso específico do Colégio do Amparo, instituição católica tendo como regentes sua maioria freiras da Congregação Filhas de S'antana, tentamos encontrar documentos que mostrassem se havia resistência por parte das meninas nele asiladas ou se elas aceitavam simplesmente serem controladas. Entretanto, como sugere Leonardi (2008), ao pesquisarmos acerca de uma instituição católica, buscamos “adentrar em um mundo com sérias censuras”. Sabemos que a resistência se

constitui em uma correlação de forças que estão presentes nos espaços sociais, elas se fazem presentes configurando-se como “o grito do descontentamento”, compreendendo-se como um “campo aberto de respostas, reações, efeitos e possíveis intervenções, nas formas de relação do sujeito” (AMARAL & HECKET, 2007, p. 92). Estas resistências das meninas em relação às ordens que lhes eram impostas aconteciam de fato. As meninas, no caso de serem consideradas como alunas incorrigíveis e insubordinadas sofriam punições. Para ilustrar essa afirmação citamos o pedido de expulsão de uma aluna em 17 de Abril de 1875 pela administração do colégio ao então presidente da província Sr. Dr. Francisco Correa Benevides,

mais insubordinada a ponto de ameaçar as companheiras, chegando a maltratar físicamente uma menina de 7 anos, pelo que se ve applicarão castigos mais rigorosos na forma do regulamento, não obstante porem Ella mostra-se incapaz de correção maltratamento de palavras a própria regente; proponho a expulsão d’essa educanda, que se mostra impossível com a disciplina e boa ordem do estabelecimento (DOCUMENTO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1875, p.1).

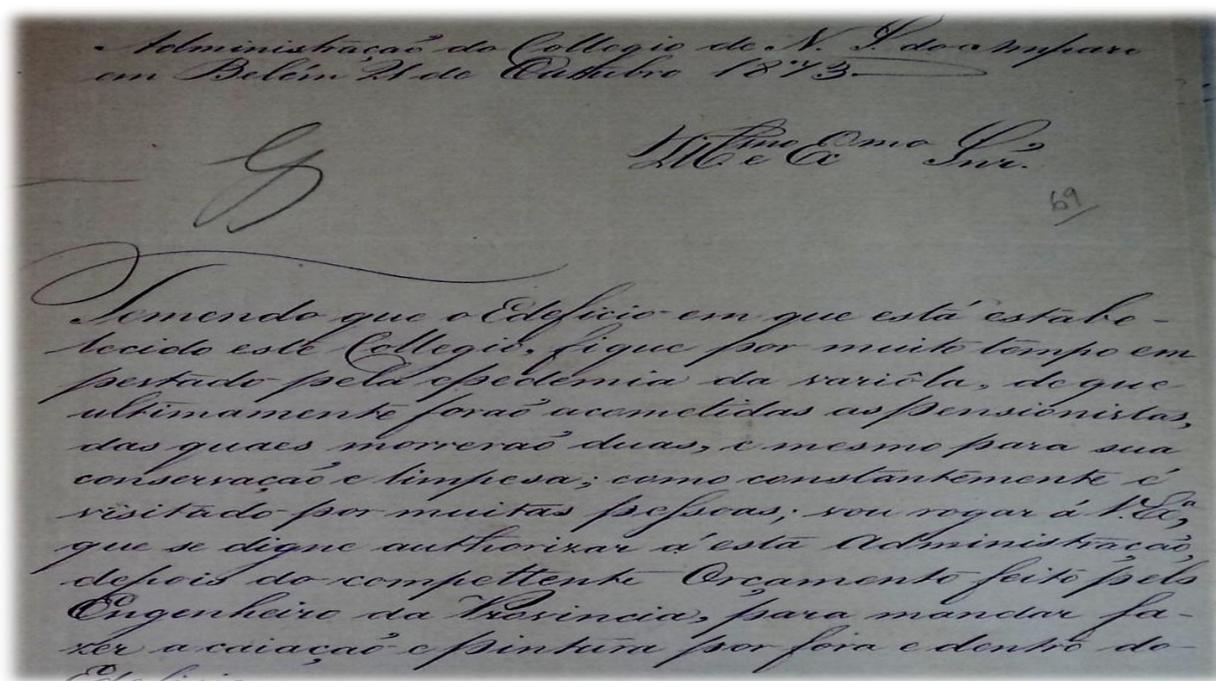
A documentação apresentada na imagem 11 nos dá indícios de que as educandas do Colégio do Amparo reagiam às práticas disciplinares este caso não era exceção. Neste documento o provedor do colégio fala sobre a insubordinação de uma educanda e seu castigo. No documento o provedor relata que a menina Francisca, insultou a mestra, não a obedecendo e não aceitando o castigo, querendo ele retê-la na prisão, a menina disse que não se recolheria desrespeitando-o. Acreditava-se que o castigo imposto a educanda poderia mudar a postura e o comportamento da menina. Esta prática do castigo representava naquele contexto uma forma de corrigir o comportamento rebelde da menina Francisca. Desta forma, a resistência ocorria por fugas ou atos de insubordinação como o descrito acima. Segundo Alves e Araújo (2010), no que se refere às estratégias de disciplinamento no Colégio Nossa Senhora do Amparo, havia regras de conduta rigorosas às meninas, expressas no regimento. Quando a direção considerava as alunas incorrigíveis e insubordinadas, estas sofriam graves punições.

Além de ser um local para a infância abandonada, onde muitas famílias e até alguns tutores encaminhavam suas crianças devido seu mau comportamento, o Colégio do Amparo se apresentava em meados do século XIX, como alternativa capaz de garantir a readaptação de crianças consideradas pela população como viciosas e vadias. Por conta disto, não era permitida nesta instituição o ingresso de meninas com mais de 12 anos. Considerava-se que a admissão da criança em tenra idade garantia a assimilação pacífica das “regras da casa”, o que era mais difícil com a

criança em idade mais avançada. As meninas expulsas do Colégio eram encaminhadas imediatamente para casas de família, e assumidas como “filhas de criação”, pois não recebiam proventos pelos trabalhos domésticos realizados. Tais meninas – como é de se imaginar – ficavam sujeitas a todo e qualquer tipo de tratamento, inclusive a severas violências domésticas e defloramentos.

Outra questão, que nos chama atenção, são os cuidados no que concerne à higiene e à saúde das meninas do Amparo. Vejamos o que diz o Art. 2º § 6.º: *Conservar todo o Colégio, bem como suas dependências, no mais perfeito estado de asseio* (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, 1869, p.1). Vale lembrar que a cidade de Belém neste contexto, foi palco de várias epidemias que afetaram a população paraense, entrando em cena os preceitos médicos-higienista tão em voga no momento. Daí a preocupação por parte da administração do colégio em manter o asseio do estabelecimento. Porém fazer parte desse contexto para o Amparo significava ser um lugar de produção de uma infância sadia e, por extensão, de uma futura sociedade curada e higienizada. Entretanto, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo também foi alvo dessas epidemias. Vejamos o que diz a administração do colégio com relação à epidemia de varíola que acometeu as meninas levando duas ao falecimento em outubro de 1873.

Imagem 12: A Epidemia de Varíola nas meninas do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Documentos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, 1873. Fundo: Secretária do Colégio de Nossa Senhora do Amparo. Série:12. Arquivo Público do Pará.

Percebemos no documento retratado na imagem 12 a preocupação da administração com relação à epidemia da varíola e a urgência em fazer pintura e caiçõ do estabelecimento. Mas o que nos chama atenção é o falecimento de duas meninas, o que não era raro no colégio, pois durante a pesquisa detectamos vários óbitos por diversas epidemias.

Para Gondra (2002), as instituições asilares da infância desvalida se constituía em uma das fontes de enfraquecimentos orgânicos e de decadência da espécie, pois aquele modelo de escola não possuía interesse único na educação generosa da mocidade e no cumprimento da missão sagrada de entregar à pátria cidadãos robustos e aptos para todos os misteres. Segundo Gondra e Ferreira (2007, p. 138), estes tipos de instituição são, “um viveiro de doenças eruptivas e, por conseguinte, uma vizinhança perigosa para outros alunos e um terreno sempre pronto a receber e a desenvolver os germes”. Desta forma, esse cuidado com o ambiente do Amparo por parte de sua administração estava tentando estar de acordo com que pregava o Manual de Higiene para os colégios da Província data do ano de 1870 com relação ao ambiente escolar. Vejamos o que descreve o Manual.

Como local habitado, deve a escola reunir todas as condições de salubridade desejáveis; como centro de trabalho deve se prestar a realização de todos os exercicios pedagogicos, não esquecendo, por importante, a distribuição da luz e do son. Em principio, deve ser o predio destinado á casa de ensino, situado longe dos logares pantanosos, sufficientemente afastados dos centros ruidosos, como fabricas, officinas, etc; assente em terreno secco e permeavel devendo no sólo ser revestido de cimento, depois de drenado, se o lençol da agua é pouco profundo.

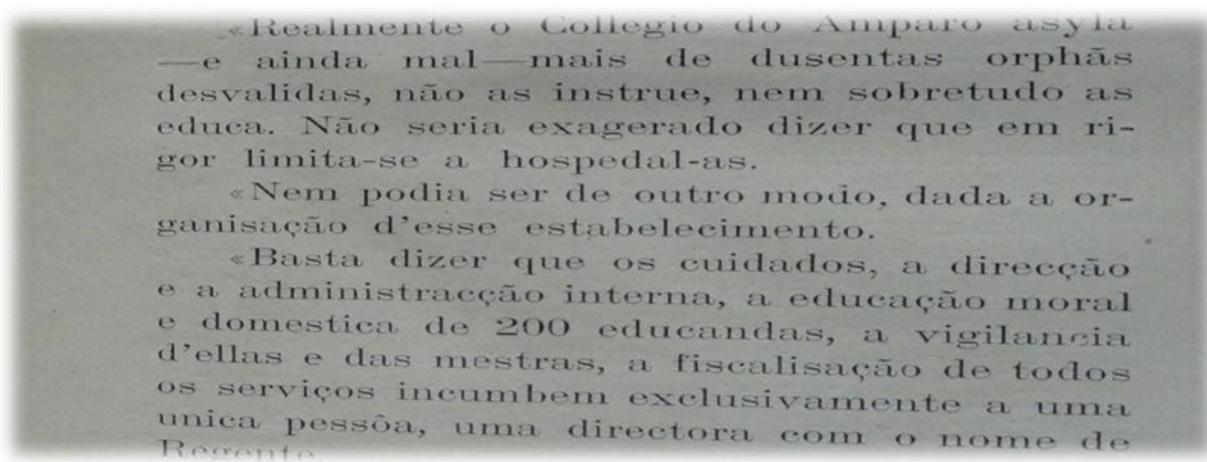
Da superficie ordinaria do sólo deve distar pelo menos 1 ½ metros o primeiro pavimento, sendo os porões bem arejados. Portas e corredores amplos, devem dar facil passagem aos alumnos. As escadas devem ser largas, bem lançadas e os degraus proximos para tornar aos meninos a subida e a descida faceis. Segundo a opinião de muitos higienistas, a orientação do predio escolar deve se subordinada ao clima da região e ás condições higienicas da localidade, sendo sempre preferivel que evitar que a fachada olhe para o Oeste, porque são em geral insalubre tais habitações. (REVISTA DE ENSINO OFICIAL, 1870, p. 12).

Constatamos na citação a cima, a tentativa de articulação do Colégio com os preceitos higienistas da época e com a constante preocupação do governo provincial em tornar a sociedade higienizada. As escolas ou as instituições de abrigo da infância desvalida deveriam ser bem arejadas e largas como bem descreve a imagem acima que leva em consideração a opinião dos higienistas da época. Deveriam estar longe de lugares considerados impróprios, etc. Para uma sociedade que se

queria civilizada, essas instituições de ensino primário deveriam ser ordenadas de modo a participarem desse projeto de erradicação da ignorância e de produção de um futuro ordeiro, homogêneo e civilizado; e a infância foi concedida como um período ideal da vida para a educação higiênica, como nas conclusões de Gondra (2002) sobre os métodos e objetivos da educação segundo os higienistas. A técnica era a da criação de hábitos. As “más inclinações”, prevenidas pela inculcação de bons hábitos, dispensavam o uso de castigos recorrentes e os agentes externos. Seus efeitos eram duradouros, praticamente invisíveis. Implantavam-se gradualmente na “alma dócil”, no “corpo tenro e flexível” sem deixar marcas perceptíveis (GONDRA, 2002, p. 519).

Concordamos com Gondra (2002, p.519), pois percebemos que os objetivos eram explícitos, visava uma pedagogia higiênica procurando atingir os adultos. O interesse pela infância era um passo na criação do adulto adequado a ordem médica. As crianças seriam produtos de hábitos e não saberiam nem como, nem o porquê começou a sentir e a reagir da maneira que sentia e reagia. Tudo em seu comportamento deveria parecer à sua consciência como normal, conforme a lei das coisas. Maleando a criança através da escola, a educação sanitária elaborada pelos médicos higienistas se transformaria na própria natureza da criança.

Imagem 13: As Condições Físicas do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Obra: O Instituto Gentil Bittencourt, Arthur Vianna, 1906. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

Esta preocupação com o espaço escolar é presente no projeto educacional que se queria os médicos-higienistas em meados dos oitocentos. A decisão de instalar escolas e asilos encontra-se visceralmente ligada às condições físicas do lugar em que deveriam funcionar, isto é, as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas (GONDRA, 2002, p. 527).

Ao que tudo indica, o Colégio do Amparo no início da década de 70 daquele século começou a demonstrar o contrário de um ambiente saudável de acordo com os preceitos higienistas para asilar, abrigar, educar e instruir essas crianças da província, conforme destacado no documento da imagem 13. Em uma instituição que se limita a abrigar as meninas, somente podemos inferir, que de fato no Colégio do Amparo ocorreria um número elevado de mortalidade infantil, sobretudo, se considerada a quantidade de educandas e o espaço no qual as mesmas estavam sendo abrigadas. Não é a toa que nos finais do império o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, assim como outras instituições de abrigo para a infância, começou a ser questionado, como percebemos o índice de mortalidade das meninas do Amparo, leva-nos a crer que era, muitas vezes, resultado da situação de precariedade vivenciada no colégio, tendo poucas verbas, prédio acanhado para o número de meninas, insalubre e sem ventilação necessária. Segundo Santos (2006), a maior parte dessas instituições passou por penúrias para manter minimamente o atendimento básico, ou seja, é instituições que viviam numa eterna “corda bamba”, tentando se equilibrar sobre finanças frágeis. E o Colégio de Nossa Senhora do Amparo foi mais uma instituição que enfrentava problemas de toda ordem como bem explicita o documento apresentado na imagem 13.

Considerações Finais

Olhando para os documentos que fizeram parte do *corpus* da pesquisa sobre o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, constatamos que foi possível contar historicamente a criação desta instituição, suas práticas educativas e, sobretudo a sua importância para o atendimento de meninas pobres e desvalidas da Província do Grão Pará.

No primeiro momento, por meio da leitura dos documentos e de reflexões teóricas realizadas sobre a História da Infância, compreendemos dentro de um contexto histórico a relevância que a o Colégio Nossa Senhora do Amparo teve na infância pobre e desvalida no século XIX no Pará. No decorrer do século XIX, era urgente um projeto político que efetivamente transformasse a Província do Pará numa população civilizada e isto implicava na ação sobre a infância desvalida e pobre. Era preciso moldá-la de acordo com que se queria para o país. Via-se na criança um importante elemento para solucionar o atraso brasileiro. É neste cenário, que entendemos a importância que o Colégio do Amparo ganha para se chegar a tal ideário, pois ela atuaria no processo para civilizar o povo, por meio de novos hábitos, ou seja, a instituição seria o caminho para se chegar à civilidade, ao desenvolvimento e progresso do país. Para tal objetivo caberia à educação moldar comportamentos, moralizando, antes de qualquer coisa o universo social e cultural da pobreza.

Refletimos, ainda, sobre o relevante papel que teve a Santa Casa de Misericórdia e a Roda dos Expostos no amparo as crianças pobres, desvalidas e abandonadas. Levando a entender o porquê, posteriormente, foi questionada pelos higienistas, que levaram em consideração seus altos índices de mortalidade infantil. A alta mortalidade, nesta instituição nos indica que a vida dessas crianças não tinha muita importância, pois elas representavam somente um excedente populacional, assim como os vadios, os mendigos e os pobres. Essas crianças se tornaram um transtorno e um problema para o governo, que precisava torná-las úteis, já que se elas crescessem sem ocupação definida, sem disciplina, poderiam colocar em risco a ordem que se queria estabelecer.

Confirmamos a influência que a Igreja Católica exerce na assistência e na educação no Pará, especialmente, no abrigo de crianças pobres e desvalidas. Detectamos que a instrução pública estava intimamente vinculada a Igreja e ao mesmo tempo ao Estado, nas diversas instituições da província paraense. Observamos que a Igreja não estava dissociada do projeto econômico para a região amazônica, uma vez que era por meio de um tipo de saber que tinha um lado moral e técnico e outro moral e intelectual, que o homem poderia melhorar sua potência de sociabilidade. Com isso, acreditava-se que a educação seria o meio, a romanização, a finalidade e os princípios seriam os

conhecimentos de Deus criador e onipotente. Nessa mesma diacronia, o projeto que se instalava ao final do século XIX, na província paraense, e que seria o sustentáculo da nova era, tinha seu ideário fundado na Igreja articulada com um pensamento governamental de civilidade para se chegar à modernidade.

Por correr atrás dessa tão sonhada civilidade, deparamo-nos com os preceitos higienistas no combate às epidemias que assolavam a região, e, por conseguinte também acometiam as instituições asilares. Isto poderia dificultar o pleno desenvolvimento da economia da borracha na província. Levando os poderes públicos a criarem, durante o século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários, criando em 1870 um Manual de Higiene para as escolas da província. Manual este que foi republicado no final do Império e início da República. Tais instituições como asilos, hospitais e colégios que faziam a função de retirar do meio urbano, ou seja, das ruas da província, toda criança que viesse perturbar a tão sonhada civilização, também era responsável em manter a saúde pública, como o Colégio de Nossa Senhora do Amparo.

Com base na documentação, compreendemos que o Colégio Nossa Senhora do Amparo estava no bojo de uma sociedade que vivia na busca do progresso social e moral do povo da província, na qual o discurso higienista tornou-se imprescindível para se chegar a tão propalada civilidade. Sendo assim, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo de certa forma, adquiriu grande importância na execução de uma política higienista ao retirar crianças abandonadas, do sexo feminino, das ruas, abrigá-las e instruí-las, pois o perambular dessas crianças pelas vielas da capital da província era entendido como demonstração de incivilidade e prejudicial para o desenvolvimento da província. Segundo os discursos dos dirigentes provinciais, as meninas ali acolhidas eram amparadas da miséria e ignorância e se tornavam mulheres úteis à sociedade.

Isto se tornou evidente quando percebemos que as práticas utilizadas em seu interior tinham um objetivo: transformar a criança pobre, desvalida e órfã em um cidadão útil para a sociedade, principalmente, em termos econômicos, visto que a estrutura econômica da província se erguia com a economia da borracha. As meninas ficavam desde os sete anos até completarem 21 anos. A instituição dava às educandas uma formação moral e religiosa, ler e escrever a língua nacional e as quatro operações, preparando-as para servirem como criadas nas casas de famílias e instituições públicas, além de torná-las futuras esposas e mães de famílias prendadas, obediente e zelosas.

Constatamos formas de viver e ver a infância através das práticas realizadas no Colégio, como por exemplo, o recreio nos domingos e quintas-feiras; isto indica uma representação da infância como um período em que os sujeitos precisam brincar, interagir com outras crianças, ter cuidados próprios desta fase da vida, de qualquer modo esta prática de recreio no colégio leva-nos a

reconhecer que é resultado de um amplo movimento que pretendeu compreender a infância a partir de suas especificidades, ou seja, essas meninas precisavam viver, para além das paredes do colégio, pois como qualquer outra criança, gostavam de brincar e se divertir.

Detectamos, também, que ser criança e aprender, dentro de uma instituição como o Colégio do Amparo no oitocentos, significava viver um tempo de infância permeada por regras, normas, regimentos e estatutos. Inferimos que as relações entre as meninas do Colégio do Amparo e mestras regentes foram relações perpassadas pela tentativa de contenção das emoções e dos afetos, pela procura de modelação de comportamento de acordo com as normas institucionais. Foi relações perpassadas, principalmente pela expropriação do tempo da infância, relegando-se as meninas a uma condição de mulher adulta anunciada, pois deveriam se instruir para ser útil a si mesma e a sociedade.

Evidenciamos que, infelizmente, a instituição, idealizado por D. Manoel, que serviria para amparar, abrigar e instruir as meninas desvalidas e pobres da província do Pará foi aos finais do Império muito questionadas no que concerne ao seu espaço físico que abrigava as meninas, sua higiene e educação. Acreditamos que isso se deu em virtude da permanente instabilidade tanto econômica como espacial do Colégio do Amparo durante sua existência. Além disso, os investimentos do governo provincial na época foram pontuais, referentes à algumas reformas nos regulamentos e sucessivos alugueis de casas para abrigar e, muitas vezes mal, as meninas ali asiladas, não sanando realmente as dificuldades enfrentadas pelo Colégio. Às meninas faltavam espaços, móveis e materiais apropriados para o ensino. Além disso, faltavam condições higiênicas e educacionais adequados para sua sobrevivência, este era o cenário do Amparo no final do Império.

De fato, durante metade do século XIX, por um lado, as representações sociais sobre a disseminação da instituição pública primária no seio da sociedade paraense, como mecanismo fomentador do progresso moral e social da província, trazia à tona a necessidade da educação das crianças pobres e desvalidas. Por outro lado, as transformações ocorridas na nação brasileira, criavam maiores espaços para o público infantil e também feminino, mesmo que os papéis determinados a cada um não significassem profundas alterações nas relações então estabelecidas na província.

Desse modo, observamos que a sociedade buscava “civilizar” as camadas potencialmente perigosas (órfãs, expostas, desvalidas, ingênuas, etc) por meio dos mais variados tipos de instituições. O isolamento dessa camada da população era justificado, teoricamente, pela ideia de preservar a moral e os “bons costumes” da sociedade. Assim a educação era percebida como um

dos meios de “civilizar-se”, sair da “barbárie”, de transformar o comportamento humano (ELIAS, 1994, p. 89).

Como elucidamos, o Colégio do Amparo se mostrava, apesar de suas limitações, como uma das instituições que funcionariam como agente da Igreja prestando um “serviço” essencial para a sociedade ao recolher e dar assistência as meninas desvalidas. Quando pensamos a cidade do Grão-Pará e a atuação dos sujeitos envolvidos com ela e suas relações políticas, sociais, culturais e econômicas, com os problemas apresentados no cotidiano, identificar quais as expectativas criadas com relação ao colégio e quais foram suas relações com a elite paraense.

Assim, relacionamos a atuação do colégio com as propostas de recolhimento, assistência e educação de meninas, procurando compreendê-las no contexto dos problemas enfrentados por uma cidade em intenso processo de desenvolvimento econômico, social, político e urbano. Ao interrogarmos sobre a constituição do colégio, buscamos pensar seus objetivos e quais eram as representações produzidas pela instituição em relação à assistência à infância e infância pobre.

Tal análise foi realizada por meio da análise do regimento interno expedido em 1869, do estatuto de 1868, dos relatórios dos provedores e dos presidentes da província, ofícios e relatos de fatos da instituição. Buscamos, também, compreender o funcionamento do Colégio do Amparo e contextualizá-lo em relação aos projetos de desenvolvimento urbano, político e educacional que estavam sendo debatidos na cidade de Belém, em seus vínculos com as propostas em circulação no país. Acreditamos que este estudo permitiu pensar as formas como se constituiu o projeto católico, em correlação com os projetos de assistência e educação de crianças pobres, defendidas no período.

Para finalizar, indagamos acerca do recolhimento, assistência e educação das meninas órfãs e desvalidas, dos propósitos de higienização e moralização, meios que se articulavam com a criação de instituições dessa natureza. Assim, observando, nessa perspectiva, quais eram as reações dessas meninas, mediante esse controle institucional, identificamos, de um lado, que havia resistência frente as exigências impostas pelas instituições de recolhimento e educação, de outro lado, foi possível perceber, por meio desses castigos, advertências e expulsões, que as reações assumiam as mais variadas formas.

Esperamos que todas as buscas e caminhos desbravados sirvam de clareira de luz a outros pesquisadores, sedentos da construção e reconstrução da história da infância na Amazônia, da educação e das instituições que abrigaram e educaram tantas crianças durante o oitocentos no Pará, quantas revelações poderão advir deste caminho que “acabamos” de trilhar, clarificando mais a verdade fática do que se mantém obscuro. Sempre há o que colher na história de uma instituição com foco na revelação substantiva subjacente aos silêncios que resistem mudos.

É importante ainda destacar que estudar o Colégio Nossa Senhora do Amparo foi indubitavelmente importante para História da Infância na Amazônia, pois é fato que temos um déficit sobre as práticas educativas e culturais ocorridas nas instituições que abrigaram crianças pobres, órfãs e desvalidas na Amazônia Paraense no século XIX, sobretudo da realidade dessa infância.

Constatamos que há uma necessidade de mais pesquisas na área da Educação, Psicologia, Sociologia e Antropologia que resgatem a História da Infância na Amazônia. Portanto, desejamos que esta pesquisa estimule novos pesquisadores na busca de desvelar essa realidade da criança pobre e desvalida no Pará.

Referências

- ABREU, Martha; MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene (org.) **Olhares sobre a criança no Brasil- século XIX e XX** . Rio de Janeiro: Amais, 1997.
- ACEVEDO, Rosa, & CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas. Guardiões de Matas e rios**. 2ª Edição. Belém: CEJUP/ UFPA-NAEA, 1998.
- AGUIAR, Maria Salete Alves de. **Imagens de um processo informativo: a educação da menina no diário “Minha vida de menina” de Helena Morley**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- ALVES, Laura Maria Silva Araújo; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **O destino das crianças abandonadas na Santa Casa de Misericórdia do Pará (1850-1910) – as casas de asilo da infância desvalida**. In: VI Congresso Brasileiro de História da educação: Invenção, Tradição e Escrita da História da Educação no Brasil, Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, Vitória: UFES, Maio de 2011.
- AMARAL, Elizabeth; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. **Hip Hop – exercícios de resistência?** Anais da I Jornada de Análise Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional, 2007. Disponível em <http://www.petpsicologiaufes.com/anaisdajornada/trabalhos/hip%20hop.pdf>. Acesso em 07/11/2011.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, F e RIZZINI, I (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS/Inst. Interam. Del Niño.1995, p.171-220. Capítulo. GEHPAI
- ARAÚJO, Cintia Ferreira. **Os filhos do senado: a infância abandonada em Mariana no século XIX**. População e família, São Paulo, 2004.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara koogan, 1981.
- AZAMBUJA, Maria Regina Faz de. **Violência sexual intrafamiliar**. Ed. Livraria dos Advogados, Porto Alegre: 2004.
- AZZI, Riolando. **A Igreja e o menor na história social do Brasil**. São Paulo: Cehila - Ed. Paulinas, 1992.
- _____. A igreja e a república no Brasil. **Vida Pastoral**, São Paulo, p.25-29, maio/junho 1989.
- _____. A romanização da igreja a partir da república (1889). In: _____. **Inculturação e libertação**. 1994. p. 105-116.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. **Autos cíveis de tutoria e contrato de soldada na comarca de Bragança-SP (1871-1900)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2005.

BEZERRA NETO, José Maia. **As luzes da civilização: Instrução pública, institutos e asylos católicos no Pará (1870/1889)**. Monografia de Especialização em teoria Antropológica. Universidade Federal do Pará, Belém. 1994.

_____. As luzes da instrução: o asilo de Santo Antônio em Belém do Pará (1879-1912). In: MARIN, Rosa Azevedo (org.) **A escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

_____. “Arthur nas Forjas da História”. A Contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira & BEZERRA NETO, José Maia (orgs.) **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: Paka-Tatu. 2007.

_____. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. José Veríssimo: **Pensamento social e Etnografia na Amazônia (1877-1915)**. Revista Dados. Vol. 42, nº 6. Rio de Janeiro. 1999.

BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio **Terra Madura: Historiografia e História Social na Amazônia**. Belém: Paka -Tatu, 2002.

BOSCHILIA, Roseli. **Juventude, ultramontanismo e educação católica**. História Questões & Debates, na America do Sul, v.43, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/7864/5545>. Acessado em: 13/02/20012.

BOULOS Jr. Alfredo. **História do Brasil, império & república**. São Paulo: FTD, 1997.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições. In: ARAUJO e Gatti Junior (orgs.) **Novos Temas em História da Educação Brasileira**. Campinas, SP:Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002 – (Coleção memória de educação) pp. 25-38.

BURKER, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Porto Alegre, Sessão de 15/05/1855.

_____. Porto Alegre. Sessão de 19/06/ 1865.

CANCELA, Cristina Donza. **“Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX”**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de campinas, Unicamp, 1997.

CARLI, Sandra. Niñez. **Pedagogia y Política: Transformaciones de los discursos acerca de la infancia em la historia de la educación argentina entre 1880 y 1955**. Argentina: Miño y Dávila Editores, 2003.

CASTANHO, Sérgio. **Política Cultural: reflexões sobre a separação entre educação e a cultura no Brasil**. Campinas, São Paulo; Faculdade de Educação da UNICAMP (Dissertação de Mestrado). 1987.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et AL. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel De. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Anne Marie. **Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação**. *Educação e pesquisa*. V. 26, n° 2. São Paulo, julho/dezembro, 2000. Disponível em: WWW.scielo.br/scielo.php. Acesso em 16/04/2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
_____. "A história hoje: dúvida, desafio, proposta. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol 7. 1994.

CHORNOBAI, G.Q. **Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa(Paraná): A escola normal de Sant'Ana (1947-1960)**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Paraná, 2002.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Ljui-RS: Ed. Unijui, 2000.

CRUDO, Matilde Araki. **Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: Governo do estado do Pará. Vol. 2, 1973.

CUNHA, Luiz Antonio. "O ensino de ofícios manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus". In Fórum Educacional. Rio de Janeiro, vol. 03, n°03, jul./set., 2006.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. **Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica Colégio N.S. do Patrocínio**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. *Educação*. V.1 (jan/jun. 1995).

DASMASCENO, Alberto. **Problemas na investigação histórica da educação colonial e imperial no Pará**. Revista Ver a educação. Belém: Univ

Diário de Notícias. 29/07/1883. Belém

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador : uma história dos costumes**. Tradução: Raul Jungmann. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor. 1v.1993.

Fala com que o conselheiro Drº. João Silveira de Souza, Presidente da província do Grão-Pará, abriu a 2ª sessão da 24ª. Legislatura da Assembléia Provincial, em 18 de Abril de 1885. Belém. Tip. Da gazeta de Notícias, 1885.

FALCI, Miridan. Escravos do sertão. **Demografia, trabalho e relações sociais** (Piauí, 1826-1888). Tese (doutorado). 1993.

FALEIROS, Eva Silveira. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Anais, 1995. P. 221-236

FARIA, Sheila de Castro. História da família e da demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Elsevier, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães. FARIA FILHO, Luciano Mendes. XAVIER, Maria do Carmo (orgs). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: FCH/FUMEC, 2002.

_____. **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. Caxambu, 20ª Reunião Anual da ANPED, 1997.

FERNANDES, Rogério. LOPES, Alberto. FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Para a compreensão histórica da infância**. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2006.

FRANÇA, M^a do P. Socorro Avelino Gomes de. **José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: Raízes da Renovação Escolar Conservadora**. 2004. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRAGOSO, Hugo. **A Igreja na formação do estado liberal (1840-1874)**. In: BEOZZO, Oscar. Et.al. **História da Igreja no Brasil**. Segunda época. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. Tomo/2. Vol.2.

FREITAS, Marcos Cezar (org.) **História Social da Infância no Brasil**. 5 edição. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In; FREITAS, Marcos Ceza (Org) **História social da Infância no Brasil**. São Paulo : Cortez, Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997.

_____; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (org). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FONTES. Edilza. O Paraíso Chama-se Pará: o álbum “Pará em 1900”.e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José & GUZMÁN, Décio. **Terra Matura**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

GAVAZZONI, Magali. **Fundação e primeiros anos de práticas educativas do Asilo do Coração de Maria Nossa Mãe de Piracicaba/SP. –1896-1912**. Dissertação (Mestrado em Educação). Unisal, Campinas, 2009.

GERTZE, Jurema. **A infância em perigo: a assistência a infância abandonada de Porto Alegre (1837-1890)** Dissertação (História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1990.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GONDRA, José G. **História, infância e escolarização**. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7letras, 2002.

_____. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério. LOPES, Alberto. FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Para a compreensão histórica da infância**. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2006.

KUHLMANN JR, Moysés e FERNANDES, Rogério. Sentidos da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, (Org.) **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma nova abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação. 1998.

_____. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)**. Cadernos de Pesquisa, n.78, p.17-26, ago. 1991.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KHOURY, Y.M. A., PEIXOTO, M, R. C & VIEIRA, M, P, A. **A pesquisa histórica**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

JORNAL. **A Boa nova**. 24/09/1871. Belém, s/p.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, jan/jun, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearense no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese (Doutorado em História)-, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os cantos e os antros**. São Paulo: EDUSP, 199.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX**. São Paulo: Hucitec, Editora Universidade de São Paulo, 1994.5

LEI, nº 1331^a, de 17 de Fevereiro de 1854, **Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte**. Anexo Relatório do ministro do Império, 1854.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**, Campinas, UNICAMP, 1992, pp. 535-549.

_____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. In: **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

LEÃO XIII (papa). **Rerum Novarum (sobre a condição dos operários 1891)**. Petrópolis: Vozes, 1950 apud Manoel, 1996. Cf.http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em, 14/07/2011.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA E MARCONDES, Lea Rocha et al. **Educação confessional no Brasil, uma perspectiva ética**. Disponível em: <http://nespec.files.wordpress.com/2005/07/educacao-confessional-09-educere.pdf> . Acesso em 19/11/2011.

LOPES, Luiz Carlos Barreto. **Projeto Educacional Asilo dos Meninos Desvalidos: uma contribuição à história social da educação**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

LOPES, Alberto; FILHO, Luciano; FERNANDES, Rogério. **Para a compreensão Histórica da Infância**. Belo Horizonte: autêntica. 2007.

LOBO, Hélio. **Criminalidade infantil e assistência penal**. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 8, n. 48, p. 23-28, dez. 1907.

LORET, Caterina. As outras idades ou as idades dos outros. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de (org). **Imagens do outro**. Tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa** – São Paulo: EPU, 1986.

- LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. **Dom Macedo Costa (Bispo do Pará)**. Belém: SECULT, 1992.
- LUSTOSA, Oscar F. **Reformistas na Igreja do Brasil – Império**, São Paulo, Boletim nº 17, 1977.
- MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial. 1870 - 1889**. Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997.
- _____. **"A Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa, 1871 a 1883: um projeto civilizador para as classes populares"**. In Praia Grande. Cadernos dos Alunos da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF, 1997.
- MARTINS, Silvânea Damasceno. **Reformando a Casa Imperial: Assistência pública e a experiência do asilo de meninos desvalidos na Corte (1870-1888)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. (Org.). **A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- MAGALHÃES, Justino Pereira. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. In: FERNANDES, Rogério & MAGALHÃES, JUSTINO Pereira (orgs.). **Para a história do ensino liceal em Portugal**. Braga, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, p 63-77. 1998.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da história: um tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.
- _____. **Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996
- MATTOSO, Kátia. "A opulência na Província da Bahia". In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da Vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade imperial. São Paulo, Cia. das Letras**, 1992.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.137-176.
- MENDIGOS. **Diário de Notícias**. 29/07/1883. Belém. s/p.
- MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1959 a 1884)**. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1972.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Reformulações da missão católica na Amazônia entre 1750 e 1840**. In: HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja na Amazônia. Rio de Janeiro (Petrópolis): Vozes, 1992.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

NASCIMENTO, Alcineide Cabral. **A sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**- São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos Sociais: “asilo de órfãos” (1870-1960)**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas São Paulo. 2002.

NETO. João Cabral de. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço Crítico. In: Histedbr, navegando na história. Disponível em: www.histebr.fae.unicamp.br. Consulta realizada em 30/03/2011.

NUNES, Maria José Rosado. **Freiras no Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, 2007.

PEREC, George. **Memória da Infância**. São Paulo . Companhia das Letras, 1995.

PERARO, Maria Adenir. **O princípio da fronteira e a fronteira do princípio: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX**. Revista Brasileira de História de São Paulo, V.9, n38, p. 55 acessado em: 12/01/ 2011. Disponível em: <http://WWW.scielo.br/PRF/rbh/v19n38/0996.pdf>.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PRIORE, Mary Del (org) **História das crianças no Brasil**- São Paulo: Contexto, 1999.

PROST, Alan. Social e Cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jea-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Por uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

RIOUX, Jean Pierre. Introdução: um domínio e um olhar. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Por uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil, percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2004.

RIZZINI, Irma. **A criança e a lei no Brasil**. Revisitando a História (1822-2000). Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 2002.

_____. O cidadão polido e o selvagem bruto. A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Teses de doutorado. UFRJ, 2004.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Amais. Universidade de Santa Úrsula. 1997.

RIANT, A. **L'hygiene et L'èducation dans les internats**. Paris: Hachette & Cia, 1877. Disponível em: www.jmbarrie.co.uk. Acessado em: 13/09/2010.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: UnB, 1981.

SARGES, M^a. de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu 2002.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento. **Da mereba-ayba à varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2009.

SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos (Orgs). **São Francisco de Assis – Escritos e biografias de São Francisco de Assis; Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUSA, Jorge Prata de. (org.) **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, 1998.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. A Associação Protetora da Infância Desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX. In: MONARCHA, Carlos. **Educação da infância brasileira: 1875 - 1983**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. **A “Infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Izabel: Instrução rural e infantil (1880-1886)**. Educação & pesquisa. Vol. 26 n.1 p.119-133, São Paulo, jan/jun 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n1/a09v26n1.pdf>. Acesso em: março 2010.

_____. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira**. Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. janeiro/julho 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_fm_de_schueler.pdf>. Acesso em junho de 2010.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar: Teoria e Educação**, n. 06, 1992.

VERÍSSIMO, José. **A instrução pública no Estado do Pará em 1890**. Pará: Tip. De Tavares Cardoso & Cia., 1891.

_____. Apud VIANNA, Arthur. **Esboço retrospectivo da educação no Pará. A Escola**. nº. 1. Maio de 1900.

_____. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto 1985.

_____. **Estudos Amazônicos**. Universidade federal do Pará. 1970.

VEIGA, Cynthia Greive. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.192-209.

_____. **Famílias abandonadas**. Campinas: Papirus, 1999.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se advinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará**. 2. ed. Belém: UFPA, 1975.

_____. O instituto Gentil Bittencourt. Typ. Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1906.

_____. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica (1650 - 1902)**. 2.ed. Belém: SECULT, 1992.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

XAVIER, M. Elisabete. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo. FTD, 1994.

WADSWORTH. James E. Mancorvo filho e o problema da infância: Modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História, São Paulo, VOL. 19, n.37, Set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 10/12/2010.

WERNET, Augustin. **Crise definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, nº 42, 1997.

Relatórios dos Presidentes da Província do Grão-Pará

- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª Legislatura em 15 de Fevereiro de 1870 pelo Presidente da província do Grão-Pará **Abel Graça**. Belém: Tip. *Do Diário do Grão-Pará*, 1870.

- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª. Legislatura pelo presidente da Província do Grão-Pará **Pedro Vicente de Azevedo** em 15 de Fevereiro de 1874. Belém: Tip. *Do Diário do Grão-Pará*, 1874.

- Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Grão-Pará **Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides** à Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª. Legislatura, no dia 15 de Fevereiro de 1876. Belém: Tip. *Do Diário do Grão-Pará*, 1874.

-Relatório com que o Presidente da província do Grão-Pará **Manuel Pinto de Souza Dantas Filho** passou a administração da província ao 1º vice-presidente **José da Gama Malcher**. Belém: Tip. *Do Liberal do Pará*, 1882.

-Fala com que com que o Presidente da Província do Grão-Pará e Conselheiro **João Silveira de Souza** abriu a 2ª sessão da 24ª. Legislatura da Assembléia provincial em 18 de abril de 1885. Belém: Tip. *Da Gazeta de Notícias*, 1885.

Fontes

a) Manuscritos

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ (APEP).

DOCUMENTOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO, ENTRE OS ANOS DE 1860 A 1890.

CAIXAS. 378, 205A, 323.

b) Periódicos

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ (CENTUR).

A BOA NOVA,
ANO:1871.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS,
ANO:1883.